

cidades
& políticas públicas de
cultura

CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

DIAGNÓSTICO, REFLEXÃO E PROPOSIÇÕES

ORGANIZAÇÃO Alessandra Drummond

CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

DIAGNÓSTICO, REFLEXÃO E PROPOSIÇÕES

Organização

Alessandra Drummond

Artmanagers . 2012

cidades
& políticas públicas de
cultura

C568 Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições /organização de Alessandra Drummond. – Belo Horizonte: Artmanagers, 2012.
216p.
ISBN: 978-85-63128-01-0

1. Política cultural – Brasil. 2. Cultura - Políticas públicas. I. Drummond, Alessandra.

CDD: 306.0981
CDU: 398(81)

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB/6-1047

Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

www.cidadesecultura.com.br

PROJETO CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Realização Artmanagers e OHM Cultura.

Edição Artmanagers.

Organização Alessandra Drummond.

Coordenação Geral Alessandra Drummond e Karla Guerra.

Coordenação de Seminário Maria Helena Cunha.

Palestras Lia Calabre (*A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização*), Mônica Starling (*Estado e Políticas Públicas de Cultura: os desafios da descentralização*), Romulo Avelar (*Cultura e desenvolvimento local: apresentação de estudos de casos*) e Rafael Neumayr/Stefano Ragonezzi (*Direito e Cultura: uma análise da legislação cultural do Brasil e suas interlocuções com os municípios*).

Textos Lia Calabre (*A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização*), Mônica Starling (*Estado e Políticas Públicas de Cultura: os desafios da descentralização*), Romulo Avelar (*Planejamento e ação coletiva*) e Rafael Neumayr (*Direito e Cultura: uma análise da legislação cultural do Brasil e suas interlocuções com os municípios* – com a colaboração de Alessandra Drummond e Stefano Ragonezzi).

Coordenação de Pesquisa, Mobilização, Análise dos dados e respectivos textos Clarice de Assis Libânio.

Pesquisa de dados secundários Juliano Nogueira de Almeida.

Oficinas de Elaboração de Projetos – Módulo 2010 Karla Guerra.

Oficinas de Elaboração de Projetos – Módulo 2011 Mariana Diniz Esteves.

Oficinas de Gestão Cultural - Módulo 2012 Rafael Neumayr e Stefano Ragonezzi (Direito e Cultura: Fontes de Financiamento e Legislação), Mariana Diniz Esteves (Elaboração de Projetos Culturais), Alcione Souza (Gestão Financeira de Projetos Culturais) e Ana Luísa Bosco Freire (Produção Cultural).

Produção Executiva Mariana Diniz Esteves e Tiago Sgarbi.

Assistente de Produção Anisio Drummond

Assessoria de Comunicação Tereza Cristina D´Amices.

Assessoria Jurídica Drummond & Neumayr Advocacia.

Gestão Financeira Marcelo Souza – Artmanagers.

Projeto Gráfico e Diagramação Mangá Ilustração e Design Gráfico.

Criação de Identidade Visual e Peças Gráficas Nuts.

Revisão Trema Textos.

Assessoria de Imprensa Partners.



CURRÍCULOS



Alessandra Drummond Advogada. Meste em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto de Educação Continuada – IEC/PUC (MG). Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro da Comissão de Direito e Cultura da UNESCO/Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais. Coordenadora e coautora da obra *Direito e Cultura: Aspectos Jurídicos da Gestão e da Produção Cultural* (Ed. Artmanagers, 2011). Sócia-fundadora da Drummond & Neumayr Advocacia – Direito do Entretenimento e da Drummond Consultores Associados – Artmanagers.



Ana Luísa Bosco Freire Bacharel em Comunicação Social pelo Unicentro Newton Paiva (MG), com especialização em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA (MG). Diretora de Produção do Festival Internacional das Artes – FESTIA. Possui larga experiência como produtora executiva em eventos de grande porte.



Anisio Drummond Relações Públicas com ênfase em Comunicação, especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA (MG). Sócio da Drummond Consultores Associados – Artmanagers.



Alcione Souza Contadora, Produtora Cultural e Atriz. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC (MG) e especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA (MG). Gestora Financeira do Departamento de Gestão de Projetos da Artmanagers.



Clarice Libânio Pesquisadora e Professora. Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Autora do *Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte* (Ed. Habitus, 2004). Coordenadora Executiva da Associação Favela é Isso Aí. Sócia-fundadora da Habitus Consultoria e Pesquisa Ltda.



Juliano Nogueira de Almeida Pesquisa de dados secundários. Bacharel em História pela Universidade Federal de Viçosa e Especialista em História da Cultura e Arte pela UFMG.



Karla Guerra Socióloga e Gestora Cultural. Mestre em Sociologia da Cultura pela FAFICH/UFMG. Sócia-fundadora da Ohm Cultura. Atuou como gerente adjunta do Plugminas – Centro de Formação e Experimentação Digital. Foi sócia-

fundadora e diretora da Agentz Produções Culturais. Foi Diretora de Informação e Difusão Cultural/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Membro da Comissão de Análise de Projetos do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e Superintendente de Ação Cultural/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.



Lia Calabre Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora e chefe do setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa (Minc) e professora dos MBAs de Gestão e Produção Cultural da FGV/RJ e da Universidade Cândido Mendes. Organizadora e autora de diversos artigos e obras, tais como *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI* (Ed. FGV, 2009) e *Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade* (Ed. BNB, 2010).



Marcelo Fernando de Souza Gestor Financeiro, graduado em Gestão Financeira pelo Centro Universitário UNA/MG. Pós-graduado em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário UNA/MG. Gestor Financeiro do Departamento de Gestão de Projetos da Artmanagers.

Maria Helena Cunha Mestre em Educação na FAE/UFMG, especialista em Planejamento e Gestão Cultural pelo Instituto de Educação Continuada – PUC-MG, licenciada em História pela UFMG. Sócia-fundadora da Inspire Gestão Cultural. Sócia-fundadora da Escola Livre COMUNA S.A. Foi sócia-fundadora da DUO Informação e Cultura. Foi Superintendente de Programação da Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes. Coordenou o Curso de Gestão Cultural da Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes CEFAR. Ministra palestras no Brasil e no exterior sobre gestão cultural e formação profissional. É a atual coordenadora acadêmica do curso de pós-graduação em Gestão Cultural da UNA. Autora da obra *Gestão Cultural, Profissão em Formação* (Duo Editorial, 2007).





Mariana Diniz Esteves Gestora Cultural. Graduada em Relações Internacionais na PUC-MG com especialização em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA/MG.



Mônica Starling Economista e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua profissionalmente como pesquisadora do Centro de Estudos de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro (MG). Tem realizado estudos e pesquisas na área da cultura,

em especial sobre as formas de financiamento à cultura e a descentralização da gestão no setor. Atuou em oficinas sobre Elaboração de Projetos Culturais e Captação de Recursos e em cursos sobre Desenvolvimento e Gestão da Cultura.



Rafael Neumayr Advogado, Professor e Ator. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Graduado pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Bacharel em Teatro pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais. Coordenador e coautor da obra *Direito e Cultura: Aspectos Jurídicos da Gestão e da Produção Cultural* (Ed. Artmanagers, 2011). Sócio da Drummond & Neumayr Advocacia – Direito do Entretenimento.



Romulo Avelar Administrador, produtor e gestor cultural. Atuou em empresas como Fiat, MBR e Teatro Alterosa, e, na área pública, como Diretor de Promoção da Fundação Clóvis Salgado e Presidente da Comissão Técnica de Análise de Projetos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais. Consultor de diversos grupos e entidades culturais e Assessor de Planejamento do Grupo Galpão e do Grupo do Beco. Autor da obra *O Avesso da Cena: Notas sobre Produção e Gestão Cultural* (Duo Editorial, 2008).



Stefano Ragonezzi Advogado. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito Newton Paiva (MG). Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Instituto Praetorium (MG). Graduado pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Presidente da OAB/MG – Jovem da 69ª Subseção (Nova Lima – MG). Coautor da obra *Direito e Cultura: Aspectos Jurídicos da Gestão e da Produção Cultural* (Ed. Artmanagers, 2011). Sócio da Drummond & Neumayr Advocacia – Direito do Entretenimento. Assessor Jurídico da Prefeitura de Nova Lima (MG).



Tiago Sgarbi Gestor Cultural. Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade FUMEC, com especialização em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA (MG).



Tereza Cristina D´Amices Publicitária. Graduada pela Universidade FUMEC.


Maio / 2005
AGRADECEMOS
N. SENHORA
POR MUITAS GRAÇAS
ALCANÇADAS.
T.B.B.O
J.B.O
NOSSA SENHORA
Ó VIRGEM PURÍSSIMA
LOURDES, QUE VOS DI
BERNADETE, NO LUGAR S
PARA NOS LEMBRAR
RECOLHIMENTO QUE DE
FALAMOS COM "ELE", A
O SOSSEGO E A PAZ DA
A CONSERVAR-NOS SE
NOSSA SENHORA D
GRAÇA QUE VOS PE
(PEDIR A GRAÇA)
NOSSA SENHORA DE LO

AGRADECIMENTOS Ao Governo do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e a toda a equipe da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado de Minas Gerais;

Aos municípios, às secretarias municipais de cultura e à comunidade cultural das cidades mineiras de Igarapé, Itaúna, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Pouso Alegre, Ipatinga, Santana do Paraíso, Santa Luzia e Belo Horizonte;

À nossa patrocinadora, Usiminas, e ao apoio do Instituto Usicultura;

Aos espaços que receberam o Projeto: Centro de Educação Complementar de Igarapé – CECI; Espaço Cultural Adelino Pereira Quadros, em Itaúna; Centro Pastoral e Secretaria de Assistência Social de Itatiaiuçu; Casa de Cultura Agente Ferreira e Centro Comunitário de Mateus Leme; Conservatório de Música de Pouso Alegre; Teatro Zélia Olguin e Centro Cultural Usiminas, em Ipatinga; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia; Centro Cultural Casa UNA, em Belo Horizonte, e aos colaboradores e gestores culturais desses municípios;

Aos parceiros Luisa Rubião, Marcela Bertelli, Mariana Martins, Pedro Melo e Penélope Portugal.

A toda a equipe participante deste projeto.



SUMÁRIO



15 APRESENTAÇÃO

18 INTRODUÇÃO

25 DIAGNÓSTICOS E GRUPOS DE TRABALHO MUNICIPAIS

29 UM OLHAR SOBRE IGARAPÉ E SUA CULTURA

45 UM OLHAR SOBRE ITATIAIUÇU E SUA CULTURA

59 UM OLHAR SOBRE ITAÚNA E SUA CULTURA

75 UM OLHAR SOBRE MATEUS LEME E SUA CULTURA

89 UM OLHAR SOBRE POUSO ALEGRE E SUA CULTURA

107 UM OLHAR SOBRE SANTANA DO PARAÍSO E SUA CULTURA

119 UM OLHAR SOBRE IPATINGA E SUA CULTURA

139 SEMINÁRIO CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

144 ARTIGOS DOS PALESTRANTES

145 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA:
OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO
Mônica Starling

169 A CULTURA NO ÂMBITO FEDERAL:
LEIS, PROGRAMAS E MUNICIPALIZAÇÃO
Lia Calabre

181 DIREITO E CULTURA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO CULTURAL
DO BRASIL E SUAS INTERLOCUÇÕES COM OS MUNICÍPIOS
Rafael Neumayr com a colaboração de Alessandra
Drummond e Stefano Ragonezzi

197 PLANEJAMENTO E AÇÃO COLETIVA
Romulo Avelar

211 PROGRAMAÇÃO COMPLETA
SEMINÁRIO CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA



Instituto Cultural USIMINAS

A Usiminas tem a satisfação de ser uma das empresas responsáveis pelo desenvolvimento da cultura neste País. Desde 1993, quando criou o Instituto Cultural Usiminas, a empresa realiza ações que contribuem para a formação sociocultural do cidadão. Por isso a Usiminas se tornou uma das maiores investidoras em cultura no estado de Minas Gerais.

Com 18 anos de atuação, o Instituto Cultural Usiminas vem construindo uma história sólida e transparente, através de diretrizes que fomentam a inclusão, a formação e o desenvolvimento do cidadão. Por meio das Leis de Incentivo à Cultura – e desde 2007 com o apoio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte – o Instituto Cultural Usiminas foi responsável por gerir mais de 1.800 projetos, patrocinados pela Usiminas, em cerca de 50 municípios do Brasil.

E é a partir de parcerias bem-sucedidas, como a firmada com o projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, que a Usiminas reafirma a qualidade e a seriedade de seu trabalho. O projeto contribui para estimular a discussão sobre políticas públicas de cultura, capazes de transformar o futuro das cidades e realizar mudanças que contribuam para o desenvolvimento intelectual dos cidadãos.

Assim como o aço se transforma em eletrodomésticos, casas, carros e pontes, a Usiminas e o Instituto Cultural Usiminas acreditam que a cultura e o esporte são capazes de formar cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade.

A delicadeza contida nos movimentos de dança. O olhar curioso de uma criança para o palco. A felicidade do artista ao conseguir realizar um projeto e o grito de triunfo do atleta ao conquistar mais uma vitória... Situações que incentivam o desenvolvimento intelectual do ser humano e que motivam as ações culturais e esportivas da Usiminas.

Assim é a Usiminas. Presente no aço que você toca e na arte que você sente.



APRESENTAÇÃO

Um despertar: assim pode ser definido o intuito com a realização do Projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, cujos caminhos e resultados aparecem ao longo desta publicação.

Durante o ano de 2011, o Projeto foi acolhido por sete cidades mineiras: Igarapé, Itaúna, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Pouso Alegre, Ipatinga e Santana do Paraíso. Tais municípios se propuseram a discutir a realidade cultural local, buscando inicialmente conhecer o atual estágio da Cultura no País, participando das oficinais e dos seminários realizados, e posteriormente levantando os pontos fortes e fracos na área cultural, para, ao fim, propor caminhos para o planejamento de suas políticas culturais locais, processo este indispensável para a implantação da tão desejada integração nacional da área cultural.

O momento de infundir tal discussão é bastante oportuno. Atendendo ao comando da Constituição da República, foi promulgada a Lei 12.343/2010, que instituiu no País o Plano Nacional de Cultura – PNC, além do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. O PNC objetiva, por meio de planos plurianuais, integrar as ações do Poder Público na área cultural, enfatizando a convergência de esforços das diversas pastas da administração pública, como as de Turismo, Educação, Esporte e Meio Ambiente, nas três esferas de governo. Visa, assim, a estabelecer uma política nacional para concretizar o exercício dos direitos culturais (livre expressão, criação, difusão, proteção e acesso aos bens culturais) em toda a sua complexidade e abarcando todos os brasileiros.

O Sistema de Informação e Indicadores Culturais – SNIIC, por sua vez, será uma grande plataforma eletrônica de dados relativos ao campo cultural (tais como bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, conforme informa o MinC), possibilitando aos entes federados e à sociedade civil compartilhar informações atualizadas, imprescindíveis para a tomada de decisões no estabelecimento de suas políticas públicas e de seus negócios culturais.

Além disso, caminha para um desfecho positivo a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura – SNC, por meio da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 416/2005, já aprovada pela Câmara dos Deputados e que agora segue para aprovação no Senado Federal. O SNC possibilitará a plena realização das diretrizes do Plano Nacional de Cultura, por meio da implantação de um modelo de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura pelos entes da Federação e pela sociedade.

A instituição do SNC por meio da alteração da Constituição dará mais força e credibilidade à sua implantação, tornando seu funcionamento não uma opção, mas um dever constitucional da União, dos estados e dos municípios, afirmando sua importância na estratégia de desenvolvimento dos direitos culturais no País. Mas, mesmo antes da aprovação da PEC 416/2005, já é possível aos estados e municípios realizar a sua adesão espontânea ao SNC por meio de um Acordo de Cooperação Federativa firmado com a União, por intermédio do Ministério da Cultura. Esse acordo tem por objeto a implementação, nos estados e munícipios, das bases mínimas necessárias à instrumentalização, na prática, do SNC. Assim, as cidades brasileiras podem (e devem), o quanto antes, se estruturar e se preparar adequadamente para a sua inserção nesse grande pacto nacional em prol da Cultura.

Em Minas Gerais, a Emenda à Constituição Mineira de 81/2009 estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Em janeiro de 2011, a Lei Delegada 180 criou o Conselho Estadual de Políticas Culturais (CONSEC), em fase de instalação. A partir daí o CONSEC terá o grande desafio de elaborar e instituir o Plano Estadual de Cultura e possibilitar a integração do estado ao SNC.

Em âmbito internacional, deve-se mencionar o compromisso global das cidades e dos governos locais com o desenvolvimento cultural da humanidade, consubstanciado na Agenda 21, documento orientador das políticas públicas de cul-

tura elaborado e aprovado pelo IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre, realizado em Barcelona, durante o Fórum Nacional das Culturas (2004). O documento reafirma o princípio de que o desenvolvimento cultural se apoia na multiplicidade dos agentes sociais na concepção das políticas culturais.

No entanto, a par dos esforços legais, fontes como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE, 2009) e dados do Ministério da Cultura e do comitê gestor da Agenda 21 (United Cities and Local Governments – UCLG) permitem verificar que poucos até agora atenderam ao chamado. Dados extraídos da Munic corroboram com esse quadro de inércia e demonstram que os municípios brasileiros encontram-se mal estruturados na área cultural, não se podendo ainda, em muitos casos, falar de uma política pública propriamente dita para o setor, limitando-se a participação do poder público local ao estímulo e à realização de festas e eventos. Pode-se dizer, assim, que praticamente não há estruturação orgânica, física ou de políticas para a Cultura em grande parte das cidades brasileiras.

Dessa forma, urge reverter esse quadro e atender aos marcos legais, tornando as cidades aptas à inserção nos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, para que possam compartilhar conhecimento, políticas e recursos.

Resta neste espaço agradecer enormemente a todos que se dispuseram a participar do Projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura. Espera-se que ele tenha contribuído para a reflexão sobre a Cultura em cada um dos municípios participantes e que esta publicação possa também despertar em outras cidades a necessidade premente e inadiável de se pensar e tratar a Cultura como política pública, indutora do desenvolvimento humano de sua população.

Muito há que se fazer. Façamos!

Alessandra Drummond

Organizadora e Coordenadora Geral

INTRODUÇÃO

O projeto "Cidades e Políticas Públicas de Cultura" se propôs a realizar um ciclo de seminários de planejamento de políticas públicas na área cultural, em sete municípios de Minas Gerais, a saber: Igarapé, Itaúna, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Pouso Alegre, Ipatinga e Santana do Paraíso. O objetivo principal dessa ação foi mobilizar e instrumentalizar os gestores públicos e agentes culturais desses municípios na concepção e implantação dos seus respectivos planos municipais de cultura, levando-se em conta os diferentes contextos, características e demandas de cada um deles, bem como as diretrizes e os instrumentos de gestão e institucionalização que os municípios devem aplicar para aderir e participar efetivamente dos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura.

O projeto criou um portal na internet (www.cidadescultura.com.br) para que os participantes pudessem interagir durante todo o processo, não só com as pessoas de sua própria cidade, mas também com os participantes de todas as cidades envolvidas.

Formato e metodologia das ações

Etapa 1 Prospecção de Dados e Criação do Grupo de Trabalho Principal

O projeto contou com uma equipe de prospecção que levantou dados para realização de uma pesquisa sobre a situação da cultura do município, listando carências e pontos positivos por meio de um grupo de trabalho que envolveu representantes das prefeituras municipais (secretaria municipal de cultura, órgão ou instituição responsável pela pasta).

O grupo de trabalho teve a função de fazer um breve mapeamento/diagnóstico das demandas específicas de cada município, fornecendo subsídios para uma melhor adequação do seminário, ajustando a metodologia proposta à realidade local. Outra atividade do grupo de trabalho foi traçar estratégias para a mobilização do setor cultural, cuja participação era fundamental para o desenvolvimento do trabalho proposto.

Nessa fase, a equipe do projeto percorreu as sete cidades, prospectando parceiros locais, levantando dados e realizando visitas a instituições e grupos para planejar formas de abordagem e mobilização diferenciadas em cada município.

Formato visitas de prospecção, reuniões com grupos, artistas, prefeitura e parceiros locais.

Período de trabalho três dias em cada município.

Equipe três pessoas (uma pessoa de pré-produção, uma pessoa de articulação institucional e uma pessoa para mapeamento e prospecção básica de dados).

Etapa 2 Realização do Seminário

O seminário foi composto por palestras, seguidas de debates que abordaram as diversas temáticas concernentes à formulação das políticas públicas de cultura, sugeridas para balizar conceitualmente o plano municipal de cultura e a estruturação do sistema municipal de cultura. As palestras foram abertas a gestores públicos e à sociedade civil das cidades e do entorno dos sete municípios que sediaram as ações, ampliando assim o alcance do projeto e motivando outros municípios à realização de processos similares.

O formato e conteúdo do Seminário estão detalhados adiante, em capítulo próprio desta publicação.

Etapa 3 Consolidação e Aprofundamento das Propostas

Consistiu na realização de dinâmicas com grupos de trabalho compostos pelos participantes: gestores públicos, sociedade civil, artistas e demais atores do campo cultural.

Os grupos foram divididos de acordo com as necessidades do planejamento, contemplando as temáticas de produção e difusão cultural, memória e patrimônio, gestão pública, composição de recursos, entre outras. Cada grupo

trabalhou na construção de um Diagnóstico Rápido Participativo (listando recursos/fortalezas, fraquezas/riscos), além de fornecer elementos para a definição das ações estratégicas necessárias à implantação e ao monitoramento das propostas elaboradas na Etapa 2 (Seminário). O objetivo do trabalho de grupo foi o levantamento de demandas, propostas e sugestões que poderão ser posteriormente aprofundadas na construção dos planos municipais de cultura em cada município.

Formato formação de grupos de trabalho temáticos (o número de grupos depende da quantidade de participantes em cada município) para análise, debate e sistematização de ações e propostas, assim como de sugestões para sua implementação. O resultado desse trabalho foi sistematizado num documento final, que, após revisto e analisado pela equipe técnica do projeto foi a base para a publicação final.

Dinâmica de trabalho sistematização das dinâmicas e produção de relatórios com os respectivos resultados. A metodologia de trabalho adotada é denominada Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), e tem como objetivo a produção coletiva de análises acerca dos contextos culturais regionais e a identificação e proposição de ações prioritárias para o desenvolvimento das atividades culturais.

Equipe seis pessoas, sendo dois facilitadores e quatro relatores.

Etapa 4 Realização de uma Oficina de Elaboração de Projetos Culturais

Uma das etapas de instrumentalização dos gestores culturais é a realização de uma oficina de elaboração de projetos. Apesar de parecer uma ação mais corriqueira, a realização dessa oficina colaborou para a formação desses gestores, no sentido de fornecer as noções básicas para a formatação e elaboração de projetos e incentivá-los a buscar as fontes de recursos atualmente disponíveis para viabilizar projetos (como a Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, o Fundo Estadual de Cultura – FEC, a Lei Rouanet e os diversos editais públicos e privados).

Elaboração de projetos

Apresenta conteúdo prático apontando para os conceitos centrais que devem permear e motivar a inscrição de projetos nas Leis de Incentivo à Cultura. Ensina técnicas e ferramentas para a definição dos objetivos e metas; construção de texto; desenho do cronograma; planejamento de mídia e confecção de planilhas. O curso também estimula a reflexão sobre a sustentabilidade do projeto já na fase de elaboração.

Carga Horária 16 (dezesseis) horas.

Número de vagas 50 (cinquenta).

Além das oficinas previstas no projeto original, destacamos que foram realizadas ainda quatro oficinas de capacitação em Santa Luzia e em Belo Horizonte. Cada oficina, com 50 vagas, correspondeu a um dia de capacitação, das 8h30 às 18h, abordando diferentes temas, tais como: Direito e Cultura, Elaboração de Projetos, Gestão Financeira de Projetos e Produção. Os interessados puderam se inscrever para todas as oficinas ou optar por apenas uma, de acordo com o assunto ou o dia que mais lhes conviesse.

Etapa 5 Sistematização dos Resultados e Avaliação do Processo

Nessa etapa foram analisados e sistematizados, pela equipe técnica do projeto, o relatório final e os conteúdos gerados durante o Seminário, assim como todo o processo empreendido nas etapas anteriores.

O objetivo dessa sistematização dos resultados foi o de produzir uma análise crítica sobre a metodologia adotada, buscando o aperfeiçoamento e a ampliação do escopo do projeto nas próximas edições. Os diagnósticos finais de cada município foram formatados e podem servir como referência para o processo de construção e planejamento dos planos municipais de cultura nos municípios atendidos pelo projeto.

Etapa 6 Publicação dos Resultados

A última etapa consistiu no lançamento desta publicação, com o relatório final das atividades realizadas em todos os municípios.

Cabe dizer que os resultados finais dessa primeira edição do projeto possuem grande potencial de multiplicação e têm o objetivo de fornecer as ferramentas necessárias para subsidiar a institucionalização do setor cultural nos municípios, assim como auxiliar no processo de mobilização e elaboração dos planos municipais de cultura. Essa iniciativa

Calendário de Ações nos Municípios _ Ano 2011

março	abril	maio	junho
28 e 29 IGARAPÉ Oficina Elaboração	12 e 13 ITAÚNA Oficina Elaboração	12 e 13 ITATIAIUÇU★ Seminário, Palestras + Grupos de Trabalho	16 e 17 MATEUS LEME★ Seminário, Palestras + Grupos de Trabalho
	28 e 29 IGARAPÉ Seminário, Palestras + Grupos de Trabalho	26 e 27 ITAÚNA Seminário, Palestras + Grupos de Trabalho	

OFICINAS DE GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS

Calendário de Ações nos Municípios _ Ano 2012

Sta. Luzia _ março

16 DE MARÇO
Direito e Cultura

Fontes de Financiamento e Legislação

17 DE MARÇO
Elaboração de Projetos

23 DE MARÇO
Gestão Financeira

24 DE MARÇO
Produção Cultural

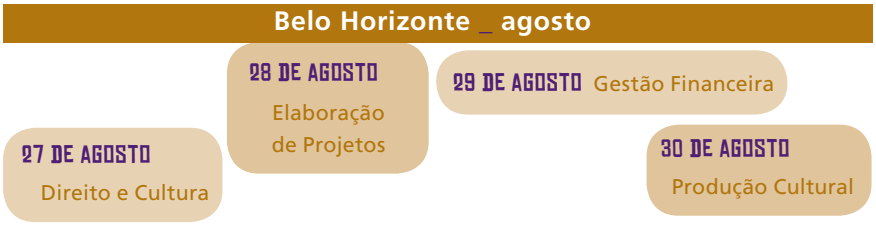
encontra-se alinhada a uma das maiores demandas da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, no sentido de capilarizar a sua ação e estreitar o diálogo com os 853 municípios do estado. O projeto pode ainda colaborar para maximizar a utilização dos recursos públicos oriundos dos diversos programas e ações do governo estadual e federal, além de estimular os municípios a criarem seus próprios mecanismos de financiamento.

Karla Guerra

Coordenadora Geral



★ nestes municípios a oficina de elaboração de projetos culturais foi realizada em 2010, durante o Circuito Usiminas de Cultura.





Introdução

Os diagnósticos municipais, no contexto do projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, foram elaborados a partir de fontes primárias, coletadas diretamente nas cidades, e secundárias, coletadas em órgãos oficiais. Ao final, foram utilizadas metodologias mistas e participativas de pesquisa e diagnóstico.

Os objetivos principais do trabalho foram:

- Discutir com a comunidade a realidade dos municípios na área da cultura;
- Apontar as necessidades e principais dificuldades a serem superadas;
- Levantar sugestões de ações para melhoria da situação atual;
- Municiar o poder público e a comunidade de informações para que possam, posteriormente, elaborar o Plano Municipal de Cultura e integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura.

Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas diversas ações de diagnóstico e planejamento estratégico, a saber:

- Levantamento preliminar de dados e informações subsidiárias para traçar um breve perfil do município, em fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Fundação João Pinheiro – FJP, secretarias de Estado e prefeituras, entre outras;

- Realização de visita a cada um dos municípios para checagem e complementação dos dados, através da realização de entrevistas qualitativas com lideranças e gestores culturais, públicos e privados, de forma a conhecer opiniões e sugestões das pessoas diretamente envolvidas com a questão;

- Realização do Grupo de Trabalho Municipal – GTM, incluindo:
  - Discussão com a comunidade a respeito da situação atual da cultura em cada cidade e elaboração de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, com foco na cultura local;
  - Elaboração da Matriz de Análise Estratégica (FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças ou, na língua inglesa, SWOT – Strength, Weakness, Opportunities and Threats), com os principais pontos positivos e negativos identificados;
  - Elaboração da Visão de Futuro para a cultura no município, considerando o curto prazo – dois anos;
  - Levantamento de sugestões para o Plano de Ação;
  - Consolidação das principais diretrizes e dos eixos estratégicos para o Plano de Ação;
  - Realização de exercícios em grupo para repasse da metodologia de detalhamento de um Plano de Ação.
  - Análise de todas as informações obtidas e redação do relatório final da pesquisa.

Para conhecer o perfil cultural de cada cidade percorrida pelo Projeto, foram eleitos alguns temas principais que abrangem desde a situação das políticas culturais nos municípios até suas principais manifestações, os eventos, o patrimônio e a sustentabilidade dos agentes culturais.

Tais temas serviram de norte para o levantamento de dados e compuseram as principais questões levantadas nas entrevistas qualitativas com lideranças e na dinâmica do Grupo de Trabalho Municipal.

Os resultados obtidos para cada município estão apresentados ao longo desta publicação, em alguns municípios com maior ou menor grau de detalha-

mento e participação, dependendo da realidade de cada local. De qualquer forma, todos eles constituem-se em pontos de partida para a elaboração posterior de diagnósticos mais aprofundados que possam vir a ser, inclusive, validados junto à comunidade de cada cidade e tomados como indicativos para os planos municipais de cultura.

Na oportunidade, vale agradecer a todos aqueles que dispuseram de seu tempo e seu conhecimento para participar desse trabalho, pois sem a contribuição da comunidade e do poder público não seria possível avançar nesse processo que se integra ao movimento nacional, capitaneado pelo Sistema Nacional de Cultura, que consiste justamente em conhecer a realidade local e agir para que a cultura e suas manifestações se fortaleçam a cada dia.

Clarice de Assis Libânio

Coordenação de Pesquisa e Mobilização



UM OLHAR SOBRE IGARAPÉ E SUA CULTURA







No município de Igarapé, o Grupo de Trabalho Municipal – GTM foi realizado no dia 29 de abril de 2011 e contou com a presença de 23 pessoas, que participaram das atividades previstas na metodologia já descrita.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Igarapé.





Caracterização geral

Igarapé pertence à região central de Minas, na microrregião de Belo Horizonte. Essa proximidade com a capital estadual traz ônus e bônus para o município, no que se refere aos impactos na infraestrutura e ocupação do solo urbano, questões de segurança pública e, mais próximo do tema deste diagnóstico, perda das características e identidades culturais locais.

Segundo os dados do IBGE para o Censo 2010, a população total de Igarapé é de 34.879 habitantes, sendo 32.675 na área urbana e 2.204 na rural. Lideranças entrevistadas no município estimam que tal número já seja maior, pelo crescimento verificado nos últimos anos. Ademais, foi informado que há ainda quase 22 mil lotes registrados e ainda não ocupados no município, o que gera a perspectiva de grande crescimento e especulação imobiliária em curto e médio prazos.

Do ponto de vista de sua economia, nos dias atuais predominam no município as atividades de comércio e prestação de serviços, segundo entrevistados, estimando-se cerca de 75% da população ocupada nesses setores. A construção civil é um setor em expansão, justamente pela demanda de habitações gerada pela proximidade com Belo Horizonte. A J Mendes Mineração era uma das maiores empresas locais e foi recentemente adquirida pela USIMINAS.

No setor primário, destacam-se a horticultura, com venda à CEASA-BH, e a criação de gado de leite e corte, além da avicultura.

O município contava com um distrito industrial, que, entretanto, ficou no território de São Joaquim de Bicas após sua emancipação. A prefeitura informou que será construído novo distrito industrial, via parceria público-privada, já havendo pequenas empresas interessadas em instalar-se no local.

Segundo entrevistados locais, o município participava do Circuito Trilha dos Bandeirantes, mas preferiu aderir ao Circuito Veredas do Paraopeba. Nessa área, foi informado que a prefeitura já está contratando a elaboração do Plano Municipal de Turismo, além de um turismólogo.

Igarapé não conta com universidades, sendo necessário deslocar-se para Itaúna, Betim ou Belo Horizonte para acessar o ensino superior.

Formação histórica

De acordo com informações disponíveis no *site* da Prefeitura de Igarapé, o município teve sua origem por volta do ano de 1710, como um local por onde passavam

tropeiros que abasteciam as zonas mineradoras com gêneros alimentícios. Por esse fluxo, foi se formando um pequeno povoado, denominado Pousada dos Tropeiros.

Com o passar do tempo e com a decadência da atividade mineradora, a agropecuária foi assumindo maior importância. No final do século XVIII, a região já era um pequeno povoado, denominado Barreiro, que se desenvolveu ao redor das fazendas Boa Vista, Duarte e Rego.

Já no século XX, a vila foi crescendo ao redor de uma capela consagrada a Santo Antônio, com destaque para o incremento das atividades comerciais que atendiam toda a região. Foi no ano de 1931 que se deu a criação do distrito de Igarapé, através da Lei nº. 50. Seu nome teria sido uma sugestão da esposa do governador do estado, D. Odete Valadares, inspirada pela existência de vários córregos na região que se assemelhavam aos igarapés no Amazonas. A elevação do distrito a município se deu em 1962, com instalação no dia 1° de março de 1963.

Fatos importantes para o desenvolvimento posterior do município foram a construção da BR-381 e a implantação da fábrica da FIAT em Betim, que trouxeram para a região oportunidades de trabalho e renda, além de facilidades de acesso aos bens e serviços ofertados pela capital estadual.

Institucionalidade e requisitos do SNC

Em Igarapé o órgão responsável pela política cultural municipal é a Superintendência de Cultura, atualmente subordinada à Secretaria de Governo. O município ainda não elaborou seu plano municipal de cultura, mas tem a intenção de fazê-lo em curto prazo, bem como de aderir ao Sistema Nacional de Cultura.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, o município conta com um Conselho Municipal de Política Cultural, criado em 29 de dezembro de 2010, a partir da reformulação do então Conselho de Patrimônio Cultural.

O atual conselho engloba a política cultural e a política de patrimônio, fusão esta, segundo entrevistados, sugerida por representantes do IEPHA e da Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais – MINC/MG, dada a impossibilidade do município de formar e manter em funcionamento dois conselhos em separado. A composição do atual conselho inclui seis conselheiros, mas à época da pesquisa de campo ele se encontrava pouco atuante.

Ainda no que se refere aos espaços de participação da sociedade civil, destaca-se que o município realiza anualmente um seminário de cultura, no qual são levantadas prioridades e sugestões para a política cultural local. Em 2009, o

município realizou, juntamente com São Joaquim de Bicas, a Conferência Intermunicipal de Cultura, que retirou quatro delegados para participar da Conferência Estadual, em Belo Horizonte.

No que é relativo aos mecanismos de fomento à cultura, no dia 29 de dezembro de 2010 foi criado o Fundo Municipal de Cultura e Patrimônio, seguindo a mesma orientação que unificou os dois conselhos no município. Apesar de já criado, o fundo ainda não foi operacionalizado, faltando inclusive definir suas fontes de recursos e receitas. Não existe Lei de Incentivo à Cultura, no município, via renúncia fiscal.

O município possui Inventário do Patrimônio, material e imaterial, para atendimento à política gerida pelo IEPHA relativa ao ICMS Cultural. Entretanto, não conta com diagnóstico ou mapeamento cultural que possa ser incorporado a um futuro Sistema de Informações Culturais Municipais.

De acordo com informações do Tribunal de Contas do Estado, no ano de 2009 o total de despesas realizadas no município foi de R$ 93.656.859,72, dos quais R$ 578.732,76 foram relativos às despesas com cultura, o que corresponde a 0,62% do total.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

De acordo com as informações levantadas no município, a oferta de capacitação na área artística ou de gestão cultural ainda é deficiente em Igarapé. Há algumas oficinas de formação voltadas para crianças e jovens, mas não há cursos para aperfeiçoamento de artistas já em atividade.

Há oferta de formação tanto pelo poder público quanto por organizações ou grupos da sociedade civil. Os principais cursos e oficinas citados pelos entrevistados foram: oficina de danças folclóricas e afro-brasileiras; oficina de percussão e construção de tambores; oficinas do corpo, teatro e imagem ofertadas na Casa da Família; cursos de culinária e oficinas audiovisuais com recursos do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais – FEC-MG. À época da pesquisa de campo, estavam sendo iniciadas oficinas na Casa de Cultura Frater Henrique, nas modalidades música, teatro e dança.

Nesse quesito, foi mencionado que faltam não somente novos cursos, em diversas áreas, mas também divulgação das oportunidades existentes, maior interlocução com a sociedade civil para levantamento das demandas e profissionais capacitados no município.

Espaços e equipamentos culturais no município

De acordo com as informações levantadas, em linhas gerais, Igarapé não conta com espaços adequados para as práticas culturais. Os espaços existentes, além de poucos, têm limitações de estrutura física e de equipamentos de suporte, iluminação, sonorização, etc.



Segundo se apurou, os principais espaços utilizados para a cultura na cidade são:

- Biblioteca Municipal Neuza Henriques – localizada no Centro de Educação Complementar de Igarapé – CECI, é mais voltada para o atendimento de crianças em pesquisa escolar.
- Casa de Cultura Frater Henrique – em fase de reforma, vai abrigar a Superintendência de Cultura.
- Auditório Padre Carlos Roberto Marques – localizado no CECI, tem 95 lugares, mas não possui estrutura para espetáculos, somente para palestras e seminários. Nesse auditório estava sendo instalado à época da pesquisa de campo, com recursos do FEC, um cineclube, incluindo compra de equipamentos e filmes da Programadora Brasil, para exibição no local e também em ação itinerante, nos bairros.
- Praça Miguel Henriques da Silva – a Praça da Matriz estava em fase de reforma à época da pesquisa de campo. Apesar de não ser um equipamento cultural, é nela que se realiza a Feira de Artesanato, motivo pelo qual está citada neste trabalho;.
- Praça Padre Eustáquio – no local foi recentemente construído um equipamento cultural que poderá abrigar a nova sede da banda de música ou a própria Superintendência de Cultura, o que ainda não estava definido à época da pesquisa.

Além desses, há outros espaços que são usados para a ação cultural de maneira esporádica, como é o caso do Ginásio Poliesportivo, do Retiro da Sociedade São Vicente de Paulo, do Hotel Fazenda Igarapés, da Casa da Família, da Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto, de quadras nos bairros e das próprias vias públicas, usadas para eventos de maior porte.

Os entrevistados realçaram que falta um espaço específico para a memória do município, bem como para a realização de ações de educação patrimonial.

Principais manifestações culturais

Eventos

Igarapé conta com uma série de eventos e atividades já tradicionais em seu calendário. Como não é possível nesta publicação discorrer sobre cada um deles, serão mencionados somente os mais relevantes.

As principais festas locais são o aniversário da cidade (realizado em março); a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade (junho); a Festa de São Cristóvão (julho); o Congado do Bairro Fernão Dias, dedicado a Nossa Senhora do Rosário (maio/junho); o Encontro de Folias de Reis (agosto), entre outras.

Um evento que merece destaque é o Festival de Culinária "Igarapé Bem Temperado". Já em sua sétima edição, o projeto tem como foco a valorização e a divulgação do ofício das mestras da culinária, um dos bens imateriais inventariados na localidade. O festival inclui *workshops*, oficinas, palestras e mostra gastronômica na Praça Miguel Henriques da Silva, com direito a quitutes preparados na hora.

Em 2011, pela primeira vez, o Festival foi aprovado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com patrocínio da USIMINAS.

Artesanato

O município conta com a Associação de Artesãos de Igarapé, registrada em agosto de 2010 e com cerca de 50 associados, incluindo participantes do município vizinho, São Joaquim de Bicas. A Associação possui uma loja no centro de Igarapé para comercialização dos produtos, demandando também a implantação de uma feira permanente na Praça da Matriz.

Predominam na localidade os produtos em bordado, tecelagem e tapeçaria. Os entrevistados apontaram que o artesanato no município é muito diversificado e não apresenta uma identidade local que se destaque. Há proposta de oferecer consultoria e financiamento aos artesãos, através de parceiros como o SEBRAE e o Banco do Brasil.

Artistas e grupos culturais

Durante o trabalho de campo foi possível perceber que o perfil cultural do município, apesar de haver diversos grupos de estilos e artes diferentes, tem o predomínio das manifestações populares, religiosas e folclóricas.

Como não há um cadastro de artistas e grupos culturais em atividade, não é possível elencar o perfil e a quantidade das manifestações no município. Se-

gundo dados da prefeitura, destacam-se, na área da música, a Banda Lira de Santo Antônio, o coral da terceira idade e os das igrejas, além de grupos em diversos estilos: caipira de raiz, rock, pop, sertanejo, MPB e música evangélica.

Na dança, destaque para o grupo de capoeira Congo do Vale Mestre Jorginho e diversos grupos de balé, dança de rua e dança afro-brasileira. Há também alguns artistas plásticos em atividade.

Um dos principais problemas dos grupos culturais no município ainda é a sustentabilidade. De acordo com entrevistados do município, as principais empresas locais com potencial de patrocínio cultural são J. Mendes Mineração / USIMINAS, MMX Mineradora, Ingá, Igarapé e Formac.

Segundo se apurou, ainda não há prática no município de utilização dos mecanismos de renúncia fiscal, estadual ou federal, sendo a maior parte dos projetos apoiados com recursos próprios pelas empresas locais, de pequeno e médio porte, além do comércio.

Patrimônio material e imaterial

O município de Igarapé conta com Inventário detalhado do patrimônio material e imaterial, elaborado anualmente, desde 1999, por uma consultoria especializada. Esse trabalho constante permitiu a elevação da pontuação do município no ICMS Cultural, que chegou a 2010 com 7 pontos. Entretanto, em 2011, houve queda dessa pontuação para a casa de 5,7, em virtude da paralisação de alguns projetos, como é o caso da educação patrimonial.

No que se refere ao patrimônio tombado, em esfera municipal, destaque para:

- Bens móveis: Imagem de Nosso Senhor dos Passos;
  Conjunto de Coroas da Guarda de Moçambique, Nossa Senhora do Rosário e São João Batista e Rosário de Maria;
  Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia.
- Bem imóvel: Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto.
- Conjunto paisagístico: Conjunto Natural e Paisagístico da Pedra Grande de Igarapé.

Em relação ao patrimônio imaterial, destacam-se as benzedeiras e a Folia de Reis do Vale do Amanhecer.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz de análise estratégica elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM em Igarapé, na qual são apresentados os pontos fortes e fracos da cultura local, além das oportunidades que devem ser apresentadas e das ameaças que devem ser enfrentadas.

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

Forças / Pontos fortes

- Capital social local – presença de grupos, pessoas e entidades que podem ser mobilizadas para participar e trabalhar para a cultura no município;
- História do município, preservação da cultura tradicional mineira / presença de patrimônio inventariado, material e imaterial;
- Presença de talentos locais e diversidade cultural importante;
- Existência de espaços para a cultura;
- Existência do Centro de Educação Complementar de Igarapé – CECI, como potencial para ampliação da oferta de ações culturais;
- Presença de patrimônio natural / paisagem / potencial turístico.

ELIMINAR • SUPERAR

Fraquezas / Pontos fracos

- Falta de estrutura dos espaços físicos / inadequação para as práticas culturais;
- Falta de espaço e estrutura para grandes eventos;
- Precariedade da divulgação das ações na área da cultura;
- Falta de um trabalho continuado de educação patrimonial;
- Apesar do potencial verificado, ainda é pequena a mobilização / participação do setor cultural;
- Inexistência de mapeamento cultural;
- Falta de estruturação do Sistema Municipal de Cultura e não-adesão ao Sistema Nacional de Cultura;
- Desarticulação da cultura com outras políticas – educação, turismo, meio ambiente;
- Desconhecimento e/ou desinteresse, por parte da população e das lideranças, a respeito da cultura local;
- Falta de formalização, profissionalização e sustentabilidade dos grupos culturais;
- Inexistência de oferta regular de qualificação e aperfeiçoamento – artístico e na área da gestão cultural.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Localização geográfica estratégica (Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, proximidade à capital, acesso pela Rodovia BR-381);
- Existência das leis estadual e federal de incentivo à cultura;
- Existência do ICMS Cultural e Turístico;
- Implantação do Sistema Nacional de Cultura, que traz oportunidades ao município que aderir ao sistema;
- Circuito Turístico Veredas do Paraopeba;
- Presença do Inhotim, Salão do Encontro e outros parceiros na região, com política cultural consolidada e oportunidades para os municípios;
- Presença de empresas na região com potencial de patrocínio a projetos culturais.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Impactos advindos da localização geográfica (RMBH / proximidade com a capital), em especial no que se refere aos aspectos de segurança, crescimento desordenado e especulação imobiliária, com reflexos sobre a cultura e a identidade local;
- Impactos da atividade mineradora na cultura e na identidade local, pela atração de grande número de pessoas de fora do município;
- Predomínio da cultura de massa e política de grandes eventos, no País e no estado.

Após a identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro. Os presentes discutiram como gostariam que a cultura de Igarapé estivesse no prazo de dois anos. A partir desses tópicos, foi construída a seguinte Visão:

> No prazo de dois anos, Igarapé estará com seu Sistema Municipal de Cultura estruturado e integrado ao Sistema Nacional de Cultura, com a cultura local mapeada e divulgada, o Centro Cultural funcionando a todo vapor, novos quadros técnicos para a cultura, uma política cultural integrada a outras políticas, projetos de educação patrimonial e de formação cultural estruturados. Contará com o entendimento da população e lideranças sobre a importância da cultura na cidade e com a participação e o envolvimento das comunidades, inclusive com uma Associação de Amigos da Cultura em funcionamento e com novas propostas de ação cultural.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

No caso de Igarapé, pediu-se a cada um dos presentes que desse suas sugestões de ações, considerando o diagnóstico e a matriz de análise estratégica, para atingir a Visão de Futuro proposta. Foram recebidas 143 tarjetas com sugestões dos participantes do GTM. Todas elas foram embaralhadas e distribuídas a quatro subgrupos de trabalho. Cada um deles selecionou de 12 a 15 propostas que julgaram prioritárias, totalizando 55 propostas eleitas pelos subgrupos.

As sugestões priorizadas foram agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o diagnóstico. As prioridades e seus eixos estão apresentados a seguir.

EIXO 1 Estruturação do Sistema Municipal de Cultura

Esse eixo teve sugestões em duas linhas principais: de um lado, ações que têm como foco a realização de pesquisas e diagnósticos sobre a cultura local. Essas foram agrupadas sob a diretriz: Informação Cultural. Por outro lado, ações que estão relacionadas aos requisitos institucionais para a implantação do Sistema Municipal e adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Essas foram agrupadas sob a diretriz: Institucionalidade.

Ações sugeridas nos grupos:

Diretriz 1 Informação cultural

- Iniciar pesquisas para subsidiar o entendimento da história local;
- Sistematizar o conhecimento e divulgar o que é a cultura da cidade;
- Mapear e cadastrar todos os artistas de Igarapé;
- Criar um programa permanente de levantamento de dados sobre a cultura;
- Fazer um grande mutirão para ouvir as comunidades e conhecer sua demanda e seu perfil cultural.

Diretriz 2 Institucionalidade

- Instituir o Plano Municipal de Cultura, divulgando-o para a população e acompanhando sua efetiva execução;
- Criar uma secretaria de cultura independente;
- Investir na estruturação e formação de uma equipe técnica para a gestão cultural na prefeitura, abrindo vagas para

fotógrafo, programador visual, editor de vídeo, historiador, gestor cultural, arte-educador, entre outros.

EIXO 2 Espaços físicos para a cultura

O segundo eixo agrupou sugestões que têm como foco os espaços físicos destinados à prática cultural em Igarapé. Como todas seguem a mesma linha, não foram separadas em diretrizes.

Ações sugeridas nos grupos:

- Criar uma loja para vender os produtos culturais da cidade;
- Adequar o novo espaço (na Praça Padre Eustáquio) para implantar um local de memória do município;
- Fazer parque de exposições;
- Criar e equipar um espaço cultural adequado.

EIXO 3 Ação cultural

No eixo 3 foram agrupadas diversas sugestões ligadas à ação cultural, pública ou privada. Essas propostas podem ser divididas em quatro diretrizes, a saber: incentivo à leitura; projetos audiovisuais; formação e capacitação; e feiras, festivais e eventos.

Ações sugeridas nos grupos:

Diretriz 1 Incentivo à leitura

- Implantar projeto de leitura em ônibus e em praças, com poemas dos moradores de Igarapé;
- Reunir os artistas do âmbito literário e formular um projeto de incentivo à escrita e à literatura diversa;
- Formular um projeto de incentivo à leitura, aproveitando o espaço da Biblioteca do CECI e integrando as atividades do cineclube em fase de instalação.

Diretriz 2 Projetos audiovisuais

- Criar programa de produção e registro audiovisual, através de entrevistas com mestres da cultura popular e personagens da história local;
- Montar cinema itinerante em todos os bairros;
- Criar o projeto Museu da Pessoa de Igarapé. O trabalho

poderia ser feito a partir do Centro de Referência e Produção Audiovisual, que será instalado no CECI.

Diretriz 3 Formação e capacitação

- Criar um sistema de bolsas para os participantes das instituições já existentes;
- Fazer oficinas de formação nas periferias e em espaços públicos;
- Buscar meios, condições e parcerias para oferta de cursos e oportunidades de qualificação e profissionalização da população de Igarapé na área artística.

Diretriz 4 Feiras, festivais e eventos

- Instituir, por edital, a feira municipal de artesanato, artes, comidas e bebidas típicas e produtos da lavoura e da indústria rural, na Praça da Matriz;
- Buscar mais parcerias com empresas e/ou outros grupos para proporcionar mais eventos culturais, como, por exemplo, a Praça da Cultura;
- Realizar festivais culturais, como o Festival de Inverno;
- Incentivar o carnaval, para que se criem blocos e escolas de samba nas comunidades e nas escolas.

EIXO 4 Patrimônio

O eixo 4 foi dividido em duas diretrizes, sendo a primeira focada no resgate do patrimônio e da memória local, e a segunda focada em ações de educação patrimonial.

Ações sugeridas nos grupos:

Diretriz 1 Resgate e memória

- Dar continuidade ao Inventário dos bens imateriais e materiais das comunidades;
- Reconstruir o monumento da Praça da Matriz;
- Criar programa de pesquisa para elencar o folclore local, criar publicações e ações de difusão, como contadores de histórias, usando os próprios moradores como protagonistas;
- Resgatar as técnicas de bordado existentes no município. Ex: crivo;
- Resgatar as culturas antigas da cidade através de oficinas.

Diretriz 2 Educação patrimonial

- Fazer palestras nas escolas sobre o patrimônio material e imaterial do município e promover o interesse pela cultura;
- Fazer bate-papo nos quarteirões dos bairros: o que é patrimônio histórico?
- Criar oficinas de educação patrimonial para educadores e artistas;
- Formular projeto de estudo do patrimônio, juntamente com responsáveis pela educação, voltado para os alunos do ensino fundamental e médio.

EIXO 5 Divulgação, participação e mobilização

Por fim, o eixo 5 tem o foco em ações de divulgação e mobilização da comunidade para participação em eventos e na política cultural como um todo. Foi subdividido em duas diretrizes principais: divulgação; e articulação, mobilização e ouvidoria da comunidade.

Ações sugeridas nos grupos:

Diretriz 1 Divulgação

- Ampliar a divulgação das ações culturais e dos cursos na cidade, através de meios diversos: panfletos, carros de som, ações nas escolas, vídeos, fotos, veículos de comunicação, etc.;
- Criar um jornal local para divulgar cursos, oficinas, leis de incentivo, eventos regulares e eventuais;
- Criar oportunidades para que artistas e artesãos possam divulgar seu trabalho e o expor na Casa da Cultura;
- Criar um catálogo mostrando o artesanato do município e distribuir em agências de turismo, hotéis, praças, escolas, etc.;
- Fazer trabalho de sensibilização nas escolas para incentivar a participação e a multiplicação das ações culturais.

Diretriz 2 Articulação, mobilização e ouvidoria da comunidade

- Articular a cultura em Igarapé desde a base, preparando multiplicadores;
- Criar um grupo permanente para acompanhar a realização das atividades culturais;

- Criar uma Associação de Amigos da Cultura de Igarapé, para que estes participem da ação cultural;
- Fazer intercâmbio entre as associações para troca de experiências;
- Apresentar os projetos à população para sua apreciação.

A partir do levantamento das ações consideradas prioritárias para os grupos, o próximo passo é o detalhamento de um Plano de Ação, que vai informar, para cada eixo, diretriz e ação proposta, detalhes de sua execução: prazo, responsável, custo, metodologia, público envolvido, etc.

Em Igarapé, foi exercitado no GTM o preenchimento de uma planilha desse tipo, de forma a municiar os agentes culturais locais, públicos e privados, de um instrumento que, futuramente, pode ser o ponto de partida para a elaboração de seu Plano Municipal de Cultura.

Conclusões e recomendações

A partir dos dados analisados e das informações produzidas nos grupos de trabalho, a equipe do projeto elaborou algumas recomendações sobre a área cultural em Igarapé.

Em linhas gerais, foi possível perceber que a ação cultural no município encontra-se num momento de transição e ainda precisa se organizar melhor e se pensar como política pública. As entrevistas com representantes do poder público mostraram que já há intenção de investir na institucionalização e na estruturação do setor cultural, bem como já estão sendo tomadas medidas neste sentido, tais como a reformulação do Conselho e do Fundo de Patrimônio, para abarcar as políticas culturais mais amplas.

Nesse processo, ainda há que se avançar, especialmente no sentido de estruturar uma política municipal, fundada num diagnóstico da realidade local e na elaboração de um Plano Municipal de Cultura. Ademais, a criação de mecanismos de incentivo fiscal, assim como a criação de um orçamento próprio para a área da cultura são fundamentais para garantir que as ações e os programas delineados para o setor cultural possuam alguma garantia de continuidade.

Paralelamente a essas ações é necessário criar um corpo de funcionários e garantir que eles tenham acesso a cursos e oficinas de capacitação que garantam o bom funcionamento dos órgãos e equipamentos de cultura em longo prazo.

Outra ação mais urgente é a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a consequente implantação de suas diretrizes em âmbito local.

A questão da inadequação dos espaços públicos para a prática cultural no município também é relevante e deve ser atacada como prioridade. A existência de espaços de cultura adequados é um elemento estruturador da ação cultural e condicionante, inclusive, da atração de eventos e projetos para o município, bem como da viabilização e do fomento para a produção cultural local.

Também muito importante é trabalhar para capacitar e informar aos grupos culturais locais no que diz respeito a gestão cultural, elaboração de projetos, captação de recursos, sustentabilidade e parcerias, entre outros aspectos fundamentais no atual panorama da cultura nacional, em que profissionalização é a palavra-chave. Como se viu ao longo das pesquisas, grande parte dos grupos e artistas locais não tem conhecimento a respeito das instâncias para buscar apoio a seus projetos e acabam por adotar uma postura de "pires na mão" em relação à prefeitura e às empresas locais. Essas, por sua vez, por não terem política estruturada de apoio à cultura, às vezes atendem a demandas pontuais, outras vezes, não.

Por fim, reforça-se a importância de se retomarem as sugestões e priorizações indicadas no GTM, consideradas como o ponto de partida para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Igarapé.




E.E. MANOEL DIAS CORREA

UM OLHAR SOBRE ITATIAIUÇU E SUA CULTURA







Em Itatiaiuçu, o Grupo de Trabalho Municipal – GTM foi realizado no dia 13 de maio de 2011, com a presença de 24 pessoas. O trabalho foi desenvolvido conforme metodologia já apresentada.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Itatiaiuçu.

Caracterização geral

O município de Itatiaiuçu está inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na macrorregião central e na microrregião de Itaguara. Seu principal acesso à capital é via BR-381, com distância de 58 km.

Participa da Associação dos Municípios do Médio Centro-Oeste – AMECO e não pertence oficialmente a nenhum circuito turístico. Os municípios limítrofes são Mateus Leme, Igarapé, Brumadinho, Rio Manso, Itaguara, Carmo do Cajuru e Itaúna.

Itatiaiuçu não conta com universidades, sendo necessário deslocar-se para Itaúna e Betim para fazer cursos superiores e cursos profissionalizantes. A prefeitura oferece o transporte para cerca de 300 pessoas, diariamente.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município apresenta população total de 9.938 habitantes, sendo 6.231 na área urbana e 3.707 na rural.

Do ponto de vista das atividades econômicas, predominam as do setor secundário, notadamente indústrias de extração e transformação mineral. A agropecuária é de pequeno porte, basicamente familiar, estando presente no município a EMATER, que oferece o apoio aos agricultores familiares.

A prefeitura, preocupada com a necessidade de diversificar a economia local, tem realizado ações de estímulo e incentivo à implantação de novos empreendimentos, com a doação de terrenos, por exemplo. Nesse sentido, apurou-se que já foram instaladas algumas empresas no município, inclusive uma fornecedora de autopeças para a FIAT de Betim, favorecida pela proximidade e pelo fácil acesso entre os dois municípios.

Segundo entrevistados, as maiores empresas presentes em Itatiaiuçu, nos dias atuais, são: USIMINAS, ACELLOR MITAL, Explosivos Orica Ltda., MBL – Materiais Básicos Ltda., IMA e Itarraca.



A atividade mineradora encontra-se em expansão e tem atraído grande número de pessoas para a cidade, trabalhadores muitas vezes temporários e sem vínculos ou identidade com o local. O rápido crescimento é um fator que está preocupando a comunidade e pode gerar impactos urbanos, sociais e culturais relevantes se não for acompanhado pelas devidas políticas públicas.

Formação histórica[1]

Segundo informações apuradas sobre o município, em meados do século XVII o ouro de Itatiaiuçu já era conhecido pelos portugueses, tendo-se o registro da instalação de Jerônimo Pedroso de Barros e seu irmão Valentim Pedroso de Barros na região, no ano de 1701.

Em 1703, Itatiaiuçu já era curato e, no ano seguinte, acontece a fundação do arraial de Itatiaiuçu pelo bandeirante Mateus Leme. Em 1832, por decreto imperial, Itatiaiuçu passou a pertencer ao município de Bonfim. Em 1º de junho de 1850 é criada a Paróquia de Itatiaiuçu.

Através da Lei n° 319, de 16 de setembro de 1901, os distritos de Itatiaiuçu e Conquista (hoje Itaguara) foram desmembrados de Bonfim, sendo anexados a Itaúna.

Em 1940, José Mendes Nogueira inicia a exploração de minério na Serra de Itatiaiuçu. No dia 30 de dezembro de 1962, pela Lei n° 2.764, Itatiaiuçu emancipa-se como município, instalado no dia 1º de março de 1963.

Institucionalidade e requisitos do SNC

O órgão responsável pela cultura no município de Itatiaiuçu é o Departamento de Cultura, subordinado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, o município conta com o Conselho Municipal de Cultura, com caráter deliberativo, fiscalizador e paritário. Segundo entrevistados no município, o mesmo estava pouco atuante à época das entrevistas. O município não realizou conferência municipal ou intermunicipal de cultura em 2009.

O município ainda não elaborou seu Plano Municipal de Cultura e não se integrou ao Sistema Nacional de Cultura. Também não conta com banco de dados ou diagnóstico cultural. O que há é o Inventário do Patrimônio no município.

Do ponto de vista dos mecanismos de fomento, não há legislação específica, seja ela fundo ou lei de incentivo à cultura no município. Há somente o Fundo Municipal de Patrimônio – FUMPAC.

Uma ação forte no município é o projeto Fanfarra nas Escolas, que atende alunos de seis escolas municipais e de uma escola estadual, abrangendo 260 alunos. No total, foram criadas sete fanfarras desde o início do projeto, em 2005. A

[1] Fonte: http://www.itatiaiucu.xpg.com.br/ cidade_historia.html. Acesso em: 30 abr. 2011





primeira que foi criada se transformou em um grupo de percussão. Os alunos se apresentam nos diversos eventos do município.

De acordo com dados levantados no *site* do Tribunal de contas, os recursos para a cultura no município foram da ordem de R$ 520.995,49 e R$ 632.185,62 em 2009 e 2010, respectivamente, o que correspondeu a 2,35% e 2,17% da despesa total do município em cada exercício mencionado.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

Não há no município oferta regular de capacitação na área artística ou de gestão. Há atividades culturais que acabam por formar novos quadros, como é o caso da Fanfarra, da banda de música, do grupo de percussão, do grupo de teatro, da escola de música e da academia de dança.

Esporadicamente há oferta de oficinas artísticas e artesanais na cidade, oferecidas por parceiros como o Centro Yara Tupinambá, de Itaúna.

A prefeitura está iniciando um projeto nas comunidades rurais, que terá duração de nove meses, para realização de um trabalho do Teatro do Oprimido.

Espaços e equipamentos culturais

De acordo com entrevistados, Itatiaiuçu não conta com espaços preparados especialmente para as práticas culturais. Muitas apresentações são feitas na praça, no coreto ou mesmo na rua. A falta de espaços faz com que muitas atividades culturais deixem de ser realizadas, ou que sejam direcionadas para as cidades vizinhas, notadamente Itaúna, que oferece espaços diversificados.

Os principais espaços e equipamentos utilizados para a cultura na cidade são a Biblioteca Pública Municipal Antônia Joaquina Ferreira Pena, o auditório da Escola Estadual Manoel Dias Corrêa, o Ginásio Poliesportivo de Itatiaiuçu e o Parque de Exposições João Bello de Andrade.

Há projeto para implantação de um Centro de Inclusão Produtiva, em parceria com o governo federal, que atenderia os artesãos. Encontra-se também em fase de licitação a construção de um Centro Cultural, que contará com teatro com capacidade para 350 pessoas, biblioteca, memorial e a sede do departamento de cultura. Será localizado no Bairro Pio XII, mesmo local onde está o Parque de Exposições, construído recentemente.



Do ponto de vista dos meios de comunicação, Itatiaiuçu contava, à época do trabalho, com uma rádio comunitária, a Associação Cultural Comunitária de Itatiaiuçu. Há também o jornal Folha do Povo, de circulação semanal, além do informativo da prefeitura, voltado para o público interno.

Principais manifestações culturais

Eventos

Itatiaiuçu conta com uma série de eventos ao longo do ano, já tradicionais, em geral desenvolvidos pela prefeitura. Os principais são o Aniversário da Cidade e a Festa do Minério, o Inverno Cultural, o concerto de Natal e o *réveillon*.

Há também uma série de eventos de cunho esportivo, como a corrida rústica e o campeonato de futebol.

Artesanato

Os artesãos são representados pela Associação dos Artesãos e Produtores Rurais de Itatiaiuçu e região – ACIRPA. Em atuação desde 2003, a entidade foi registrada em 2004 e atualmente conta com cerca de 30 associados do município, a maior parte da zona rural.

Para se estruturar, os artesãos contaram com o apoio da EMATER e atualmente têm o apoio da prefeitura no custeio de sua sede, transporte para participação em feiras, estandes, pagamento de pessoal e outros custos.

Os principais tipos de artesanato produzidos no município estão relacionados à tecelagem e à tapeçaria. A maioria dos artesãos é de mulheres, tendo como carro-chefe os produtos em tear mineiro, presente na região há mais de 100 anos. A cerâmica também tem boa aceitação e produção local.

Na área alimentícia, há destaque para produtos caseiros, como biscoito de polvilho, broa de fubá, mel, tapioca, milho verde e doces caseiros.

As principais necessidades apontadas foram a de conseguir uma sede própria para a associação e a de ofertar cursos de capacitação para os

associados. No ano passado passaram pela capacitação do Programa SEBRAE de Artesanato – PSA.

Além das vendas na loja (que são a menor renda dos artesãos), também realizam vendas através de encomendas, bem como participação em feiras em todo o País. Anualmente participam do Inverno Cultural, com a Casinha da Vovó, onde são expostos e vendidos produtos locais.

Artistas e grupos culturais

Através das entrevistas e do Grupo de Trabalho foi possível perceber que o perfil cultural do município tem predomínio das manifestações populares, religiosas e folclóricas, além do artesanato, já mencionado.

Como não há um cadastro de artistas e grupos culturais em atividade, não é possível elencar o perfil e a quantidade das manifestações no município. Destacam-se a Folia de Reis, as fanfarras das escolas e a Corporação Musical Lira São Sebastião. Além disso, registra-se a presença de diversos grupos musicais, como a banda Line, o Grupo de Seresta, a banda Dtuners, o Grupo de Percussão e o cantor Hudson Andrade.

O município conta com uma escola de dança e uma de música. A escola de dança é coordenada por Kamila Andrade de Souza, que teve um projeto aprovado na Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais que consiste na oferta de oficinas em cinco modalidades: *ballet*, capoeira, dança do ventre, dança de salão e dança de rua. O público atendido será de cerca de 600 pessoas, entre crianças, adultos e terceira idade. Serão atendidas as localidades de Itatiaiuçu (sede) e comunidades rurais de Vieiras, Ponta da Serra, Pedras e Santa Terezinha.

Quanto à escola de música, é coordenada por Lúcio Guimarães e oferece aulas particulares nas modalidades de violão e guitarra. Ele também teve projeto aprovado na citada Lei Estadual que consiste em apresentações de música brasileira em quatro cidades da região, além das escolas e dos bairros periféricos.

Um dos principais problemas dos grupos culturais no município ainda é a sustentabilidade. Ainda não há prática no município de utilização dos mecanismos de renúncia fiscal, estadual ou federal. Entrevistados mencionaram que a principal realizadora de ações culturais no município ainda é a prefeitura, seja através da promoção de eventos, seja a partir do subvencionamento de projetos e grupos culturais, como a Lira São Sebastião, a Associação dos Artesãos e a Folia de Reis e o Congado.



Em relação à iniciativa privada, foi citada como patrocinadora local a empresa J. Mendes, que atualmente foi comprada pela USIMINAS. Após a oficina de elaboração de projetos, realizada em 2010 pelo Projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, foram aprovados dois projetos oriundos do município na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, ambos relacionados à oferta de oficinas gratuitas nas comunidades.

Patrimônio material e imaterial

Itatiaiuçu realiza anualmente o Inventário detalhado de seu patrimônio material e imaterial, através da contratação de uma consultoria especializada. Esse trabalho permitiu a elevação da pontuação do município no ICMS Cultural, de 3,8 pontos em 2010 para 9,9 pontos em 2011.

No que se refere ao patrimônio tombado, em esfera municipal, destaque para:

- Bem móvel: Imagem Cristo Redentor.
- Bens imóveis: Centro Recreativo Desportivo e Comunitário de Itatiaiuçu Antônio Penido Guimarães; Escola Municipal João Marques Machado; Igreja Matriz de São Sebastião e Monumento Cristo Redentor.
- Conjuntos paisagísticos: Cachoeira de São José ou dos Chaves e Pico da Serra Grande (Pico do Itatiaiuçu).
- Bens Móveis e Integrados: Imagem de São Sebastião da Igreja Matriz; Imagem de Nossa Senhora Aparecida da Igreja Matriz.
- Arquivos: Arquivo eclesiástico da Arquidiocese de Itatiaiuçu.

Em relação ao patrimônio imaterial, ainda não houve nenhum tombamento no município.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz estratégica elaborada pelos participantes do GTM em Itatiaiuçu, que busca apontar os pontos fortes e fracos da cultura local, bem como as oportunidades a serem aproveitadas e as ameaças a serem enfrentadas.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Diversidade de manifestações culturais;
- Disponibilidade de espaços que podem ser utilizados para a cultura;
- Presença de patrimônio natural, com potencial turístico;
- Presença de capital humano – pessoas interessadas em contribuir para a cultura local;
- Disponibilidade de recursos financeiros no município (*royalties*);
- Disposição da prefeitura para o diálogo.

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Falta de estruturação específica dos espaços para a cultura;
- Falta de oferta de qualificação profissional continuada;
- Falta de profissionalização na cultura;
- Falta de divulgação, informação (esclarecimento), mobilização e participação;
- Falta de estruturação do sistema municipal de cultura;
- Falta de transporte para as comunidades;
- Falta de formalização e sustentabilidade dos grupos;
- Indefinição da identidade cultural local.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Presença das mineradoras – geração de emprego, renda, *royalties*;
- Presença de empresas com potencial de patrocínio à cultura;
- Existência das leis de incentivo à cultura, federal e estadual;
- Existência do Sistema Nacional de Cultura;
- Existência do ICMS Cultural e Turístico;
- Realização de grandes eventos que incluem artistas locais.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Presença da mineração, que atrai grande número de migrantes e compromete a identidade cultural local;
- Cultura de massa "engole" a cultura local;
- Perda da tradição cultural por falta de apoio permanente, continuidade e planejamento.

A partir da identificação da situação do município nos dias atuais, mostrado na matriz de análise estratégica antes apresentada, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro para Itatiaiuçu. Discutiu-se como se queria o município, do ponto de vista da cultura, no prazo de dois anos. O resultado final, condensado com o grupo, encontra-se a seguir:

> No prazo de dois anos, o município de Itatiaiuçu vai ter uma política pública de cultura estruturada e continuada e vai estar integrado ao Sistema Nacional de Cultura, com o Fundo Municipal em operação, seu conselho atuante, realizando as conferências municipais e contando com a participação da comunidade. Também terá os grupos formalizados e um espaço cultural pronto, com estrutura e programação permanente de apresentações, oficinas, atividades e encontros diversos.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

Na oficina de Itatiaiuçu, pediu-se a cada um dos presentes no Grupo de Trabalho que desse suas sugestões de ações, considerando o diagnóstico e a matriz estratégica, para atingir a Visão de Futuro proposta. Foram recebidas 85 tarjetas com sugestões dos participantes. Todas elas foram embaralhadas e distribuídas a quatro subgrupos de trabalho. Cada grupo se encarregou de selecionar até 10 propostas que julgassem prioritárias, totalizando 30 propostas eleitas pelos subgrupos.



As sugestões priorizadas foram agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o diagnóstico. As prioridades e seus eixos estão apresentados a seguir.

EIXO 1 Estruturação do Sistema Municipal de Cultura

Este eixo, apesar de discutido durante todo o GTM, não teve sugestões priorizadas pelos subgrupos. Ao serem inquiridos sobre o motivo, os participantes consideraram que eram ações que dependiam da ação da prefeitura. Nesse sentido, foi consenso que o eixo deveria ser incluído, tendo como diretrizes principais os aspectos ligados à criação de uma secretaria de cultura, com quadros próprios e capacitados; a implementação de um Fundo Municipal de Cultura e o resgate da ação do Conselho Municipal de Cultura, que se encontra pouco operante.

EIXO 2 Espaços físicos para a cultura

O segundo eixo agrupou sugestões que têm como foco os espaços físicos destinados à prática cultural em Itatiaiuçu.

Ações sugeridas:

- Implantar centro cultural, com ações plurais e permanentes;
- Equipar os espaços onde atualmente acontecem atividades culturais;
- Criar um museu com a história da cidade, fotos, objetos e outros.

EIXO 3 Ação cultural

No eixo 3 optou-se por agrupar as diversas sugestões ligadas à ação cultural, pública ou privada. Essas propostas têm teor parecido e falam da importância de descentralizar os projetos culturais em todo o território municipal, bem como articulando-os com outros municípios da região. As propostas apresentadas estão listadas abaixo:

Ações sugeridas:

- Levar até as comunidades rurais os projetos que são realizados na área central. Ex: grupo de convivência, cursos e oficinas, etc.;
- Ampliar o projeto de teatro, recém-iniciado pela prefeitura, para todo o município;
- Desenvolver eventos no município promovendo a cultura de cada comunidade. Da mesma forma, desenvolver eventos regionais;
- Promover encontros com artesãos de outras cidades, para troca de experiências e oficinas;
- Resgatar as manifestações culturais tradicionais e dar apoio e capacitação para as mesmas;
- Fornecer transporte para qualquer equipe de apresentações (carro para a cultura).

EIXO 4 Formação e capacitação

O eixo 4 foi dividido em duas diretrizes, sendo a primeira focada na oferta de oficinas e em cursos de aperfeiçoamento para artistas, artesãos e gestores culturais, e a segunda relativa a ações para crianças e adolescentes, como se pode ver a seguir:

Ações sugeridas:

Diretriz 1 Cursos de aperfeiçoamento e capacitação

- Oferecer cursos de capacitação profissional na área de artesanato;
- Trazer cursos específicos para a cultura, para poder capacitar profissionais da própria cidade;
- Contratar técnicos para realização de oficinas de arte, artesanato, culinária, etc., capacitando alguns gestores municipais para dar continuidade aos trabalhos.

Diretriz 2 Atividades e oficinas de formação

- Realizar grupos artísticos com crianças e adolescentes;
- Oferecer oficinas de circo para crianças e adolescentes;
- Oferecer atividades artísticas e culturais voltadas para o público infantil, principalmente crianças abaixo de cinco anos.

EIXO 5 Mobilização

O eixo 5 trouxe o anseio dos participantes em aumentar a participação da comunidade na política cultural e trouxe sugestões de duas formas para fazê-lo: por um lado, incrementando o Conselho Municipal de Cultura e, por outro, formando uma associação de artistas.

Ações sugeridas:

- De imediato, constituir de fato o Conselho de Cultura com membros que estão ligados à cultura, às artes e que tenham participado do Grupo de Trabalho Municipal;
- Criar a associação de artistas e amigos da arte de Itatiaiuçu, como veículo de comunicação entre os artistas, fortalecendo o setor e garantindo a união para elaboração e gestão de projetos no município;
- Formar equipe com representantes das diversas áreas para atuar junto à prefeitura e ao Conselho, levando novas propostas e ideias.

EIXO 6 Informação e divulgação

Por fim, o eixo 6 tem o foco em ações de levantamento de informações e de divulgação da cultura local para a comunidade como um todo. Há duas diretrizes fundamentais, a saber: informação e divulgação.

Ações sugeridas:

Diretriz 1 Informação

- Realizar o levantamento da cultura material e imaterial de cada comunidade;
- Realizar reuniões nas comunidades para conhecer melhor as necessidades do município na área da cultura;
- Divulgar os projetos e ações culturais da prefeitura, facilitando o acompanhamento e a transparência da gestão;
- Criar projetos de incentivo à cultura em cada localidade, de acordo com seu perfil específico apontado no mapeamento cultural.

Diretriz 2 Divulgação

- Divulgar mais os eventos culturais com meios voltados para toda a população;
- Criar um *site* para divulgar a cultura de Itatiaiuçu;
- Desenvolver uma central de informações, como assessoria de comunicação para a cultura;
- Implantar o *site* da Prefeitura de Itatiaiuçu.

A partir do levantamento das ações consideradas prioritárias para os grupos, o próximo passo é o detalhamento de um Plano de Ação, que vai informar, para cada eixo, diretriz e ação proposta, e dar detalhes de sua execução: prazo, responsável, custo, metodologia, público envolvido, etc.



Em Itatiaiuçu, foi exercitado no GTM o preenchimento de uma planilha desse tipo, de forma a municiar os agentes culturais locais, públicos e privados, de um instrumento que, futuramente, pode ser o ponto de partida para a elaboração de seu Plano Municipal de Cultura.

Conclusões e recomendações estratégicas



A partir dos dados analisados e das informações produzidas nos grupos de trabalho, a equipe do projeto elaborou algumas recomendações sobre a área cultural em Itatiaiuçu.

Em primeiro lugar, viu-se que os dados disponíveis sobre a cultura em Itatiaiuçu são poucos e pouco atualizados, o que dificultou o levantamento de informações para o diagnóstico municipal. Nesse sentido, coloca-se como primordial a realização de um mapeamento cultural, com a criação de um banco de dados com informações sobre artistas, artesãos e produtores culturais de todo o município e suas comunidades.

Observou-se também que a ação cultural local é, em grande medida, dependente da prefeitura municipal, que subvenciona os principais grupos e manifestações, em especial os tradicionais. Há pouca utilização dos mecanismos de fomento (lei estadual e/ou federal), que inclusive são desconhecidos pela grande maioria dos grupos locais.

Nesse sentido, fundamental é fortalecer ações de capacitação de artistas, produtores e gestores culturais, para que possam se apropriar dos mecanismos de fomento atualmente disponíveis e buscar mais recursos para suas ações. A instituição de uma legislação municipal de fomento também é recomendável e desejável para Itatiaiuçu.

Ainda nessa linha, é fundamental avançar na institucionalização da cultura no município, preparando-o para aderir ao Sistema Nacional de Cultura. Fundamentais nesse sentido são o resgate do Conselho Municipal de Cultura, a implantação de um Fundo Municipal de Cultura, a realização das conferências e a elaboração do Plano Municipal de Cultura.





Conta positivamente nesse sentido o interesse da própria prefeitura em estruturar e investir na ação cultural, bem como a disponibilidade de recursos para tal, situação esta raramente encontrada nos municípios mineiros. Entretanto, um empecilho pode ser a falta de quadros qualificados dentro da gestão pública da cultura, o que pode dificultar o avanço da política pública local em curto prazo.

Por fim, faz-se premente a estruturação de espaços específicos para a cultura e a constituição de ações permanentes de formação e difusão cultural no território municipal.



UM OLHAR SOBRE ITAÚNA E SUA CULTURA



O Grupo de Trabalho Municipal – GTM foi realizado em Itaúna no dia 27 de maio de 2011 e contou com a participação de 13 pessoas da comunidade, da sociedade civil e do poder público, desenvolvendo as atividades previstas na metodologia descrita no início desta publicação.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Itaúna.



Caracterização geral

A cidade de Itaúna está localizada na região conhecida como centro-oeste de Minas, na microrregião de Divinópolis. As principais vias de acesso ao município são a MG-050 e a MG-431, ambas estaduais, que se interligam com as rodovias federais BR-381 (Fernão Dias) e BR-262.

O município participa da Associação dos Municípios do Vale do Itapecerica – AMVI e atualmente não pertence a nenhum Circuito Turístico. Anteriormente participava do Circuito Verde / Trilha dos Bandeirantes.

Segundo o Censo 2010, a população total de Itaúna é de 85.396 habitantes, sendo 80.391 na área urbana e 5.005 na rural.

As principais atividades econômicas do município são o comércio, a prestação de serviços e a indústria, em diversos ramos, tanto em termos de número de pessoas ocupadas quanto em termos de Produto Interno Bruto – PIB gerado.

A agropecuária tem menor expressão, dado o próprio perfil extremamente urbano do município, destacando-se as atividades de avicultura e horticultura.

Na área da indústria, são mais relevantes os ramos de confecção de artigos do vestuário e acessórios; extração de minerais metálicos e não metálicos; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; fabricação de produtos têxteis; e metalurgia básica, entre outros.

O município abriga uma universidade particular (Universidade de Itaúna), com grande número de cursos, que atrai alunos de todo o estado e também contribui para a circulação de recursos no município.

Formação histórica[2]

A região teve seu povoamento iniciado no início do século XVIII, através da chegada de três portugueses para minerar no Ribeirão das Lavrinhas, atual Córrego do Paiol. Um deles, o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, foi o responsável pela abertura da primeira picada ligando Bonfim a Pitangui, ao longo do Rio São João, em cuja margem iniciou uma povoação.

Já em meados do século, a chamada Passagem do São João contava com cerca de 100 habitantes, "entre portugueses, seus descendentes e escravos". Em 1765 foi concluída a construção de uma capela no local, dedicada à padroeira,

[2] Fonte: Pesquisa documental feita por Guaracy de Castro Nogueira, no acervo da Biblioteca do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira.

Nossa Senhora de Santana. A partir de então, a comunidade ficou conhecida como "povoação nova de Santana do São João Acima".

No ano de 1877 é criada a primeira agência dos Correios na localidade, o que suscitou um movimento para criação da Vila de Itaúna, à época recusado pela Assembleia Provincial.

> Em 14 de junho de 1901, em nome dos moradores, Senocrit Nogueira, Presidente do Conselho Distrital, assinou um apelo dirigido à Assembleia, transformado na Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, que emancipou o município, separando-o de Pará de Minas (...). A vila de Itaúna foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, e de Comarca, em 24 de janeiro de 1925, pela Lei nº 879.[3]

Institucionalidade e requisitos do SNC

O município de Itaúna não contava, à época da pesquisa de campo, com secretaria ou fundação exclusiva para a cultura. A política cultural e suas atividades eram coordenadas pelo Departamento de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A prefeitura conta com um espaço cultural, com teatro e galeria de exposições. De acordo com entrevistados, tentou-se criar uma Fundação de Cultura, mas não houve aprovação na câmara de vereadores.

No que se refere aos mecanismos de fomento, Itaúna também não conta com Lei de Incentivo, Fundo Municipal de Cultura, Plano Municipal e outros instrumentos necessários para sua vinculação ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Atualmente há somente o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC.

Segundo se apurou, tem havido mobilização da classe artística no sentido de reivindicar a implantação de uma legislação de fomento no município, com a proposta de enviar projeto para o legislativo visando à criação da Lei e do Fundo Municipal de Cultura.

Quanto às instâncias de participação da sociedade civil, em Itaúna existe o Conselho Municipal de Cultura, criado em 1989, mas que estava desmobilizado à época das entrevistas. A proposta da municipalidade é reformular e regulamentar o Conselho, realizando então novas eleições. O município conta ainda com o

[3] NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de. *Centro-Oeste mineiro*: história e cultura. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura/ICMC, 2008, 161 p.

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Ecológico – CODEMPACE, considerado atuante.

No que se refere aos recursos destinados para a cultura, os dados constantes do *site* do Tribunal de Contas de Minas Gerais mostram que em 2009 a municipalidade investiu R$ 2.413.142,56 em ações culturais, o que correspondia a 0,51% do total dos gastos públicos.

Do ponto de vista das informações culturais, ao contrário da maior parte das cidades mineiras, Itaúna conta com um banco de dados que precisa ser atualizado e complementado, no qual constam em torno de 800 artistas e grupos culturais cadastrados.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

De acordo com as informações levantadas no município, a oferta de capacitação na área artística ou de gestão cultural ainda é deficiente, em especial por não haver uma oferta sistemática e continuada de cursos e oficinas.

As principais iniciativas, ademais, são privadas, de entidades e grupos culturais que têm dificuldade de garantir a permanência das atividades, por falta de patrocínio.

Entre outras, foram citadas pelos entrevistados as seguintes oportunidades de formação:

- Oficina de circo;
- Escola aberta, presente em três bairros;
- Oficina de teatro;
- Escolas de música: Teclado e Minueto, além da escola de violino;
- Centro cultural de dança;
- Ponto de Cultura Usina de Sonhos, com oferta de oficinas de música, dança, teatro, artes plásticas, reciclagem;
- Centro de Artes Yara Tupinambá – com oficinas diversas nas áreas de artesanato, pintura, cerâmica e artes plásticas;
- Associação de Proteção e Assistência aos Carcerados – APAC – com oferta de cursos profissionalizantes para detentos;
- Oficinas artísticas voltadas para portadores de sofrimento mental e portadores de necessidades especiais, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no CAPS e no Curumim;
- Cooperativa de Reciclagem – COOPERT – com oficinas de reciclagem.



Na área da gestão, em 2010 houve o curso Pensar e Agir com a Cultura, do Observatório da Diversidade Cultural.

De acordo com os entrevistados, além da regularidade e continuidade da oferta, faltam cursos de elaboração e captação de projetos culturais, cursos para aperfeiçoamento profissional / capacitação e uma melhor divulgação das ofertas, de forma a atingir um maior público.

Espaços e equipamentos culturais no município

O município, sendo um importante polo regional, conta com uma série de espaços de uso cultural, sejam estes públicos ou privados. Entretanto, alguns deles não possuem infraestrutura adequada para a ação cultural, encontram-se muitas vezes subutilizados ou ociosos e, na opinião de entrevistados, não possuem mecanismos adequados de divulgação de suas atividades.

A prefeitura, como já mencionado, gerencia o seu espaço cultural, cuja estrutura inclui o Teatro Silvio de Matos, a Galeria Hamés Machado e espaços para eventos, como o *hall* e a área externa. De acordo com entrevistados, o Teatro ficou fechado por cinco anos e teve reforma recentemente em sua estrutura física, faltando ainda implantar melhorias na parte técnica e nos equipamentos.

Além desse, os principais espaços culturais do município, segundo entrevistados, são:

- Bibliotecas: Biblioteca Municipal Engenheiro Osmário Soares Nogueira; Biblioteca do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira; Biblioteca da Universidade de Itaúna.
- Museu Municipal Francisco Manoel Franco.
- Teatros ou salas de espetáculos: Teatro Sílvio de Matos; Teatro Vânia Campos, do SESI; Grande Teatro da Universidade de Itaúna; Anfiteatro da Escola Estadual de Itaúna (inativo); Sala de Espetáculo do Colégio Santana (somente atividades internas); Teatro do Sindicato dos Metalúrgicos (inativo); Espaço da Orquestra de Câmara.
- Centros culturais: Espaço Cultural Adelino Pereira Quadros; Centro de Artes e Artesanato Yara Tupynambá; Usina dos Sonhos.
- Pontos de cultura: Trem da Cultura; Reinserção do Idoso (Ponto de Rede).





Foram citados também outros espaços na cidade que são usados esporadicamente ou que têm potencial de uso para fins culturais, a saber:

- Clubes: Automóvel Clube; Clube da Fábrica; Clube União (fechado).
- Centros comunitários nos bairros (em torno de 20, a maioria ociosa).
- Escola aberta (em três bairros).
- Praças diversas.
- Parque de exposições (subutilizado).
- Grêmio do Santanense (já foi boate).
- Teatro do INSS.
- Antigo salão da Cia. Itaunense.
- Quadras poliesportivas; Ginásio Poliesportivo.
- Mercado central (necessitando de revitalização).
- Bares com música ao vivo.
- Escola de dança – Centro Cultural Zélia de Paula Machado.
- Espaço do Centro de Desenvolvimento Empresarial – CDE.
- Salas de cinema: da Fitominas – fábrica de florais; e do Number One.
- Sede Itaunense de Arte – SIA.
- Salão do Tiro de Guerra.
- Centro de convivência Dr. Peri Tupinambá.
- Coreto da Praça Matriz (em reforma).

Na área das comunicações, o município, como polarizador regional, conta com uma série de veículos, incluindo três rádios AM; três rádios FM; uma Rádio Comunitária; uma geradora de TV; 10 jornais impressos e dois *on line*.

Apesar da presença de tantos meios de comunicação, entrevistados afirmaram que não é boa a divulgação de ações culturais no município, citando este como um dos problemas na formação de público e participação nos eventos.

Principais manifestações culturais

Itaúna apresenta boa diversidade de manifestações culturais, eventos, festas e festivais, com atratividade em âmbito regional. Apresentam-se a seguir algumas dessas manifestações, segundo entrevistas realizadas no município.

Festas, festivais e eventos

O calendário cultural de Itaúna tem atividades durante todo o ano, seja pela ação do poder público, seja pela iniciativa de grupos e entidades culturais locais e de projetos vindos de outras cidades, que têm o município como uma de suas rotas importantes.

Os principais eventos locais citados pelos entrevistados foram:

- Datas cívicas, como o aniversário de emancipação político-administrativa de Itaúna e o dia 7 de setembro.
- Eventos diversos, como a Exposição Agropecuária de Itaúna, o Carnaval, o Encontro Nacional de Motos e o Enduro.
- Festivais: Festival de Dança, Festival Itaunense da Canção, Festival Internacional de Teatro, Escambo Cultural e Festival Artes de Maio.
- Arraial das creches / festas juninas.
- Mostras estudantis – Semanas Universitárias Acadêmicas.
- Serestas, Encontro de bandas e Encontro de fanfarras.
- Feiras de artesanato.
- Exposições de artes plásticas.

Manifestações religiosas

Quanto às manifestações de origem religiosa e popular, há destaque para a Festa de Reis; a Semana Santa; a Procissão de Corpus Christi, com montagem do tapete na Praça da Matriz; o Dia de Senhora Santana – Padroeira de Itaúna; o Dia de Nossa Senhora do Rosário; as Festividades de Nossa Senhora Aparecida no Bairro de Lourdes; e o Terço dos Homens na Gruta Nossa Senhora de Itaúna.



O destaque especial vai para o Reinado, com a presença de 15 guardas no município. De acordo com um dos entrevistados, há preocupação com a perda das tradições, descaracterização das guardas, das vestimentas e dos instrumentos.

Principais atividades artesanais



Na área do artesanato, Itaúna destaca-se pelas atividades de bordado, tecelagem e tapeçaria, além de *biscuit*, pintura em tecido e trabalhos em madeira, entre outras técnicas.

Há destaque para as atividades do Centro de Artes e Artesanato Yara Tupinambá, que oferece 23 modalidades de oficinas na área das artes plásticas e artesanato, além de espaço para exposição e comercialização dos produtos.

É importante destacar ainda que o município conta com duas feiras de exposição, a Feira de Artesanato do Mercado e a Feira de Artesanato da Praça Matriz.

Artistas e grupos culturais

Como antes mencionado, o Departamento de Cultura conta com um cadastro que contempla artistas de todas as áreas culturais no município, incluindo cerca de 800 artistas plásticos, pintores, escultores, grupos de dança e teatro, escritores, grupos musicais e bandas, em estilos distintos. Não será possível citar todos eles neste trabalho, mas serão feitos alguns destaques a seguir.

Na área da música, o município conta com um grande número de grupos e artistas-solo, em estilos diversos, que vão do rock à MPB, passando pelas músicas de motivação religiosa. Conta também com duplas sertanejas, canto coral, grupos de seresta e hip hop.

Um destaque é a Orquestra de Câmara de Itaúna, que também conta com projeto de oficinas de música erudita, de instrumentos diversos, para crianças, adolescentes e público adulto. Há destaque ainda para as bandas de música, que são três no município: Banda Marcial de Itaúna, Banda Nossa Senhora Aparecida e Sagrado Coração de Jesus.

Na dança, diversos grupos, também com estilos diversificados, incluindo *ballet* clássico, contemporâneo, jazz e a dança de rua, que têm vários representantes em Itaúna. Também o teatro tem vários grupos em atuação, favorecidos pela existência do Festival Internacional de Teatro.

Nas manifestações populares, o carnaval é importante na cidade, registrando-se a presença de diversos coletivos, a saber:

Escolas de Samba: Unidos da Ponte; Clube dos Zulus; Império da Perdição e Estação 796 (as últimas três desativadas à época das pesquisas).

Império da Perdição e

Blocos carnavalescos: As Virgens; Pau de Gaiola; As Piedosas; Bora Bora; D'Lourdes; Babaloo; da Terceira Idade; do Pijama; Esplendor e Glória e; Pomba Rolla.

Em geral, um dos principais problemas enfrentados pelos artistas itaunenses, segundo entrevistados, é a dificuldade de conseguir patrocínio e garantir a sustentabilidade dos grupos e suas atividades. Segundo se apurou, em 2011 foram aprovados 18 projetos de Itaúna na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, totalizando cerca de cinco milhões de reais de renúncia fiscal. De acordo com entrevistados, a região não tem empresas com tal potencial de renúncia, o que limitou sobremaneira a real captação dos recursos.

Os principais patrocinadores locais são a Mineração J. Mendes / USIMINAS e a Ferro + Mineração. Foi citado ainda que a empresa Belgo Mineira já patrocinou muitos projetos na região, mas, após a mudança para Arcelor Mittal, o investimento foi reduzido.

O comércio local também é parceiro, ainda que em valores pequenos, com a utilização de recursos próprios.

Patrimônio material e imaterial

Itaúna vem realizando anualmente seu Inventário do patrimônio, o que tem garantido a elevação de sua pontuação no ICMS Cultural. Em 2011, o município chegou a 7,25 pontos e em 2012 teve seu desempenho melhorado para 10 pontos. Nesse sentido, é importante destacar que essa é uma fonte relevante de recursos que devem ser direcionados para o Fundo de Cultura, para serem aplicados na política cultural e patrimonial local.

No que se refere aos bens do patrimônio tombado, todos em esfera municipal, destacam-se:

- Bens imóveis: Casa do Engenheiro da RFFSA; Casarão do Dr. Augusto Gonçalves de Souza Moreira; Museu Municipal Francisco Manoel Franco.
- Conjuntos paisagísticos: Gruta Nossa Senhora de Itaúna / Imagem de Nossa Senhora de Itaúna; Conjunto Urbano e Arquitetônico do Morro do Rosário.



Quanto ao patrimônio inventariado, Itaúna conta com grande número de bens inventariados, móveis e imóveis. No patrimônio imaterial, há destaque para a Folia de Reis e para o Reinado de Itaúna – Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM em Itaúna, considerando os pontos positivos e negativos da cultura local, bem como oportunidades a serem aproveitadas e ameaças a serem enfrentadas.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Diversidade cultural;
- Presença de equipamentos culturais em grande número;
- Presença da Universidade de Itaúna;
- Existência de cadastro de artistas;
- Existência de ONGs, empresas e projetos culturais em atuação;
- Presença de patrimônio natural, potencial turístico;
- Existência de Conselho Municipal de Cultura;
- Título Cidade Educativa, concedido pela UNESCO;
- Existência de artistas com projeção regional e nacional;
- Lei de incentivo municipal em fase de aprovação;
- Classe artística com garra.

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Conselho Municipal de Cultura pouco atuante;
- Espaços físicos ociosos ou desativados;
- Artistas descrentes e pouco participantes;
- Falta união, mobilização e participação;
- Falta financiamento privado e público;
- Precariedade da rede hoteleira e estrutura para o turismo;
- Precariedade do sistema municipal de cultura – estrutura física, financeira e de pessoal;
- Falta de oferta de capacitação de gestores culturais;
- Falta formação de público e hábito de consumo cultural;
- Falta de política pública de acessibilidade à cultura e democratização do acesso;
- Individualismo – falta de visão coletiva;
- Falta de agentes capacitadores / multiplicadores.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Inserção no Circuito das Águas;
- Copa do Mundo 2014 (potencial para ser subsede, também pelo complexo esportivo da universidade);
- Olimpíadas 2016;
- Existência das leis estadual e federal de incentivo à cultura;
- Existência do ICMS Cultural e Turístico;
- Presença do Sistema Nacional de Cultura, que traz oportunidades aos municípios que aderirem a ele;
- Presença de empresas na região com potencial de patrocínio a projetos culturais.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Localização entre BH e Divinópolis, que causa evasão de público e impactos na identidade cultural local;
- Realização de eventos de massa atraindo pessoas de vários lugares e violência.

A partir da identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o próximo passo foi a elaboração da Visão de Futuro e dos projetos e propostas de ação local. O grupo discutiu como queria que a cultura do município de Itaúna estivesse no prazo de dois anos. Foi construída e consensada então a seguinte Visão:

> No prazo de dois anos, Itaúna terá seu Plano Municipal de Cultura elaborado e em execução, um Conselho atuante, com artistas engajados e capacitados, espaços culturais reativados e políticas públicas eficazes no apoio às manifestações e tradições locais.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e das diretrizes estratégicas

Feita a análise estratégica da situação atual da cultura em Itaúna e elaborada a Visão de Futuro para o município, partiu-se então para o esboço de um Plano de Ação objetivando traçar os passos para sair do estágio atual e chegar ao estágio pretendido.

Foram recebidas 39 tarjetas com sugestões dos participantes do GTM. Todas as tarjetas foram então embaralhadas e distribuídas a três subgrupos de trabalho. Cada grupo se encarregou de selecionar as propostas que consideraram prioritárias, totalizando 26 propostas eleitas pelos subgrupos. As prioridades estão apresentadas a seguir.

EIXO 1 Estruturação do Sistema Municipal de Cultura

Este eixo, apesar de discutido durante todo o GTM, não teve sugestões priorizadas pelos subgrupos. Ao serem inquiridos sobre o motivo, os participantes alegaram que eram ações que dependiam da prefeitura.

Nesse sentido, foi consenso que o eixo deveria ser incluído, tendo como diretrizes principais os aspectos ligados à criação de uma Secretaria de Cultura, com quadros próprios e capacitados; a implementação da Lei e do Fundo Municipal de Cultura e a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, com todas as suas prerrogativas.

EIXO 2 Ação cultural

Ações priorizadas:

- Oferecer atividades culturais para crianças carentes, trabalhando com teatro, música, dança, circo, entre outras;
- Reunir profissionais e realizar levantamentos e um projeto para melhoria do Reinado em Itaúna – espaços utilizados, roteiro do evento anual, conscientização da comunidade, patrocínio e organização;
- Capacitar os membros das guardas de congado, com oficinas de confecção de vestimentas, fabricação de instrumentos. Além disso, fazer projetos para atrair as novas gerações para o congado;
- Organizar visitas mensais das escolas municipais ao museu, com palestras e outras atividades;
- Criar eventos para os artistas não só se apresentarem, mas também contarem suas experiências. Ex: Papo Musical;
- Apoiar os artistas, criar formas de incentivo financeiro;
- Implantar ações e projetos ligados ao cinema na cidade;
- Investir no turismo, principalmente ecológico, cultural e religioso.

EIXO 3 Eventos e festivais

Ações priorizadas:

- Fazer festivais de novos talentos no município – música, poesia, teatro, humor, audiovisual, etc.;
- Fazer intercâmbio cultural com outras cidades, criando um circuito de exibição dos artistas nos diversos locais participantes;
- Implantar um festival de teatro estudantil, com oficinas, mostras, etc.;
- Fazer ações descentralizadas para as comunidades carentes: shows, espetáculos, oficinas, etc.;
- Criar projeto de eventos culturais periódicos nas praças (são mais de 80 praças na cidade);
- Criar agenda cultural anual, em parceria com as escolas, envolvendo todos os segmentos da arte;
- Levar a cultura até os bairros, aproveitando as estruturas já existentes, como centros comunitários, escolas, praças, etc..



EIXO 4 Formação

Ações priorizadas:

- Ofertar oficinas de capacitação para que os artistas locais possam estar mais preparados para o cenário nacional;
- Criar uma escola municipal de música, objetivando a formação de músicos profissionais;
- Oferecer oficinas de artes nas férias para os alunos de baixa renda;
- Capacitar gestores para a elaboração de projetos culturais, captação de recursos e leis de incentivo à cultura.

EIXO 5 Mobilização e divulgação

Ações priorizadas:

- Estabelecer parceria entre poder público e iniciativa privada para maior divulgação e envolvimento dos artistas e do público;
- Promover debates e maior participação da população nos projetos culturais;
- Investir na conscientização cultural, ampliando as mídias e formas de divulgação;

- Envolver mais empresários e seus representantes como patrocinadores da cultura;
- Criar associações de profissionais da arte, uma por categoria.

A partir do levantamento das ações consideradas prioritárias para os grupos, o próximo passo é o detalhamento de um Plano de Ação, que vai informar, para cada eixo, diretriz e ação proposta, detalhes de sua execução: prazo, responsável, custo, metodologia, público envolvido, etc.

Em Itaúna, foi exercitado no GTM o preenchimento de uma planilha desse tipo, de forma a municiar os agentes culturais locais, públicos e privados, de um instrumento que, futuramente, pode ser o ponto de partida para a elaboração de seu Plano Municipal de Cultura.

Conclusões e recomendações

A partir dos dados analisados e das informações produzidas nos grupos de trabalho, a equipe do projeto elaborou algumas recomendações sobre a área cultural em Itaúna.

A conversa com lideranças culturais do município mostrou que à época da pesquisa de campo havia divergências entre poder público, produtores, artistas e gestores culturais no município, além do próprio poder legislativo. Não havia praticamente ação conjunta e nem uma política estruturada para atendimento ao setor.

Apesar de existir uma série de agentes culturais em atuação em Itaúna, estes realizam trabalhos isolados e com pequeno apoio do poder público. Alguns eventos e projetos que já foram relevantes na cidade encontram-se desativados ou com pequeno fôlego, como é o caso de alguns festivais e do próprio carnaval.

Percebeu-se também haver dificuldades de participação e mobilização da classe artística, inclusive nas instâncias formais, como o Conselho Municipal de Cultura ou a Conferência Municipal de Cultura.

Outro problema mencionado por entrevistados foi o que se refere à formação de público, visto que a comunidade se acostumou a receber muitos eventos gratuitos, através de circuitos culturais vindos de fora, e atualmente praticamente não frequenta nenhum evento pago, mesmo que com pequenos valores.

Como ponto positivo realça-se a disposição da prefeitura para estruturar a política cultural e se integrar ao Sistema Nacional de Cultura.

Nesse cenário, faz-se primordial resgatar o diálogo e a parceria entre artistas, produtores, gestores culturais, sistema legislativo e poder público, bem como institucionalizar e revitalizar as instâncias de participação e ouvidoria da comunidade, através do Conselho e das Conferências de Cultura. Só após esse momento inicial de diálogo e estruturação será possível avançar na construção de uma política cultural adequada para Itaúna.

Em um segundo momento, é fundamental avançar na implantação do Sistema Municipal de Cultura, com todos os seus componentes – Órgão Gestor, Plano, Lei, Fundo, Sistema de Informações – e integrá-lo ao Sistema Nacional de Cultura.

Por fim, é primordial a busca de parcerias com a iniciativa privada, com vistas a garantir o financiamento à cultura, fortalecendo os grupos culturais e a sustentabilidade das manifestações locais.






VFCO
MATHEUS LEME

UM OLHAR SOBRE
MATEUS LEME
E SUA CULTURA







Em Mateus Leme o Grupo de Trabalho Municipal – GTM foi realizado no dia 17 de junho de 2011 e contou com a participação de 18 pessoas da comunidade, da sociedade civil e do poder público, segundo as atividades previstas na metodologia proposta.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Mateus Leme.

Caracterização geral

O município está localizado na região Central de Minas, na microrregião de Belo Horizonte. Está inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH e participa da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – GRANBEL. Seu acesso é feito pelas rodovias MG-050, BR-262, BR-381 e MG-431.

De acordo com dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mateus Leme tem população total de 27.856 habitantes, sendo 24.676 na zona urbana e 3.180 na rural. Além da sede, conta com os distritos de Azurita, Serra Azul e Sítio Novo.

Do ponto de vista da economia local, predominam as atividades industriais e de comércio e serviços. Há grande concentração de indústrias no ramo de autopeças, que são fornecedoras da FIAT, em Betim, e de outras montadoras fora da região. Além disso, registra-se a presença de lojas de móveis e da atividade mineradora.

Segundo entrevistas, as principais indústrias locais são: Sumidenso, Sogefi, Zanini, Minasplastic, Takata, Líder Interiores e Mineração Matheus Leme, além da USIMINAS, que realiza atividades mineradoras na Serra Azul. Vale destacar que outras indústrias importantes para o município foram perdidas quando da emancipação do distrito de Juatuba.



Na agropecuária, o destaque vai para a horticultura e para a pecuária leiteira.

Atualmente o município de Mateus Leme não pertence a nenhum circuito turístico, tendo se desvinculado recentemente do Circuito Trilhas dos Bandeirantes. No que se refere ao turismo, foi feito inventário da região por alunos da PUC-MG, que apontou a presença de diversas cachoeiras, a Serra do Elefante e os atrativos históricos e culturais, principalmente no distrito de Azurita.

É importante destacar que a Serra do Elefante foi recentemente inventariada pela equipe da Associação Amigos da Serra do Elefante – AASE, na busca de transformá-la em unidade de conservação. Foram levantados diversos atrativos, entre eles, trilhas de escravos, cachoeiras e outros.

Mateus Leme não abriga instituições de ensino superior, sendo necessário deslocar-se para Juatuba, Betim, Itaúna ou Pará de Minas para estudar.

Formação histórica do município



Segundo informações constantes do Inventário cultural do município, datado de 2009, o povoado que deu origem a Mateus Leme surgiu a partir da penetração dos bandeirantes paulistas no interior das Minas Gerais, no século XVII, à procura de ouro e pedras preciosas.

Mateus Leme foi um desses bandeirantes. No volume XXVI da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros[4], Mateus Leme é citado como o "genro de Borba Gato que desbravou, em meados do século XVIII, as terras onde hoje se localiza o município que leva seu nome".

O povoado, que em 1739 era denominado Arraial do Morro de Mateus Leme, apesar de apresentar indícios de riqueza através da exploração do ouro, só foi alcançar a categoria de freguesia pelo Decreto de 14 de julho de 1830, confirmado por Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891. Nessa data, recebeu o nome de Santo Antônio do Morro de Mateus Leme.

Nessa época, estima-se que a população de Mateus Leme já era de 2.358 pessoas, segundo o levantamento pastoral. Em 1877, José de Joaquim da Silva, em seu "Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais", cita Santo Antônio do Morro de Mateus Leme como freguesia da Vila do Pará, desmembrada do município de Pitangui. Após ter pertencido aos municípios de Sabará, Pitangui e, posteriormente, Pará de Minas, Mateus Leme tornou-se um município independente.

Foi no dia 17 de dezembro de 1938, sob o Decreto-lei Estadual nº 148, assinado pelo então governador Benedito Valadares, que o distrito de Mateus Leme foi emancipado, composto por três distritos: Mateus Leme e Igarapé, ambos desligados do município de Pará de Minas, além do distrito de Serra Azul, desligado do município de Itaúna. Em 1943, o município perde parte de seu território, com a instituição do distrito de Azurita. A comarca de Mateus Leme foi criada em 1954.

Institucionalidade e requisitos do SNC

Em Mateus Leme, o órgão responsável pela cultura é a Coordenadoria de Cultura, subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômico. À época da pes-

[4] IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*: vol. 26: Municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1959, 463 p.



quisa de campo, a coordenadoria não tinha equipe própria e contava com os funcionários da referida secretaria para suas atividades.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, Mateus Leme não contava com Conselho Municipal de Cultura, somente com Conselho de Patrimônio.

Também não havia plano municipal de cultura do município e nem fundo de incentivo à cultura em funcionamento. O município contava somente com o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC.

No que é relativo às informações culturais, o município não dispunha de banco de dados e diagnóstico cultural. O que havia era o Inventário do Patrimônio no município, bem completo, abarcando as principais manifestações populares tradicionais, como o congado, as folias, as benzedeiras e as mestras da culinária.

De acordo com dados constantes do *site* do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em 2009 foram gastos R$ 287.735,55 com a cultura em Mateus Leme, o que representava 2,11% do total das despesas da municipalidade. Já em 2010, foram gastos R$ 641.374,07 em cultura, correspondentes a 1,86% do total dos gastos públicos.

Espaços e equipamentos culturais no município

Mateus Leme não dispõe de espaços públicos específicos para as práticas culturais, sendo que os poucos espaços existentes não oferecem estrutura adequada, na opinião de entrevistados. Os espaços utilizados para ações culturais no município são os seguintes:

- Casa de Cultura Agente Ferreira – gerida pela prefeitura, fica instalada na antiga Estação Ferroviária. Abriga o Museu Municipal, com objetos cedidos pelas famílias da cidade e acervo público. À época da pesquisa apresentava funcionamento parcial e com poucas atividades voltadas para o público.

- Biblioteca Pública Geraldo Alves de Oliveira – considerada por entrevistados como o maior polo de atividades culturais no município, com 40 anos de existência. Além da consulta a seu acervo, de cerca de 40.000 exemplares, são desenvolvidas no local diversas atividades, como exposições, saraus, contação de histórias e mesmo espetáculos de música. Há a proposta de se iniciar projeto de cinema, já que o cine-teatro do município foi fechado. A biblioteca sofre com a falta de uma sede própria, precisando mudar-se de tempos em tempos, pois seu imóvel é alugado.



- Casa de Cultura Cássia Afonso de Almeida – equipamento privado, fica localizado na Vila Suzana, mais conhecida no município como "Reta". É um projeto do Instituto Humberto Mauro, cuja sede fica em Belo Horizonte. São desenvolvidas no local atividades de cineclube, biblioteca, aulas de balé, exposições, eventos em geral, mas seus responsáveis apontam que falta maior apoio público e financiamento privado para a continuidade das ações.
- Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje – localizado no Bairro Atalaia, afastado do centro, o terreiro realiza, além de suas atividades religiosas, atividades culturais e atendimento social à comunidade do entorno. Também oferece esporadicamente oficinas artesanais, com o repasse dos saberes e ofícios ligados à produção de adereços e vestimentas do candomblé.

Além desses espaços, também são usados para fins culturais no município o coreto da praça e o centro comunitário da prefeitura. Foram também levantados alguns espaços com perfil mais comercial, onde são realizados festas e alguns eventos, como o Líder Hall, da mobiliadora Líder, e alguns bares com música ao vivo.

A prefeitura tem ainda um projeto para implantação da Casa da Música, onde serão oferecidos cursos diversos de formação musical, ainda sem data prevista para o início das atividades.

O município de Mateus Leme não abriga Pontos de Cultura.

Quanto aos meios de comunicação, realçam uma rádio comunitária e três jornais locais, além de outros produzidos em municípios vizinhos, mas que circulam também em Mateus Leme.



Principais manifestações culturais

Eventos, festas e festivais

Os entrevistados informaram que, em geral, o município apresenta predominância dos eventos de massa, com shows e barraquinhas. Segundo informações da prefeitura, os principais são o Carnaval; a Festa de Santo Antônio e São Sebastião, em junho; a Festa de Nossa Senhora do Rosário (distrito de Azurita), em agosto; o Aniversário da Cidade (17 de dezembro); o Encontro Nacional de Motoqueiros; o Encontro de Bandas Municipais; a Festa do Leite (distrito de Serra Azul), em maio; e a Festa da Cachaça de Azurita, evento tradicional, mas que não foi realizado nos últimos dois anos.

Complementando esse calendário, foi informado que a prefeitura pretende ainda implantar um festival de tira-gostos, que ocorreria sempre em outubro.

Manifestações religiosas

Segundo dados recolhidos em campo, as manifestações religiosas são significativas em Mateus Leme, destacando-se a Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário, de Azurita; a Guarda de Congo Nossa Senhora Aparecida, também de Azurita; a Folia de Reis de Azurita; o Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje; a Procissão de Nossa Senhora Aparecida, na Serra do Elefante; a Cavalhada, masculina e feminina, tradicional no município; e a Encenação da Paixão de Cristo.

No caso da Cavalhada, entrevistados afirmaram que tem rico acervo histórico e cultural, que, entretanto, vem se perdendo por falta de um projeto de memória. Como já há uma sede, haveria a possibilidade de se fazer um museu permanente no local.

Artesanato

Segundo entrevistados, o artesanato em Mateus Leme é diversificado e sem uma característica que o destaque. Há maior presença de peças em bordado e tear.

A principal dificuldade é a comercialização, pois não há ponto fixo na cidade, somente duas feiras: uma permanente, todos os sábados, na Praça da Matriz, com mostra de artesanato e comidas típicas; e uma bimestral – Feira Coisa Nossa, que traz o artesanato produzido dentro do projeto Ser Vir, da Secretaria de Assistência Social.

Em Serra Azul há uma ONG chamada Palha de Milho, que, além do artesanato, trabalha com questões de saúde, meio ambiente e economia solidária.

Em Azurita, há destaque para o Conselho de Desenvolvimento Comunitário – CONDECOMA, que desenvolve o Produzindo Arte – Projeto de Artes Visuais, Artesanato e Cerâmica, atendendo crianças e adolescentes das escolas públicas, municipais, e em situação de risco da comunidade de Azurita e adjacências.

Artistas e grupos culturais

De acordo com informações da prefeitura, há uma série de grupos culturais em Mateus Leme, com maior incidência da área musical, além do artesanato, já mencionado. Alguns grupos citados, nas diversas áreas, foram:

- Teatro: Grupo de Teatro Fênix (atualmente com as atividades paralisadas) e Grupo Semear (evangélico);
- Dança: Dança do Ventre – Luciana Leme;
- Música: Várias bandas e músicos de estilos diferentes, incluindo a Banda Municipal de Mateus Leme e o Coral Sinfonia (3ª idade);
- Associação literária: Associação Amigos da Biblioteca;
- Capoeira;
- Blocos carnavalescos: Parô Pirô, Unidos da Baixada, Acadêmicos do Samba e Sujô.

De acordo com entrevistados do município, ainda é muito pequena a prática de patrocínio via leis de incentivo, ocorrendo às vezes o aporte direto das empresas aos eventos. Também há subvenção da prefeitura a alguns grupos e associações.

Patrimônio material e imaterial

Na área do patrimônio, Mateus Leme vem realizando seus inventários com regularidade, tendo sua pontuação no ICMS Cultural elevada de 5,40 em 2010 para 8,05 em 2011.

Os bens tombados na esfera municipal são os seguintes:

- Bens móveis: Confessionário do Padre Vilaça; Imagem de Santo Antônio; Imagem do Cristo Morto; Imagem de Nossa Senhora do Rosário; Imagem de São Sebastião;
- Bens imóveis: Escola Estadual Domingos Justino Ribeiro; Estação Ferroviária de Azurita; Prédio da Estação Ferroviária

de Mateus Leme; Igreja Matriz de Santo Antônio, esta última também tombada na esfera estadual.

Além desses, há uma série de bens inventariados, com destaque para as estruturas arquitetônicas, como as chaminés industriais. Em relação aos sítios naturais paisagísticos diversos, estes também foram inventariados, como a Cachoeira do Morro, a Gruta do Morro, a Serra de Azurita, a Serra de Mateus Leme e o Morro do Elefante.

No patrimônio imaterial, as já citadas Guarda de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário de Azurita, Festa de Santo Antônio e São Sebastião e Cavalhada de Santo Antônio.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

Não há oferta regular, por parte do poder público, de capacitação na área artística ou de gestão cultural. O que há são ações e atividades desenvolvidas por particulares ou por organizações da sociedade civil.

Destaque para o CONDECOMA, em Azurita, que oferece formação em artes cênicas e *ballet* (Projeto Pedra Azul), em artesanato (Projeto Ensino e Cidadania) e em artes plásticas (Projeto Produzindo Arte).

A cavalhada feminina desenvolve o Projeto Sons de Batuque, com oficina de tambores.

A Banda Municipal realiza a formação permanente de seus músicos.

O Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje, como já citado, oferece oficinas de máscaras africanas e artesanato com material reciclado, além do Projeto Urucum, com o tratamento das ervas medicinais.

Na área pública, o destaque vai para o Projeto Ser Vir, da Secretaria da Assistência Social, que desenvolve oficinas de artesanato; além das aulas de informática na Casa de Cultura.



Há ainda uma escola de dança do ventre e duas escolas de música, todas particulares.

Em 2010, o Projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura levou para o município a oficina de elaboração de projetos culturais.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM, com o objetivo de analisar a atual situação da cultura em Mateus Leme, apontando seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Presença de entidades socioculturais no município, sede e distrito de Azurita;
- Oferta de oficinas artísticas em diversas modalidades;
- Diversidade de artistas / áreas culturais;
- Existência de um calendário festivo anual;
- Existência da coordenadoria de cultura;
- Existência do FUMPAC;
- Bom grau de conservação do patrimônio cultural;
- Presença de patrimônio natural e potencial turístico;
- Oferta de subvenções da prefeitura a alguns grupos culturais.

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Espaços e equipamentos pouco adequados para as práticas culturais;
- Falta de apoio aos grupos e entidades;
- Falta de reconhecimento e valorização da cultura local;
- Falta de recursos humanos na gestão pública de cultura;
- Falta de continuidade dos projetos e regularidade dos eventos;
- Falta de profissionalização dos artistas e grupos culturais;
- Falta de divulgação eficaz e descentralizada;
- Falta de integração e interação entre os grupos culturais;
- Falta de oportunidades para artistas locais nos eventos;
- Dificuldades de sustentabilidade dos grupos e entidades;
- Falta de institucionalização da política cultural, incluindo órgão gestor específico para a cultura e lei municipal de incentivo à cultura.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Existência de várias empresas com potencial para patrocínio cultural na região;
- Localização geográfica estratégica (acesso facilitado, potencial turístico);
- Existência do Circuito Turístico Trilha dos Bandeirantes;
- Existência das leis de incentivo à cultura e de editais no âmbito federal e estadual;
- Existência do Sistema Nacional de Cultura;
- Existência de políticas de interiorização e descentralização da ação cultural, nos âmbitos federal e estadual;
- Existência de políticas públicas de apoio à diversidade cultural;
- Oferta de festivais, fóruns, seminários e cursos de formação em cidades próximas;
- Existência de entidades e projetos de intercâmbio e financiamento nacional e internacional.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Crescimento populacional desordenado, levando à perda da identidade cultural;
- Cultura de massa prejudicando a diversidade cultural local;
- Intolerância e preconceito cultural, religioso, racial, etc.;
- Produtos industrializados substituindo o artesanato local;
- Burocracia para elaboração e aprovação de projetos.

Após a identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro. Os presentes discutiram como gostariam que a cultura de Mateus Leme estivesse no prazo de dois anos. A partir desses tópicos, foi construída a seguinte Visão:

> No prazo de dois anos, a cultura em Mateus Leme estará estruturada como uma política pública e integrada ao Sistema Nacional de Cultura. Estará valorizada e fortalecida, com participação da sociedade civil, um Conselho atuante, Secretaria Municipal e lei de incentivo implantadas, com ações inclusivas e continuadas e garantindo apoio e sustentabilidade dos grupos culturais.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

No caso de Mateus Leme, pediu-se a cada um dos presentes que desse suas sugestões de ações, considerando o diagnóstico e a matriz estratégica, para atingir a Visão de Futuro proposta. Foram recebidas as tarjetas com sugestões dos participantes do GTM, posteriormente distribuídas aos subgrupos de trabalho para que fizessem a priorização.

As sugestões priorizadas foram agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o Diagnóstico. As prioridades e seus eixos estão apresentados a seguir.

EIXO 1 Estrutura física / espaços culturais



Ações priorizadas:

- Construir um espaço multiuso para a cultura (auditório, biblioteca, teatro);
- Reativar e dinamizar o uso dos espaços que já existem;
- Criar um parque de exposições.

EIXO 2 Institucionalização e estruturação da gestão pública

Ações priorizadas:

- Criar secretaria de cultura exclusiva e seus setores;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura;
- Ativar o Fundo Municipal de Cultura, direcionando a ele recursos federais e estaduais;
- Aumentar para 5% o recurso municipal para a cultura;
- Criar o conselho de cultura;
- Criar a lei municipal de cultura;
- Articular a política pública de cultura em rede com as demais políticas;
- Identificar e cadastrar os grupos e entidades culturais – mapeamento.

EIXO 3 Capacitação e profissionalização

Ações priorizadas:

- Realizar cursos e oficinas periódicos para elaboração de projetos e captação de recursos;
- Realizar *workshops*, fóruns, seminários, exposições, em diversas áreas de formação artística e cultural;

- Apoiar grupos culturais e ONGs em cursos profissionalizantes presenciais;
- Capacitar gestores e artistas para buscar recursos nas empresas e prefeitura;
- Instituir política de contratação dos capacitados como multiplicadores.

EIXO 4 Divulgação e comunicação

Ações priorizadas:

- Buscar apoio dos meios de comunicação – locais e regionais – usar mídia local, rádio, jornal, *outdoor*, *busdoor*, entre outros meios, para divulgar ações culturais no município;
- Criar cartela de contatos virtuais e físicos (*mailing* centralizado e unificado);
- Criar *site* para a cultura do município;
- Criar calendário cultural fixo anual;
- Realizar eventos com artistas locais para divulgar a cultura local e lançar o calendário;
- Abrir espaço na rádio local para músicos pouco veiculados;
- Cadastrar artistas e artesãos locais para inclusão em eventos;
- Divulgar nas escolas a arte feita no município.

EIXO 5 Ação cultural

Ações priorizadas:

- Promover o turismo através de encontros de grupos culturais;
- Criar o Museu da Cavalhada;
- Agregar valor à feirinha, incluindo apresentações de artistas e artesãos locais.

EIXO 6 Apoio, parcerias e patrocínio

Ações priorizadas:

- Elaborar projetos para editais e leis de incentivo estadual e federal;
- Apresentar projetos culturais aos empresários locais.

A partir do levantamento das ações consideradas prioritárias para os grupos, o próximo passo é o detalhamento de um Plano de Ação, que vai informar, para cada eixo, diretriz e ação proposta, detalhes de sua execução: prazo, responsável, custo, metodologia, público envolvido, etc.

Em Mateus Leme, foi exercitado no GTM o preenchimento de uma planilha desse tipo, de forma a municiar os agentes culturais locais, públicos e privados, de um instrumento que, futuramente, pode ser o ponto de partida para a elaboração de seu Plano Municipal de Cultura.

Conclusões e recomendações

A partir dos dados analisados e das informações produzidas nos grupos de trabalho, foi possível elaborar algumas recomendações para a área cultural em Mateus Leme.

Em linhas gerais, é possível afirmar que o município de Mateus Leme ainda se encontra em processo de estruturação de sua política cultural, além de não contar com espaços físicos ou institucionalidade para tal, apesar da importância e riqueza das manifestações, em especial as de fundo religioso e matriz africana.

Nesse sentido, faz-se fundamental avançar rumo à institucionalização da política pública de cultura no município, que inclui, entre outras ações: a estruturação do órgão gestor; a criação de legislação de fomento à cultura; a criação de fundo municipal de cultura; a realização de mapeamento e diagnóstico cultural; a implantação das instâncias de participação, incluindo conselho e conferência municipal de cultura; a elaboração do Plano Municipal de Cultura e, finalmente, a integração do município ao Sistema Nacional de Cultura.

Outras questões identificadas referem-se à necessidade de apoiar os grupos culturais e projetos já em desenvolvimento na localidade, com vistas a seu fortalecimento e sustentabilidade, como é o caso das ONGs instaladas em Azurita, do Terreiro de Candomblé e da Casa de Cultura da "Reta", entre outros mencionados ao longo do diagnóstico.

A formação dos grupos culturais e gestores públicos para a elaboração de projetos e captação de recursos também é primordial e deve ser considerada uma das prioridades da ação cultural local.

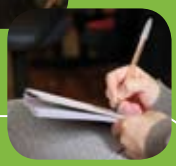
Por fim, a questão da necessidade de estruturar espaços adequados para a cultura, incluindo a construção de novos e a revitalização dos existentes, é uma questão crucial para que a produção cultural local possa se desenvolver com qualidade. Há destaque nesse sentido para a necessidade de uma sede própria e adequada para a Biblioteca Municipal, para que não tenha sua ação prejudicada pela necessidade constante de mudanças e troca de espaço.





UM OLHAR SOBRE
POUSO ALEGRE
E SUA CULTURA





De acordo com a metodologia proposta, já descrita no início desta publicação, foi realizado o Grupo de Trabalho Municipal – GTM no município de Pouso Alegre, no dia 26 de agosto de 2011, com a presença de 13 pessoas, representantes da sociedade civil e do poder público local.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Pouso Alegre.

Caracterização geral

O município se insere na macrorregião sul de Minas, na microrregião de Pouso Alegre. As principais vias de acesso são a BR-381 e a BR-459, além da MG-179. Participa da Associação dos Municípios do Médio Sapucaí – AMESP e do Circuito Turístico Serras Verdes, juntamente com os municípios de Bom Repouso, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Conceição dos Ouros, Córrego do Bom Jesus, Consolação, Estiva, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Natércia, Paraisópolis, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Tocos do Moji e Toledo.

De acordo com os últimos dados do Censo Demográfico do IBGE, o município contava com 130.615 habitantes em 2010, dos quais 119.590 na zona urbana e 11.025 na rural.

Do ponto de vista das atividades econômicas, o município tem relevância nos três setores: agropecuária, indústria e comércio, com maior destaque para os dois últimos. Na agropecuária, a atividade mais relevante é a avicultura.

No setor secundário, responsável por quase ¼ do PIB municipal, os principais ramos, de acordo com dados do Cadastro de Empresas do IBGE – CEMPRE, são: Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Edição, impressão e reprodução de gravações; Extração de minerais não metálicos; Fabricação e montagem de veículos automotores; Fabricação de artigos de borracha e plástico; Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de móveis e produtos de madeira diversos; Fabricação de produtos alimentícios e bebidas; Fabricação de produtos de minerais não metálicos; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos têxteis; Fabricação de aparelhos e materiais elétricos, eletrônicos e aparelhos e equipamentos de comunicação; Fabricação de produtos de metal; Metalurgia básica; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro.

Por fim, o setor mais dinâmico é o terciário, que responde por cerca de 60% do PIB municipal e pelo maior número de postos de trabalho. As atividades de comércio e serviços polarizam toda a região e atraem habitantes de diversos municípios do sul de Minas.

Destaque também para a atividade educacional, com a presença de unidades do ensino superior que ampliam a atratividade do município em toda a região. Segundo o *site* do MEC, estão instaladas em Pouso Alegre cinco unidades de ensino superior, todas privadas.

Formação histórica[5]

A ocupação da região onde atualmente se localiza o município de Pouso Alegre foi iniciada a partir das descobertas auríferas do período colonial, em meados do século XVIII. A busca do precioso metal na região de Sant'Ana do Sapucahy atraiu um considerável contingente populacional, principalmente de portugueses e paulistas.

Não tendo se concretizado como relevante a atividade mineradora no local, as margens do Rio Mandu mostraram-se propícias para a atividade agropecuária, com a implantação de fazendas no local, voltadas para o abastecimento das regiões mais prósperas.

Mandu foi o nome primitivo do arraial. Em 1797, o governador Dom Bernardo José Lorena, Conde de Sarzedas, encantado com a beleza do local, mudou o nome da cidade de Pouso do Mandu (nome do rio e derivado do tupi-guarani, significando peixe amarelo) para Pouso Alegre.

Em 1831 o povoado foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se de Campanha, sendo instalado como município já no ano seguinte. A sede do município recebeu foros de cidade através da Lei Provincial n.° 433, de 19 de outubro de 1848.

A cidade foi declarada estância hidromineral por Lei Estadual. Localiza-se exatamente no centro das demais estâncias regionais, em um semicírculo que começa em Poços de Caldas e se fecha no circuito das águas de Minas.

Institucionalidade e requisitos do SNC

Pouso Alegre possui órgão gestor exclusivo responsável pela cultura, que é a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

No que é relativo aos aspectos de ouvidoria e participação da comunidade na política cultural, o município tem realizado as Conferências de Cultura e conta com Conselho Municipal de Cultura, criado em 2007, com caráter consultivo e deliberativo. O município tem também Conselho Municipal de Patrimônio atuante, também com caráter consultivo e deliberativo.

O município não possui diagnóstico ou mapeamento cultural. Segundo se apurou, estava sendo realizado o cadastramento dos artistas para que pudes-

[5] Fontes para este capítulo: IBGE.. *Enciclopédia dos municípios brasileiros:* vol. 27: Municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1959, 463 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE. *Plano de Inventário para o ICMS Cultural.* Belo Horizonte: IEPHA, 2010.

sem votar e ser votados no Conselho, de forma a garantir a representatividade do mesmo. Existe um pré-cadastro, feito na época da Conferência de 2007, além de controle dos artistas que se inscrevem na lei de incentivo. Segundo se apurou, atualmente há cerca de 200 artistas cadastrados na cidade. A proposta da secretaria é fazer um cadastro on line, para inscrição dos artistas.

Pouso Alegre também ainda não elaborou seu Plano Municipal de Cultura e aguarda as definições nacionais e aprovação no Congresso para se integrar ao Sistema Nacional de Cultura. Já estão elaborados o Plano Municipal de Turismo e o Plano Municipal de Patrimônio, ambos aprovados e em execução.

No que é relativo aos mecanismos de fomento, o município tem Lei e Fundo de Incentivo à Cultura, com lançamento de edital anual. A lei de incentivo foi criada já há 10 anos e deverá ser revista em 2012. Em 2011, foram disponibilizados R$ 440 mil para os projetos, incluindo fundo e lei. A previsão para 2012 é de cerca de R$ 300 mil de fundo e R$ 300 mil de renúncia fiscal.

Em 2009 foi criada a lei de incentivo ao esporte, que também é administrada pela Secretaria de Cultura e Turismo.

O município também conta com o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, para projetos e ações destinados a promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local. Entre outros recursos, o fundo recebe os valores oriundos do ICMS Cultural, além de aportes do município.

De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado, o total de despesas do município em 2010 foi de R$ 148.355.089,11, dos quais 1,5% destinados à cultura.

A Secretaria de Cultura e Turismo desenvolve uma série de projetos e ações continuadas no município, entre elas:

- Manutenção da Orquestra Sinfônica, com corpo estável de músicos concursados. Em relação a tal ação, atualmente são somente seis músicos, sendo necessário contratar profissionais a cada apresentação. Há proposta de se criar uma Associação de Amigos da Orquestra, de forma a facilitar a captação de recursos e o incremento de seus quadros;
- Oferta de espaços culturais, como a Biblioteca e o Teatro Municipal, dos quais se falará mais detidamente a seguir;
- Programa Ordem do Mérito Cultural – nos moldes da premiação federal, o projeto no município já está em sua terceira edição.

É importante ainda relatar que a prefeitura será a responsável pelo prédio da antiga cadeia e pretende implantar no local um Centro Municipal de Cultura e Cidadania, que incluirá, a princípio, biblioteca, sala multiuso, sala de periódicos, brinquedoteca, sala de leitura e outras destinações culturais.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

De acordo com entrevistados, além dos cursos oferecidos pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC e algumas oficinas de grupos artísticos locais, é pequena a oferta de formação e capacitação na área da cultura em Pouso Alegre.

Há oferta de cursos regulares de música em escolas particulares, como a Polimúsica e a Cromática. O Conservatório Estadual oferece formação continuada, com cursos de Educação Musical, Instrumentos Musicais, Canto Individual, Canto Coral (infantil, adulto e 3ª idade), Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança Folclórica, Prática de Conjunto Popular e Erudito, Prática de Orquestra, Cameratas, Corais, Artesanato, Decoração e Fanfarra.

Nas artes plásticas, há alguns artistas que oferecem cursos livres em seus ateliês.

Na dança, há escolas particulares, como o Ballet Luiz Henrique, o Ivan Felipe Dança de Salão e o Ballet Letícia. Há também o Projeto JUD, que leva a dança para as escolas públicas.

Outras ofertas identificadas na área da formação foram a oficina de formação de atores da ONGTAC e o curso de cinema do Ponto de Cultura.

De acordo com os entrevistados no município, falta ainda a formação artística para públicos específicos (adultos, por exemplo, visto que a maioria das ofertas é para crianças ou iniciantes). Falta também oferta de formação pública / gratuita e formação na área de gestão e produção cultural.

Um espaço importante para intercâmbio e troca de experiências, com oferta de palestras, é o Fórum Sulmineiro de Cultura, com periodicidade anual.

Espaços e equipamentos culturais no município

O município conta com uma série de espaços para uso cultural, alguns deles com estrutura adequada, outros adaptados. A seguir, serão apresentadas informações sobre os principais, segundo apurado na pesquisa de campo.

- Teatro Municipal de Pouso Alegre – Edificado a partir de 1873, com recursos doados pelo Grupo União e Progresso, o Teatro foi inaugurado em 1875 e posteriormente cedido à municipalidade. Atualmente é totalmente mantido com recursos da prefeitura, com pouca renda de aluguel do espaço ou cobrança de bilheteria. A maior parte de sua programação é realizada em parceria com instituições, escolas e artistas, com entrada franca ou bilheteria a preços populares.

  O Teatro foi recentemente reformado, via FUMPAC e dotação orçamentária da prefeitura. Segundo entrevistados, foi realizada reforma emergencial, recuperação de danos causados pelas chuvas e obras para garantir a acessibilidade. Entretanto, ainda são necessárias obras de revitalização e troca do telhado e forro, iluminação cênica, ar condicionado, equipamentos e troca das poltronas.
- Galeria Artigas – Uma das unidades da Secretaria de Cultura, é composta de dois espaços para exposições, com lançamento de edital de ocupação anual. As exposições são trocadas a cada 15 dias, com participação de artistas locais e de outras partes do País.
- Biblioteca Pública Municipal Prisciliana Duarte de Almeida – Abriga atualmente um acervo de mais de 40 mil livros. Está localizada em imóvel alugado e inadequado para seu funcionamento, motivo pelo qual há proposta de mudá-la de local. Há também a intenção de se criar uma Associação de Amigos para captar recursos e parcerias.
- Conservatório Estadual de Música Juscelino Kubitschek de Oliveira – Com mais de 50 anos de atividade, é um dos 12 conservatórios de Minas Gerais. Está localizado no centro de Pouso Alegre em prédio tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal (antigo Colégio Santa Dorotéia). Além das salas de aula e ensaios, conta com biblioteca e auditório com 200 lugares para apresentações.
- Museu Histórico Municipal Tuany Toledo – Mantido pelo Legislativo Municipal, conta com um acervo de mais de quatro mil peças, entre objetos, iconografia e documentação arquivística municipal, dos séculos XIX e XX.
- Mercadão Municipal – Com 116 anos de existência, tornou-se ponto de encontro e de cultura no município, com oferta de produtos

agropecuários, mas também comidas típicas, artesanato e venda do tradicional pastel de farinha de milho, patrimônio pouso-alegrense.

Outros espaços com potencial de uso cultural, mencionados pelos entrevistados, foram:

- Clubes e associações recreativas: Associação Atlética Banco do Brasil – AABB; Clube de Campo Fernão Dias; Clube de Campo Pouso Alegre; Morada do Sol; Parque Aquático Água Azul; União Operária Pouso-alegrense;
- Atelier Mineiro;
- Pontos de Cultura: Cinema e Vídeo Digital;
- Casa da Cultura Menotti Del Picchia, na antiga estação ferroviária, onde atualmente funciona o Centro Cultural de Convivência do Idoso;
- Cine Eldorado;
- Feira de artesanato de Pouso Alegre – Sextas, sábados e feriados, na Praça da Catedral, realizada pela Associação Pouso-alegrense de Artesanato;
- Praças (mas sem estrutura). A Praça João Pinheiro é a única com espaço próprio;
- Ginásio do Colégio São José; Salão da Faculdade de Direito;
- Horto florestal (potencial, falta reativar);
- Catedral metropolitana (só apresentações de música sacra); Capela Santa Dorotéia – abriga concertos;
- Estádio; Praça de Esportes; pátio da rodoviária;
- Clube literário;
- Auditórios: Teatro da ACIPA, Plenário da Câmara de Vereadores; Teatro da Faculdade de Medicina (restrições de uso por ser ao lado da UTI neonatal).

Na área da comunicação, o município conta com diversos veículos, incluindo quatro emissoras de rádio, uma emissora de TV e 12 jornais impressos, incluindo os de âmbito regional.

Segundo entrevistados, ainda faltam no município espaços e equipamentos para exibição audiovisual, além de espaços para público de médio e grande porte.

Encontra-se em fase de projeto a implantação de um Centro de Cultura no prédio da antiga cadeia, como antes mencionado. Além disso, há proposta de se instalar uma praça de esportes e cultura do PAC2, do Ministério das Cidades, ao lado da rodoviária, além de uma concha acústica na Praça João Pinheiro.

Principais manifestações culturais

Segundo se apurou na pesquisa de campo, Pouso Alegre tem uma ampla gama de manifestações culturais nas diversas áreas artísticas. Neste item, buscar-se-á dar alguns indicativos a respeito dos artistas e grupos culturais locais, bem como sobre o calendário de eventos do município e as características de seu patrimônio histórico.

Entretanto, como não há um mapeamento cultural ou cadastro de artistas atualizado, não é possível realizar uma análise mais detalhada do perfil cultural local.

Eventos, festas e festivais

Os principais eventos permanentes e festas que ocorrem no município são:

- Quarta no Parque – de frequência semanal, às quartas-feiras, traz barracas das entidades beneficentes locais, com produtos da gastronomia;
- Feira de Artesanato – realizada pela Associação de Cultura, Arte e Artesanato Mãos que Fazem, na Praça Senador José Bento – semanal, às sextas-feiras, traz exposição de artesanato e comidas típicas;
- Feira de Artesanato – realizada pela Associação Pouso-alegrense de Artesanato – APA, aos sábados, na Praça Senador José Bento, com produtos artesanais e comidas típicas;
- Campeonato de Automodelismo Off Road (fevereiro), com competidores de todo o Brasil;
- Carna PA (2ª quinzena de abril) - no formato micareta, com shows de artistas de renome nacional de axé;
- Country Music Pouso Alegre (1ª quinzena de maio) – festival com shows de renome nacional da cena sertaneja. Atrai visitantes de toda a região sul mineira, bem como oriundos das cidades do Vale do Paraíba em São Paulo;

- Streetball Trio – Basquete de Rua (1º de maio) - objetiva incentivar a prática de esportes e proporcionar entretenimento e diversão aos pouso-alegrenses, na comemoração do Dia do Trabalhador. Recebeu em 2011 a equipe da Central Única de Favelas de Belo Horizonte – CUFA;
- Mega Desfile da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre – ACIPA (1ª quinzena de maio) – reúne 33 lojas associadas para um desfile das tendências Outono/Inverno;
- Concerto Internacional de Jazz (junho) – o concerto tem a participação de grandes nomes da música jazzística, que se reúnem para uma única apresentação na cidade;
- São João Nordestino (junho) – traz shows com bandas de forró, repentistas, cordel, xilogravura, artesanato e comercialização de produtos da gastronomia típica nordestina;
- Projeto Contraponto (junho, julho, agosto e outubro) – em formato de concerto, cada edição do projeto conta com a presença de um instrumentista convidado;
- Marcha para Jesus (junho) – atrai participantes de várias cidades e inclusive de outros estados;
- Festa do Biscoito (julho) – além das apresentações de shows musicais, os visitantes podem saborear o produto típico, o biscoito, que é o tema da festa;
- Minas Brasil Instrumental (julho) – em que se apresentam grandes nomes da música brasileira instrumental;
- Triumph of Metal (agosto) – festival de bandas que reúne grandes nomes do cenário heavy metal do Brasil e do exterior;
- Festival Nacional da Canção – FENAC – Etapa Eliminatória (1ª quinzena de agosto) – o maior festival de música do Brasil acontece de julho a setembro em seis cidades mineiras, sendo uma delas Pouso Alegre, que recebeu em 2011 a 2ª eliminatória. Traz programação artística e cultural durante o dia e a apresentação das músicas concorrentes na parte da noite;
- Fórum Sul Mineiro de Cultura – realizado no Conservatório Estadual de Música Juscelino Kubitschek de Oliveira – CEMPA, em agosto. Reúne artistas, professores, gestores e comunidade cultural de todo

o sul de Minas, em debates e palestras sobre cultura e educação;

- Caipirarte – realizado no Conservatório Estadual de Música Juscelino Kubitschek de Oliveira – CEMPA, em agosto. Com 24 anos de existência, o evento teve como mote inicial a mobilização da comunidade artística para reconstrução do Conservatório após um incêndio. Alia a festa caipira às manifestações artísticas;
- Feira das Nações (agosto) – evento com finalidade filantrópica, reúne 12 entidades beneficentes que apresentam pratos e bebidas típicas de 12 países, sendo eles Alemanha, Portugal, Japão, Suíça, Espanha, Itália, França, Argentina, Arábia, Estados Unidos, Rússia e Brasil. O evento conta ainda com apresentações culturais, musicais e bingo;
- Festa do Morango (setembro) – com comidas típicas e gastronomia preparada com morango, além de shows regionais e desfile que escolhe a Rainha da Festa e o Baby Moranguinho;
- Cowboy Forever (setembro) – festival com shows de renome nacional que reúnem grandes nomes da cena sertaneja e atraem participantes de toda a região sul mineira, bem como oriundos das cidades do Vale do Paraíba, em São Paulo;
- Encontro de Folia de Reis (setembro) – com apresentações das guardas de Folia de Reis e shows artísticos;
- Passeio Ciclístico do Aniversário de Pouso Alegre – Ciclosulminas (outubro);
- PA Music Festival (novembro) – festival com shows de bandas de renome nacional;
- Semana de Arte e Música (novembro) – traz apresentações musicais, *performances* teatrais, exposições de artes plásticas, entre outras atrações;
- Festa do Pastel de Milho (novembro) – durante todo o dia de festa os participantes podem saborear gratuitamente os pastéis de farinha de milho fritos na hora pelos pasteleiros.



Acontecem ainda apresentações culturais e musicais.

Artistas e grupos culturais

Além da pesquisa de campo, quando foram realizadas entrevistas com alguns grupos culturais e entidades atuantes em Pouso Alegre, utilizou-se como fonte de consulta o *site* www.culturapa.com, que traz informações sobre vários artistas locais.

De acordo com as fontes consultadas, viu-se que a área da música é uma das mais representativas no município, o que pode ser atribuído à própria presença do Conservatório Estadual, gerando uma tradição musical na cidade. Existe um grande número de cantores e grupos musicais, nos diversos estilos, do erudito ao popular, do rock ao rap, passando pela música de louvor.

A cidade também apresenta vários artistas plásticos, escritores, atores, grupos de teatro e dança, além de fotógrafos.

A seguir, serão apresentadas algumas instituições e projetos que desenvolvem atividades culturais no município:

- Núcleo Independente de Cinema – grupo formado por profissionais graduados e técnicos em cinema que existe há quase três anos e se formou a partir da conclusão do curso de cinema oferecido pelo Ponto de Cultura, com apoio do Ministério da Cultura;
- Academia Pouso-alegrense de Letras – APL – Fundada em outubro de 1992, congrega os escritores locais;
- ONGTAC – Treinamento, Arte e Cultura;
- Projeto Memória do Povo – centro de documentação virtual que utiliza como metodologia de trabalho a história oral. O projeto contempla histórias de vida de pessoas anônimas (ou não) residentes na microrregião de Pouso Alegre, com trajetória relevante para os temas estudados;
- Foto Clube Pouso Alegre – fundado em março de 2010, busca reunir os amantes da imagem com a finalidade de manter contato, trocar informações e organizar eventos culturais para divulgar a arte da fotografia;
- Núcleo Artenativo de Pesquisas em Arte – NAPA – é um grupo atuante em diversos segmentos artísticos em Pouso Alegre há quase 12 anos;
- Grupos ligados ao carnaval: Grêmio Recreativo Escola de Samba Camisa Verde e Branco; Associação Carnavalesca Bloco Mocidade Independente; Clube Unidos da Tijuca; Associação Carnavalesca Bloco Fascinação; Grêmio Recreativo Escola de Samba Ritmistas

das Alterosas; Escola de Samba Império do São João; Escola de Samba Imperatriz da Alegria; Bloco do Pinguinha;
- Centro de Tradições Nordestinas do Sul de Minas;
- Associação Juventude Unida Dançante;
- Clube do Retalho de Pouso Alegre.

As entrevistas no município mostraram que os artistas pouso-alegrenses vêm enfrentando uma série de dificuldades para desenvolver seus trabalhos e manter a atividade artística.

Uma delas é a falta de uma divulgação mais direcionada e eficaz, contribuindo para atração de público aos eventos e atividades.

Entrevistados apontaram também que falta maior profissionalismo entre os artistas, uma equipe técnica multidisciplinar nos projetos e eventos e uma maior união, com parcerias e trabalho compartilhado.

Outra questão mencionada foi a carência de ações e projetos culturais nos bairros, de projetos na área da literatura, educação patrimonial e de ações culturais e formativas junto às crianças e aos jovens da cidade.

Por fim, a dificuldade em elaborar projetos e captar recursos foi um dos principais entraves apontados para a cultura local. De acordo com entrevistados, a grande maioria dos apoios captados no município se dá via lei e fundo municipal de incentivo. Nas outras leis a participação é pequena, destacando-se o patrocínio da USIMINAS via renúncia de ICMS.

Em 2010 foi criado o laboratório de apoio à elaboração de projetos dentro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. A Secretaria também está trabalhando na articulação com as empresas para facilitar a captação dos projetos aprovados, visto que as outras empresas ainda têm que ser sensibilizadas para investimento via lei estadual ou federal. Um dificultador nesse sentido é o fato de que a maior parte das sedes está fora do município, ficando a decisão de patrocínio fora de Pouso Alegre.

Patrimônio material e imaterial

O município conta com vasta lista de bens inventariados e tombados, todos em nível municipal, destacando-se:

- Conjunto paisagístico: Circuito Estrada de Ferro Sapucaí;
- Bem imóvel: Antiga Estação Ferroviária (Casa de Cultura Menotti Del Piccha); Conservatório Estadual de Música

Juscelino Kubitschek; Estátua do Bandeirante Fernão Dias;
Teatro Municipal e outras edificações civis e religiosas.

Outro bem relevante para o município, a Maria Fumaça, encontra-se em processo de revitalização, com recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC.

No que se refere ao patrimônio imaterial, já foram inventariados diversos bens no município, destacando-se: Escola de Samba Unidos da Tijuca; modo de fazer doces caseiros; Festa de São José Operário; time de futebol do Bangu; Festa da Nossa Senhora Aparecida (Igreja Nossa Senhora Aparecida); Festa de Aniversário da Cidade; Festa de São Cristóvão (Paróquia de São Cristóvão); modo de fazer casinhas de barro; quitutes de Dona Benedita; Benzedeira (Bairro dos Afonsos); Festa do Biscoito e Folia de Reis.

O município tem realizado seu Inventário e vem aumentando sua pontuação no ICMS Cultural. Em 2011, chegou a 11,10 pontos e a 13,60 no exercício de 2012.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM na cidade de Pouso Alegre, que traz um olhar sobre os pontos fortes e fracos da cultura local, bem como as oportunidades a serem aproveitadas e as ameaças a serem enfrentadas.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Existência de vários espaços para uso cultural;
- Presença de público diversificado;
- Quantidade, qualidade e diversidade de artistas na área da música;
- Presença do Conservatório;
- Produção cultural diversificada;
- Institucionalidade – presença de conselho, fundo, lei de incentivo à cultura e conferências;
- Capital social organizado – existência de entidades, associações;
- Presença e convivência de migrantes de vários locais;
- Polarização regional – comércio, educação, saúde, serviços e eventos;
- Presença de grande número de empresas, de comércio, serviços e indústria, com potencial de patrocínio;
- Presença da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS.

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Espaços subutilizados, restritos ou sem estrutura adequada para fins culturais;
- Espaços públicos abertos mal conservados (praças, etc.);
- Falta trabalho de reconhecimento e fortalecimento das diversas identidades culturais presentes no município;
- Falta de mobilização, participação dos setores culturais;
- Falta de formação e profissionalização dos quadros da cultura;
- Falta de canais eficientes e adequados de divulgação e comunicação;
- Falta de ação conjunta /coletiva;
- Falta de ações de formação de público, educação patrimonial, educação para a cidadania e memória.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Existência das leis de incentivo estadual e federal, bem como editais;
- Existência de redes e coletivos de apoio e financiamento a projetos;
- Presença das redes sociais e internet de um modo geral;
- Proximidade com São Paulo, facilitando a oferta de cursos, acesso ao conhecimento;
- Inserção no Circuito Turístico Serras Verdes;
- Existência de diversos projetos e circuitos culturais que se apresentam na cidade.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Cultura de massa e maior valorização de artistas de fora;
- Evasão de público para eventos culturais em São Paulo;
- Evasão de talentos para outras cidades.

Após a identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro. Os presentes discutiram como gostariam que a cultura de Pouso Alegre estivesse no prazo de dois anos. A partir desses tópicos, foi construída a seguinte Visão:



No prazo de dois anos, Pouso Alegre estará integrada ao Sistema Nacional de Cultura, com mapeamento cultural consolidado e atualizado e com o Plano Municipal elaborado e em execução. Contará também com um coletivo cultural organizado, oferta de formação e profissionalização para os quadros da cultura, empresariado sensibilizado e apoiando as ações culturais, espaços para a cultura estruturados e projetos integrados de educação patrimonial, artística e cidadã.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

Pediu-se a cada um dos presentes no GTM que desse suas sugestões de ações, considerando o diagnóstico e a matriz FOFA, para atingir a Visão de Futuro proposta. Foram recebidas sugestões dos participantes e as sugestões priorizadas foram agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o diagnóstico. As prioridades e seus eixos estão apresentados a seguir.

EIXO 1 Mobilização dos agentes culturais

Ações principais:

- Criar um coletivo, grupo ou cooperativa de artistas no município;
- Promover encontros periódicos dos artistas locais;
- Organizar ações conjuntas, eventos e manifestações artísticas nos espaços públicos;
- Criar selo e *slogan* para os participantes do coletivo cultural;

EIXO 2 Mapeamento, comunicação e divulgação

Ações principais:

- Fazer mapeamento e diagnóstico cultural do município, oficial, atualizado constantemente, incluindo bairros e zona rural;
- Envolver a UNIVÁS no mapeamento e nas atividades culturais;
- Criar mecanismo de registro de público e seus contatos, nos eventos;
- Criar jornal cultural nos ônibus, em parceria com as viações locais;
- Unir atividades de turismo e cultura, focando nas manifestações locais;
- Criar novos meios de divulgação, agenda permanente, entre outros.

EIXO 3 Formação e profissionalização

Ações principais:

- Realizar cursos de formação de gestores, com foco na elaboração de projetos culturais, gestão, prestação de contas e captação de recursos;
- Fazer palestras nas faculdades sobre as artes de Pouso Alegre;

EIXO 4 Sustentabilidade dos grupos e captação de recursos

Ações principais:

- Realizar parceria com o SEBRAE-MG na roda de negócios, com palestra sobre a importância das parcerias e do investimento em projetos culturais;
- Realizar evento com oficinas, *workshops* e palestras direcionadas ao empresariado, sensibilizando e esclarecendo os benefícios do investimento em projetos culturais;
- Criar e implantar campanha de sensibilização do empresariado junto à ACIPA.

EIXO 5 Educação patrimonial

Ações principais:

- Implantar projeto de educação patrimonial junto às escolas e atividades turísticas, com foco na cultura e nas manifestações artísticas de Pouso Alegre.

EIXO 6 Eventos culturais

Ações principais:

- Realizar evento municipal de cultura durante a semana do LiquidaPA, envolvendo diversas manifestações artísticas e aproveitando o público presente na cidade;
- Instituir semana cultural, anual, envolvendo diversas áreas artísticas (teatro, música, dança, poesia);
- Implantar projeto de apresentação dos artistas locais, semanais e gratuitas, em espaços públicos como praças, parques, etc.;
- Garantir a apresentação de artistas locais em todos os eventos da cidade.

EIXO 7 Espaços físicos

Ações principais:

- Encaminhar à prefeitura documento solicitando a adequação e a estruturação dos espaços públicos para a cultura.

Conclusões e recomendações estratégicas

A partir dos dados analisados e das informações produzidas nos grupos de trabalho, a equipe do projeto elaborou algumas recomendações sobre a área cultural em Pouso Alegre.

Como se viu, o município apresenta-se com elevado grau de organização e institucionalização de sua área cultural, com praticamente todos os componentes do Sistema Municipal de Cultura já implantados. Falta, neste momento, então, implantar os elementos que ainda não estão presentes, como é o caso do Sistema de Informações e Indicadores Culturais e, paralelamente, avançar no sentido de integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura e ampliar a interlocução e os intercâmbios com as demais esferas federativas.

Outra necessidade apontada durante os trabalhos de campo foi no sentido de realizar ações de mobilização da classe artística, proposição de trabalhos em parceria e constituição de uma mentalidade mais colaborativa e participativa junto aos artistas, produtores e gestores locais.

A questão dos espaços físicos também foi colocada, com a necessidade de investir na melhoria dos espaços atualmente existentes, mas também de se criarem novos espaços, adaptados a públicos de tamanhos diferenciados.

Por fim, urge avançar nos processos de financiamento à cultura, em especial através do aproveitamento dos mecanismos existentes em âmbito estadual e federal, visto que atualmente os artistas locais praticamente só têm acesso à Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Fundamental nesse sentido é, por um lado, envolver o empresariado local, sensibilizando e esclarecendo sobre as vantagens e facilidades de realizar o patrocínio via renúncia fiscal. Por outro, garantir a capacitação a artistas, produtores e gestores para as práticas de elaboração de projetos e captação de recursos no mercado.





UM OLHAR SOBRE SANTANA DO PARAÍSO E SUA CULTURA



O Grupo de Trabalho Municipal – GTM de Santana do Paraíso foi realizado em conjunto com o grupo de Ipatinga e aconteceu no dia 09 de novembro de 2011, com a presença de 30 pessoas, das quais 13 moradores de Santana do Paraíso, incluindo sociedade civil e poder público, e seguiu as atividades previstas na metodologia descrita na introdução deste volume.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Santana do Paraíso.

Caracterização geral

O município de Santana do Paraíso está situado no Vale do Rio Doce, na Microrregião de Ipatinga, e faz parte da Região Metropolitana do Vale do Aço. Está a 237 km de Belo Horizonte e tem população total de 27.258 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O município tem alta taxa de urbanização (94,72%) e vem atraindo mais habitantes a cada dia, parte deles oriundos do crescimento demográfico da cidade vizinha, Ipatinga, que tem restrito estoque de terras para a construção de novos empreendimentos habitacionais.

Do ponto de vista das atividades econômicas, predominam aquelas ligadas ao setor terciário, seguidas da indústria. O município conta com um Distrito Industrial em operação, administrado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG.

De acordo com o IBGE, o município contava com 300 empresas em 2008, com destaque para Cimento Cauê, Viga Caldeiraria, Cauemix, Ferrominas, Usiminas Mecânica, COMAP, Valemix, Butler do Brasil, entre outras.

A agricultura representa a menor parcela da economia de Santana do Paraíso, com destaque para a pecuária leiteira e o plantio de milho, arroz, feijão e o reflorestamento para carvão vegetal.

Santana do Paraíso não abriga instituições de ensino superior, sendo necessário deslocar-se para Ipatinga ou Caratinga para estudar.

Formação histórica

Segundo informações constantes no *site* da prefeitura, a ocupação da região onde atualmente se encontra Santana do Paraíso remonta ao início do século XIX, quando Dom João VI determinou o envio de tropas nacionais para "civilizar" os índios apelidados de botocudos "devido aos ornamentos que utilizavam, principalmente nos lábios".[6]

De pequena eficácia, pelas dificuldades enfrentadas para "adentrar a densa mata, enfrentar os índios e a febre", as Divisões Militares foram reestruturadas, sendo nomeado o francês Guido Marliére como administrador geral do Rio Doce, a partir de 1819.

[6] Fonte: http://www.santanadoparaiso.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6499, Acesso em 15 out. 2011.

Já no final daquele século XIX, o local havia se transformado em um pouso de tropeiros, então denominado povoado de Taquaraçu.

> A Cachoeira do Engelho Velho, ou Taquaraçu, no centro da cidade, próximo ao local onde hoje se situa o prédio da Prefeitura Municipal, era a preferida pelos tropeiros para o seu descanso. Ao longo dos anos as tropas foram aumentando e a margem da cachoeira acabou se transformando num importante centro comercial.[7]

No início do século XX a região observou rápido crescimento demográfico, a partir da implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em especial com a presença de fazendeiros e produtores rurais que escoavam sua produção tanto em direção a Itabira quanto a Figueira do Rio Doce, atual Governador Valadares.

O município de Santana do Paraíso emancipou-se de Mesquita em 28 de abril de 1992.

Institucionalidade e requisitos do SNC

Em Santana do Paraíso as políticas culturais estão sob responsabilidade da Seção de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, no ano de 2009 foi realizada a primeira conferência municipal de cultura. Entretanto, o município ainda não conta com Conselho Municipal de Cultura e há somente o Conselho de Patrimônio.

O município não possui mapeamento ou banco de dados culturais. Também não elaborou ainda seu Plano Municipal de Cultura e não possui Fundo ou Lei Municipal de Incentivo à Cultura. O atual fundo existente, o FUMPAC, foi aprovado com metade de seus recursos destinados para a preservação do patrimônio e metade para o incentivo a projetos culturais. Entretanto, não foi ainda lançado nenhum edital para recebimento de propostas.

No que se refere aos recursos destinados para a cultura, os dados constantes no *site* do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apontam os valores de R$ 128.894,60 em 2009 e de R$ 1.103.657,76 em 2010, o que correspondia, respectivamente, a 0,84% e 0,98% das despesas realizadas em cada ano.

[7] Fonte: http://www.santanadoparaiso.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6499, Acesso em 15 out. 2011.

A estimativa de gastos com a função cultura para 2011 era de R$ 400.000,00 que estavam sendo executados até o final do ano.

As principais ações e os projetos em desenvolvimento pela Seção de Cultura têm como foco principal a realização de eventos, em especial nas datas tradicionais: Festa de Santana, aniversário da cidade, cavalgada, dia internacional da mulher, cantata de Natal e outros dos quais se falará ao longo deste texto.

Espaços e equipamentos culturais no município

A falta de equipamentos culturais no município é uma das principais questões colocadas pelos entrevistados durante o diagnóstico.

O município possui biblioteca pública conquistada junto ao Ministério da Cultura, que funcionava em um espaço central, mas pequeno para suas necessidades. A catalogação do acervo também é uma necessidade citada pelos entrevistados.

Segundo se apurou, a prefeitura não tem espaços próprios, o que a obriga a alugar espaços para todos os usos necessários. Para solucionar esse problema, está sendo construído, em parceria com a USIMINAS, o novo prédio da prefeitura, que abrigará todas as secretarias, uma escola com ginásio coberto e um teatro de bolso para 80 lugares.

Atualmente, as atividades culturais em Santana do Paraíso ocorrem em espaços alternativos, como igrejas, salão paroquial, escolas, Praça da Matriz e galpão da Secretaria de Assistência Social.

Há também algumas áreas privadas ao ar livre, onde ocorrem eventos e festas.

Um espaço mencionado como relevante para a cultura local é o Centro de Assistência Social e Educacional João Matias de Oliveira e Célia – CEJOC, onde são oferecidas atividades esportivas e culturais para a comunidade.

Principais manifestações culturais

Eventos

Como antes mencionado, o município conta com uma série de eventos ao longo do ano, sendo o mais tradicional a Festa de Santana, em julho, que foi herdada da cidade de Mesquita, da qual o município se emancipou. A cada ano é realizada uma grande fogueira que atrai visitantes de toda a região, além de novenas, barraquinhas, procissão e shows.

Há também a Festa do Divino, realizada no mês de janeiro, quando são escolhidos o rei e a rainha do Congado. Tradicionalmente, os reis coroados patrocinam um farto almoço para todos os membros do Congado e da Bandeira do Divino.

A Cavalgada acontece em setembro e o aniversário da cidade, em abril, com festas na rua, shows musicais e o tradicional bolo de aniversário, com metragem correspondente ao número de anos que a cidade está comemorando.

Na comunidade de Ipaba do Paraíso acontecia a Festa da Amizade, manifestação cultural com shows de artistas e barraquinhas, mas foi desativada. Também está desativada outra festa que marcou época em Santana do Paraíso, nos anos 1980, qual seja, a do Boi Balaio, manifestação popular que se apresentava sempre aos sábados de Aleluia.

Artistas, grupos e manifestações culturais

De acordo com os entrevistados, uma das manifestações mais tradicionais no município é o Congado de Nossa Senhora do Rosário, que vem enfrentando dificuldades para renovar seus quadros e manter viva a tradição. Conta atualmente com cerca de 20 integrantes e sempre participa das festas religiosas de Santana do Paraíso e de outras cidades da região. Há destaque para a Dança das Fitas.

Também foi mencionada a presença no município de um grupo de teatro, um de dança e um de capoeira, além de artistas individuais, nas áreas de dança, teatro, fotografia, cenografia, literatura e música. Na questão musical, foi citada a relevância do Bairro Industrial, destacando-se o grupo de rock Violetas Verticais.

Destaque para a ação do CEJOC, antes mencionado, ONG que realiza diversas atividades nas áreas de esporte e cultura, incluindo oficinas de violão, judô e artesanato. A partir dessas oficinas, já foi formado um grupo dos alunos de iniciação ao violão que está realizando apresentações.

Dentro da escola de tempo integral há também um grupo de canto coral, que realiza há anos a cantata de Natal dentro da escola. Desde 2010, passaram a se apresentar na praça matriz, para toda a comunidade.

Segundo entrevistados, está em fase de criação uma associação cultural no município, que vai congregar artistas e produtores de Santana do Paraíso. Há também o projeto Santa Na Cultura, que pretende se formalizar como entidade de atuação na área da produção e da gestão cultural.

Um coletivo já existente e atuante é o Coletivo Jovem Buteco do Portuga, que atua nas áreas social, cultural, de políticas públicas e meio ambiente, envol-

vendo ações para a juventude. Uma das propostas é criar um ponto do Coletivo Fora do Eixo em Santana do Paraíso. Outra proposta é a criação de um cineclube na cidade, ainda em 2012.

No artesanato, as ações são conduzidas pela Secretaria de Assistência Social, destacando-se projetos para a terceira idade, com oficinas de pintura e outras modalidades artesanais.

Atualmente os grupos culturais de Santana do Paraíso não têm apoio e se mantêm com parcerias do comércio e de pequenas empresas locais, através de doações em recursos próprios. A grande maioria dos artistas e grupos não se sustenta com suas atividades culturais, mantendo empregos formais fora da área artística.

Segundo se apurou, o financiamento privado à cultura no município ainda é incipiente e se constitui em um dos principais entraves à sustentabilidade dos grupos e das ações culturais. Atualmente a cidade tem recebido projetos e circuitos patrocinados por grandes empresas e vindos de fora, com diversas atrações, mas que não têm seu foco no incentivo à produção cultural local.

Os entrevistados consideram que há diversas empresas com potencial de patrocínio na cidade e na região, mas ainda não despertaram para as vantagens do investimento em cultura.

À época da pesquisa de campo, havia somente um projeto aprovado na Lei Estadual de Incentivo à Cultura e patrocinado pela USIMINAS no município. Com foco na formação, o projeto oferece cursos de iniciação teatral e já se encontra em seu segundo ano. A primeira turma atendeu 89 pessoas e culminou na formação da Cia. de Teatro de Santana.

Patrimônio material e imaterial

A política do patrimônio em Santana do Paraíso é recente, implantada gradativamente nos últimos cinco anos. Um exemplo é o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, que havia sido criado em 1999, mas só passou a atuar efetivamente a partir de 2005.

O Plano de Inventário do município indica a presença de três bens tombados em esfera municipal, quais sejam: a Igreja Matriz de Santana; o antigo casarão da Cia. Belgo Mineira, em Ipaba; e a frondosa gameleira localizada na entrada da cidade. Estão sendo realizados estudos para tombamento de outros bens do patrimônio de Santana do Paraíso, como cachoeiras, várias fazendas históricas, o Congado e a Festa de Santana, estes dois últimos considerados bens imateriais.

Alguns desses bens não estão em boas condições, como é o caso do casarão de Ipaba. A proposta da comunidade é que o mesmo seja restaurado para implantação de um equipamento cultural multiuso, incluindo uma biblioteca.

Segundo entrevistados, existe também no município um quilombo remanescente na Comunidade do Achado.

Santana do Paraíso realiza projeto de educação patrimonial nas escolas, incluindo atividades de valorização do patrimônio histórico, com exercícios em sala e visitação aos bens tombados e aos inventariados. A Secretaria de Educação contratou recentemente a elaboração de um atlas com dados históricos, geográficos e políticos da cidade, entre outros, que será usado nas escolas como fonte de consulta.

Os investimentos no fortalecimento patrimonial trouxeram ganhos para o município, que teve sua pontuação no ICMS Cultural elevada de 1,0 em 2010 para 7,75 para o exercício 2012, o que também trará mais recursos a serem investidos na cultura local.

Turismo



O turismo em Santana do Paraíso se destaca especialmente pelos atrativos naturais, tais como a cachoeira do Paraíso e a cachoeira Engenho Velho, além da Lagoa da Prata, onde são realizados passeios de barco.

O município, juntamente com Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Jaguaraçu, Marliéria e São Domingos do Prata, faz parte do Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas Gerais, criado em dezembro de 2009 pela Secretaria de Estado de Turismo.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

Na área da formação, segundo entrevistados, ainda é pequena a oferta de cursos e oficinas artísticas ou gestão no município. As principais ações existentes são:

- Oficinas de artesanato e violão na ONG CEJOC;
- Oficinas de artesanato da Secretaria de Assistência Social;
- Projeto de balé na Creche Pequeno Lar e de capoeira na Creche Vó Margarida, desenvolvidos pela prefeitura;
- Projeto de Capoeira com Mestre Renato, que atende cerca de 80 alunos da Escola Hebert de Souza, no Bairro Cidade Nova;
- Oficinas de teatro patrocinadas via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, antes relatadas.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM para Santana do Paraíso, considerando os pontos fortes e fracos da cultura no município, bem como as oportunidades a serem aproveitadas e as ameaças a enfrentar.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Existência de festas tradicionais;
- Potencial para o turismo;
- Utilização da Praça de Eventos/ Praça da Matriz para atividades culturais;
- Presença do Grupo de Congado;
- Existência do Quilombo;
- Espaço da Assistência Social;
- Existência de pessoas voluntárias;
- Presença do Coletivo Jovem Buteco do Portuga;
- Presença da Banda Violetas Verticais;
- Associação Pró-Cultura, em fase de constituição;
- Existência de diversas empresas situadas no município, com potencial de patrocínio;
- Existência do espaço CEJOC.

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Falta de incentivo às ações e aos grupos culturais;
- Ausência de um centro cultural e de espaços próprios para a cultura;
- Ausência de Lei e Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- Falta de regulamentação do FUMPAC;
- Falta de órgão gestor exclusivo para a cultura;
- Desarticulação interna.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Existência de editais, verbas e investimentos de empresas privadas;
- Existência das leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Falta de investimento por parte das empresas / repasse de verbas.

Após a identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro. Os presentes discutiram como gostariam que a cultura de Santana do Paraíso estivesse no prazo de três anos. A partir desses tópicos, foi construída a seguinte Visão:

> No prazo de três anos, Santana do Paraíso estará com sua Secretaria Municipal de Cultura institucionalizada, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura, com a participação da sociedade civil. Os produtores de cultura já estarão organizados e terão um Centro Cultural em implantação, contarão com o amparo da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e do Fundo Municipal de Cultura, promovendo projetos de incentivo aos grupos locais e ampliando o apoio às manifestações do Congado e da Marujada.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

Pediu-se aos participantes do GTM que discutissem as ações prioritárias para o município de Santana do Paraíso, considerando o diagnóstico e a matriz de análise estratégica, para atingir a Visão de Futuro proposta.

No caso particular desse GTM, incluindo Santana do Paraíso e Ipatinga, os participantes receberam para consulta as propostas que tinham sido elaboradas na Conferência Municipal de Cultura, bem como as sugestões recebidas durante as entrevistas qualitativas. A partir dessa listagem inicial, o grupo partiu para a revisão das ações e sua priorização.

As sugestões priorizadas foram agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o diagnóstico. As prioridades e seus eixos estão apresentados a seguir.

EIXO 1 Ação integrada cultura / educação

Ações priorizadas:

- Incluir na grade curricular conteúdos que possibilitem aos alunos conhecimento sobre a identidade cultural e histórica do município (difusão dos conteúdos de história e geografia e foco na história local);

- Implantar no município a Lei 11.465, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade das temáticas das histórias e da cultura afro-brasileira e indígena.

EIXO 2 Espaços para a cultura

Ações priorizadas:

- Implantar um Centro Cultural Municipal;
- Garantir uma melhor utilização dos espaços atualmente existentes para fins culturais.

EIXO 3 Institucionalidade

Ações priorizadas:

- Elaborar o Plano Municipal de Cultura – Prioridade número 1;
- Regulamentar o FUMPAC, garantindo a ele a destinação dos recursos do ICMS Cultural;
- Garantir aporte de verba anual do orçamento municipal para o FUMPAC;
- Fazer o mapeamento cultural no município, para conhecer e identificar os grupos e artistas locais, e depois oferecer-lhes ações e apoio;
- Lançar editais de incentivo para os grupos culturais;
- Realizar ações culturais públicas para incentivo aos grupos e artistas locais;
- Fornecer equipe, verba e estrutura para o departamento de cultura;
- Criar programas públicos para fomento à cultura local, incluindo a área da formação artística, do fomento e da ação cultural.

EIXO 4 Ação cultural

Ações priorizadas:

- Fazer a elaboração de projetos e captação de recursos para a cultura, via poder público, sociedade civil, empresas, profissionais da área, entre outros;
- Promover ações de sensibilização de empresas para projetos culturais;
- Criar redes de inclusão digital que aproximem a juventude das diversas manifestações culturais;
- Garantir espaço nos órgãos municipais de comunicação para a divulgação das manifestações culturais e artísticas locais;

- Garantir a participação de artistas locais em toda a grade de programação dos eventos oficiais do município, valorizando a cultura local;
- Exigir a inclusão de artistas locais nos circuitos culturais promovidos por empresas privadas;
- Resgatar e apoiar os movimentos folclóricos e tradicionais da cultura popular dentro do município;
- Realizar mais atividades e ações culturais para a população;
- Oferecer transporte para os grupos se apresentarem e também para ensinarem, já que o município possui grande extensão territorial;
- Fazer atividades culturais descentralizadas, atingir os bairros;
- Fazer ações de mobilização e organizar a classe artística.

Conclusões e recomendações

De acordo com as entrevistas realizadas em Santana do Paraíso, foi possível perceber que a ação cultural local, pública ou privada, ainda é incipiente, com pequena organização e carente, inclusive, de uma reflexão mais contemporânea sobre política cultural, o conceito de cultura e os instrumentos e ferramentas disponíveis e necessários para a gestão.

Do ponto de vista do poder público, o Sistema Municipal ainda não foi estruturado, não havendo ações próprias e regulares da política cultural, que atualmente se limita à realização de festas e eventos em datas comemorativas. A gestão pública da cultura, que é ligada à Secretaria de Educação, vem sofrendo também com a falta de equipe, de recursos e de prioridade dentro da administração municipal.

No que se refere aos grupos culturais locais, são pouco organizados e não têm sustentabilidade, o que tem comprometido inclusive sua profissionalização.

Os espaços para a cultura, como antes visto, são poucos e inadequados.

Por fim, falta oferta de ações culturais nas diversas áreas, seja na formação, no apoio à produção ou na difusão cultural.

Considerando tais aspectos, torna-se urgente o investimento na estruturação da política cultural no município, de forma a que Santana do Paraíso possa se integrar ao Sistema Nacional de Cultura e que o poder público municipal possa assumir com qualidade e garantia de continuidade seu papel de fomentador das práticas culturais no território.


TEATRO ZÉLIA OLGUIN
Instituto Cultural
USIMINAS
Teatro Zélia Olguin
Marco Cultural de Ipatinga

UM OLHAR SOBRE IPATINGA E SUA CULTURA



O Grupo de Trabalho Municipal – GTM de Ipatinga foi realizado em conjunto com o grupo de Santana do Paraíso e aconteceu no dia 9 de novembro de 2011, com a presença de 30 pessoas, das quais 17 moradores de Ipatinga, incluindo sociedade civil e poder público, e seguiu as atividades previstas na metodologia descrita na introdução deste volume.

É importante destacar que, dado seu porte como município, bem como pelo volume e intensidade da produção cultural local, entendeu-se que não era possível, com o prazo e as condições do projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, realizar um diagnóstico municipal aprofundado.

Além disso, viu-se que o município já possui diagnóstico de qualidade, elaborado sob orientação de Romulo Avelar, em 1999, no contexto do Curso de Formação de Técnicos em Planejamento e Gestão da Política Cultural, promovido pela SEC-MG. Possui também documentos já estruturados sobre a demanda e prioridades de ação para a cultura municipal.

Isso posto, optou-se por focar o trabalho na atualização do olhar sobre a situação atual da cultura no município, isto é, apontar os principais problemas vivenciados para a estruturação da ação cultural local, seja na área pública, seja na privada, bem como as principais propostas para superar essas dificuldades.

Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir, incluindo um breve perfil cultural do município, as principais sugestões e propostas de ação e as recomendações estratégicas que podem contribuir para a elaboração futura do Plano Municipal de Cultura de Ipatinga.

Caracterização geral

Ipatinga está localizada na macrorregião do Vale do Rio Doce, na Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA, a 217 km de Belo Horizonte. A RMVA, além de Ipatinga, inclui as cidades de Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo, além de outros 22 municípios em seu colar metropolitano.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os quatro principais municípios reuniam, em 2011, um total de 455.668 habitantes.

A região é bem servida em termos de transporte, destacando-se o Aeroporto da Usiminas, localizado no município de Santana do Paraíso, além da estação ferroviária Intendente Câmara, da Vale, que oferece transporte de cargas e passageiros para Vitória e Belo Horizonte. O acesso rodoviário é feito via rodovias BR-458 e MG-425.

De acordo com os últimos dados do Censo Demográfico do IBGE, o município contava em 2010 com 239.177 habitantes, sendo o décimo mais populoso do estado, dos quais 99,2% na zona urbana e 0,8% na zona rural. A cidade é composta pelo distrito sede e o de Barra Alegre, além dos bairros situados em suas nove regionais.

No que se refere às atividades econômicas, predominam a indústria e o setor terciário (comércio e serviços), com pequena significação da agropecuária.

Na indústria, destaque para a USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e sua subsidiária a Usiminas Mecânica – USIMEC, grupo que exerce uma grande participação na cultura e na vida ativa da cidade, tendo sido responsável, inclusive, pela própria configuração urbana do município. Dados do IBGE apontam a presença de mais de 500 indústrias instaladas.

O setor terciário atualmente é a segunda maior fonte geradora do PIB ipatinguense. De acordo com o IBGE, em 2008 a cidade possuía cerca de 6.500 empresas e 134 mil trabalhadores nesse setor.

O município conta com diversas instituições de ensino superior, entre elas: Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC; Faculdade Pitágoras; Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste; Faculdade de Direito de Ipatinga; Faculdade de Tecnologia; União Educacional do Vale do Aço; Faculdade Evangélica de Teologia; Faculdade Pereira de Freitas, dentre outras.

Na área das comunicações, o município conta com cinco emissoras de rádio e seis jornais de circulação local e regional.



Formação histórica[8]

A região onde se localiza o município de Ipatinga era originalmente habitada pelos índios Botocudos e foi atingida pelos entradistas em busca de ouro e outras riquezas por volta do final do século XVI e início do século XVII. A expedição de Sebastião Tourinho é um marco, datada do período entre 1553 e 1573, visando à descoberta de jazidas de pedras e metais preciosos, à qual várias outras se seguiram.

O acesso à região era dificultado pela difícil navegação do Rio Doce, em função da presença de corredeiras e cachoeiras, doenças tropicais e índios considerados hostis. Nesse sentido, foram feitas tentativas iniciais de domesticar os Botocudos que se mostraram pouco efetivas, culminando em ações para extermínio dos indígenas na região, ainda no século XVIII.

O povoamento da região também foi retardado pela preocupação da coroa portuguesa com uma possível evasão de metais preciosos, proibindo a abertura de rotas de tráfego e comércio, o que fez com que a região do Vale do Rio Doce tenha sido a última do Estado de Minas Gerais a ser colonizada.

[8] Fonte para este capítulo: Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC 2010, Miguilim Assessoria Cultural. (mimeo).



Nessa região se encontrava a maioria dos quartéis da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, criada por ordem régia de Dom João VI no ano de 1808. Além de declarar "guerra justa" aos indígenas, apontava-se como um dos maiores objetivos a criação de rotas terrestres e fluviais, inclusive com a intenção de ligar a Capitania das Minas Gerais ao Espírito Santo.

Os destacamentos militares que foram criados serviram como núcleos iniciais de povoamento, mas que não chegaram, grosso modo, a dar origem a vilas e cidades durante os oitocentos.

A partir do final do século XVIII, com a decadência da atividade mineradora, a agropecuária ganhou relevância, o que atraiu a atenção para as terras férteis do leste e do oeste da província. Nesse processo, foram desmatadas grandes áreas florestais, apossadas por grande número de imigrantes.

A colonização da região se iniciou, de fato, somente após a implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, financiada por franceses e que passou a ser direcionada para a extração de minério no desenrolar do século XX. A chegada da ferrovia foi crucial para a implantação posterior de grandes indústrias na região, "somada às condições naturais existentes, como a abundância de recursos hídricos, madeira para o carvão vegetal e ferro para a metalurgia".[9]

Com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, começaram a vir os primeiros habitantes do povoado que deu origem a Ipatinga e às demais cidades da Região Metropolitana do Vale do Aço, em busca de trabalho e oportunidades.

[9] ÁVILA, A. GONTIJO, J. M. M., MACHADO, R. G. *Barroco mineiro*/Glossário de arquitetura e ornamentação. Rio de Janeiro: 1979.





Um marco na vocação siderúrgica da região foi a construção da Acesita, atual ArcelorMittal Timóteo, no ano de 1944, território este que à época pertencia ao município de Antônio Dias. Em 27 de dezembro de 1948, depois de longo processo tramitado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Governador Milton Campos assina a Lei nº. 336, criando o Município de Coronel Fabriciano, emancipando-se de Antônio Dias. Por essa lei, Ipatinga é elevada a distrito do novo município.

A visita de uma delegação japonesa ao então distrito de Ipatinga define o local como a futura sede da USIMINAS, em 25 de abril de 1956, data que hoje é considerada como dia oficial da fundação da empresa. A notícia se espalha e a localidade passa a receber grande número de pessoas em busca de trabalho. No dia 26 de outubro de 1962, o presidente do Brasil João Goulart inaugurou a Usina Intendente Câmara, dando início ao seu funcionamento e à produção industrial.

A implantação da indústria provocou profundas transformações socioeconômicas na região. Além da explosão demográfica, registrou-se a transformação das antigas fazendas em loteamentos para a construção das moradias para os trabalhadores e a rápida urbanização e instalação de infraestrutura para atender às necessidades da empresa e da população que chegava a cada dia.

O distrito é elevado a município pela Lei Estadual n° 2.764, de 30 de dezembro de 1962.

Institucionalidade / Estrutura de apoio à cultura e requisitos do SNC

Em Ipatinga, o órgão responsável pela cultura é a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. De acordo com seu representante, há intenção de separar a cultura das demais pastas, em médio prazo.

No que se refere aos componentes necessários para implantação do Sistema Municipal de Cultura e sua integração ao Sistema Nacional, vê-se que Ipatinga já conta com alguns elementos, mas precisa ainda desenvolver outros.

Quanto às instâncias de participação e ouvidoria da comunidade, o município conta com Conselho de Patrimônio (que se encontrava inativo à época das pesquisas de campo) e Conselho de Cultura, em fase de renovação dos mandatos, composto por 30 membros, divididos entre governo, sociedade civil e empresas. O município também vem realizando periodicamente suas conferências municipais de cultura.

No que é relativo aos mecanismos de fomento, Ipatinga conta com o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, alimentado com recursos do ICMS Cultural. Conta também com Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Criada em 1995, mas em funcionamento somente desde 2000, a Lei Municipal tem sido objeto de questionamentos por parte do movimento cultural local, tanto no que se refere aos valores quanto aos procedimentos e prazos de repasse e execução dos projetos. A proposta é que seja feita a revisão e adequação da Lei, do decreto e seus mecanismos de funcionamento.

Em 2011 foram destinados R$ 800 mil para o incentivo a projetos via renúncia fiscal municipal.

Quanto aos demais componentes do Sistema, ainda não foi elaborado o plano municipal de cultura. A proposta da secretaria é criar o Sistema Municipal, com todos seus componentes, a partir de 2012. O município também não conta com banco de dados/ diagnóstico cultural, mas há proposta de iniciá-los ainda em 2012.

De acordo com dados constantes do Tribunal de Contas do Estado, os recursos para a cultura no município foram da ordem de R$ 2.419.608,80 em 2010, o que significou 0,46% das despesas realizadas. Para 2012, a proposta de orçamento enviada para a Câmara de Vereadores, é de R$ 1.176.000,00 excetuando-se a folha de pagamento da escola de música.

As principais ações desenvolvidas pelo poder público são no sentido de manter os espaços culturais e o patrimônio público, quais sejam: Escola de Música Tenente Oswaldo Machado; Escola de Artes Cênicas; Estação Memória; Biblioteca Municipal; Teatro do 7 de Outubro; Teatro de Arena do Parque Ipanema; Maria Fumaça; Casa do Artesão e Feirarte.

O movimento cultural também tem questionado a ação pública na área da cultura, que teria se desestruturado em decorrência da instabilidade política pela qual Ipatinga passou nos últimos anos, com a substituição em tempo recorde de prefeitos e gestores públicos.

Nesse processo, a Secretaria de Cultura teve sua equipe desestruturada, as escolas de teatro e música foram fechadas, a Lei Municipal de Incentivo tem tido seu funcionamento irregular e os recursos para a cultura estão em processo de redução.

Espaços e equipamentos culturais no município

De acordo com entrevistados, a questão dos espaços culturais em Ipatinga é contraditória. De um lado, há uma boa estrutura privada, que inclui os dois teatros da USIMINAS (Centro Cultural e Teatro Zélia Olguim) e as diversas sedes dos grupos culturais, cerca de 20 espaços distribuídos por todo o território municipal, nas regionais. De outro, há poucos espaços públicos, em geral desativados ou em situação precária. Na área pública, foram citados:

- Estação Memória – Antiga estação ferroviária, construída em 1930 e desativada em 1951. Reinaugurada em 1992 como Estação Memória, passou a ser um núcleo referencial de preservação e proteção da memória cultural do município, com acervo documental, livros e revistas relacionadas à cidade de Ipatinga, objetos originados da Vale e obras de arte inspiradas na cultura local. Segundo entrevistados, encontra-se pouco dinamizada, sem atividades ligadas à memória local, com acervo precário, estrutura necessitando de reformas e sem pessoal qualificado;
- Escola de Música Tenente Oswaldo Machado – TOM – Inaugurada em 1994, promove diversos cursos na área musical, atendendo uma média de 900 alunos por ano. É um dos espaços que foram fechados nas últimas gestões, por quatro anos, e encontra-se com os instrumentos sucateados, mobilizando artistas e

gerando um movimento cultural em prol de sua reativação;

- Escola Municipal de Iniciação Teatral 7 de Outubro – Inaugurada em 1995, promove cursos de expressão corporal, vocalização, interpretação, improvisação, criação, história do teatro e montagem. Da mesma forma que a Escola de Música, esteve parcialmente em atividade nos últimos anos, operada precariamente através de convênios com organizações da sociedade civil;
- Biblioteca Pública Municipal – Instalada em imóvel alugado, passa por dificuldades relacionadas à atualização do acervo, manutenção / custeio e busca de um espaço próprio, mais adequado para suas atividades.
- FEIRARTE / Feira de Artesanato – Situa-se no centro da cidade.

Como suporte à 2ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009, os grupos culturais realizaram pré-conferências e seminários descentralizados nas regionais para ouvir a população. Em vários locais, a maior dificuldade citada foi o acesso aos equipamentos culturais públicos e privados.

Ademais, o movimento reivindica a falta de espaços públicos e a falta de diálogo dos espaços privados com os artistas. Por outro lado, outros entrevistados apontaram que faltam espaços específicos para a música na cidade.

Formação e capacitação de artistas, produtores e gestores culturais

Ipatinga conta com uma oferta variada de formação na área cultural, em especial através de oficinas, *workshops* e cursos oferecidos regularmente nas sedes dos grupos culturais, muitos deles através das leis de incentivo à cultura.

Do ponto de vista do poder público, a oferta é realizada através das já citadas escolas de teatro e de música, que, entretanto, têm mantido funcionamento descontínuo.

No caso da escola de teatro, o funcionamento está sendo realizado através de convênio da prefeitura com organizações da sociedade civil. A proposta do movimento cultural local é a realização de concurso público para professores e a retomada da gestão pela própria prefeitura.

Outros problemas identificados são a falta de um espaço próprio, visto que o atual é alugado; bem como a necessidade de estruturar um programa didático continuado de formação.

Atualmente são oferecidos cursos de teatro e dança para diversas faixas etárias, além de iniciação ao circo, todos gratuitos. Segundo entrevistados, a demanda é grande, com lista de espera.

Quanto à escola de música, a prefeitura continua mantendo o espaço e alguns funcionários, na gestão, realizando, em paralelo, convênio para a oferta dos cursos. Com uma média de 900 alunos anuais, segundo entrevistados, a escola também foi paralisada e precisa ser reativada e reestruturada.

Principais manifestações culturais[10]

Artistas e grupos culturais

O município de Ipatinga se destaca pela grande movimentação cultural, com significativa quantidade de grupos e projetos acontecendo simultaneamente na cidade. Infelizmente não é possível, no contexto desta publicação, detalhar a atuação e os nomes de todos os artistas e grupos, motivo pelo qual se optou por apresentar a seguir breves considerações sobre o perfil cultural local, os principais eventos e a situação do patrimônio cultural.

Como já mencionado, ademais, vários grupos culturais possuem sedes próprias, com espaços abertos à comunidade e programação diversificada e frequente, em vários bairros da cidade. A qualidade artística dos grupos também é um diferencial, em áreas diversas, como música, dança, teatro, artes plásticas e audiovisual, muitos deles são referências no País e no exterior.

Segundo entrevistados, são sete grupos de dança (Hibridus Dança, Cia. Flux, Haggios Dança Contemporânea, Novo Proceder, Academia Olguin, Meia Cia. de Dança, Ailton Amâncio Studio de Dança e Grupo Hélia Barbuto) e 12 grupos de teatro consolidados (entre os quais citam-se: Grupo Perna de Palco, Grupo de Teatro Entreatos, Grupo de Teatro Farroupilha, Cia. Bruta, Grupo de Teatro e de Dança GRUCON, Grupo de Teatro Esterco, Grupo de Teatro das Agentes Comunitárias de Saúde do Nova Esperança, Grupo de Teatro Cleyde Yáconis – desde 1979 –, Grupo Lainha e Grupo Teatral Boca de Cena). Importante para esse segmento é a presença da Associação Teatral de Ipatinga – ASTI, fundada em 1984.

[10] Além das entrevistas e da coleta de documentos sobre o município, foi fundamental neste capítulo a pesquisa realizada por Leila Cunha, através do mapeamento da dança e do teatro em Ipatinga. [Memória da Dança e do Teatro em Ipatinga (Catálogo com DVD). Organização Leila Cunha. Dezembro de 2009. Publicado pela Lei Municipal de Incentivo a Cultura de Ipatinga.]

Há várias festas e manifestações populares, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário; o Congado do Ipaneminha (desde 1925); a Batucada, manifestação folclórica das comunidades rurais Ipaneminha/Pedra Branca/Limoeiro; a Associação Quilombo do Queimado, fundada em 1981, que oferece atividades de capoeira no Espaço Cultural Casa de Barro; a Festa de Reis e do Divino, o Bumba-meu-boi e o Festival da Banana, na região da Pedra Branca.

Na área da música, a cidade conta com mais de 10 corais, que envolvem cerca de 30 pessoas cada, tais como a Associação Coral Fundação São Francisco Xavier, o Coral Viva Voz e a Associação Coral Usina Intendente Câmara.

Conta ainda com várias bandas e vários grupos musicais, em estilos diversos. O destaque vai para a presença do Coletivo Pé de Cabra, integrado ao coletivo Fora do Eixo, que desenvolve, entre outras atividades, o Grito do Rock, festival que acontece em 134 cidades em 10 países, com shows diversos; a Festa da Mentira, realizada já há seis anos; o Festival Balido, com artes integradas; a Noite do Vinil; a Noite Fora do Eixo e o Rock Matinê.

Na literatura, destaca-se a presença do Clube dos Escritores de Ipatinga – CLESI, fundado em 1985, que desenvolve, entre outros, os projetos Jovens Poetas de Ipatinga, nas escolas municipais, e a Jornada de Literatura, com Concurso de Poesias para crianças e adultos.

Uma das dificuldades mencionadas por artistas e produtores locais tem sido no que se refere aos aspectos de captação de recursos, dadas as mudanças ocorridas nos últimos anos no panorama nacional e internacional.

Segundo entrevistados, tradicionalmente os grupos locais contavam com duas fontes principais de financiamento: a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com patrocínio majoritário da USIMINAS, e o edital da Lei Municipal.

Em relação à primeira, a região do Vale do Aço vem ampliando o número de projetos aprovados, sem que, no entanto, seja ampliada a capacidade de renúncia fiscal, através da ação de um maior número de empresas patrocinadoras. Na opinião de entrevistados, gerou-se uma dependência dos recursos da USIMINAS, que são muito inferiores aos valores aprovados para a renúncia, o que deixa vários projetos sem captação na região. Apesar do potencial para captação junto a outras empresas, as mesmas ainda não estão sensibilizadas para a questão.

Quanto à segunda fonte de recursos, como já mencionado anteriormente, tem havido problemas, segundo relatado por entrevistados, principalmente ligados

à morosidade de repasse dos recursos, o que tem impedido a execução integral dos projetos, nos prazos previstos. Além disso, os recursos têm sido reduzidos, sem garantia de ampliação ou continuidade.

Preocupados com a temática da sustentabilidade, artistas, gestores públicos e privados se uniram e realizaram no mês de outubro de 2011 um seminário, com presença da Secretária de Estado da Cultura, chamando empresários a conhecer a legislação e aderir ao financiamento à cultura, seja via Lei Municipal, Estadual ou Lei Rouanet.

Eventos e agenda cultural

Como antes mencionado, o município apresenta uma ampla programação cultural, com eventos tradicionais e periódicos, alguns dos quais estão listados a seguir:

- Festival Roda Viva – 27ª edição;
- Festival da Banana;
- Encontro de Dança Contemporânea de Ipatinga – ENARTCi –, desde 2003, e Enartcinho, edição para crianças;
- Festival da Criança, com espetáculos voltados especificamente para o público infantil, desde 2000;
- Encontro de Dança do Vale do Aço – Endança, desde 1985;
- Festival de Teatro de Ipatinga – FESTI, com nove edições já realizadas;
- Festival e Cine Documenta – anual, já em sua 8ª edição, a cada ano traz um tema;
- Ipatinga Live Jazz, desde 1998;
- Armazém da Viola, desde 2000, voltado para a música sertaneja de raiz;
- Campanha de Popularização do teatro;
- Comida di buteco;
- Projeto Oficinas Culturais – desde 2000;
- Seminaluz (Seminário de Iluminação Cênica) – desde 2005;
- Oficinas de Cultura Japonesa no Vale do Aço – Yoshiko;
- Show Riso – 25 anos.



O Centro Cultural USIMINAS

Dada a relevância da ação cultural da USIMINAS em Ipatinga, bem como seu perfil diversificado e abrangência de atuação, optou-se por apresentá-la em separado.

O Centro Cultural foi criado em 1993, com o objetivo de centralizar as solicitações de patrocínio para a Usiminas, em diálogo com a comunidade. No ano de 1994 inaugurou o Teatro Zélia Olguim e, em 1998, o Centro Cultural, anexo ao Shopping do Vale, inicialmente com galeria e foyer e depois com a inauguração do teatro.

Nas ações próprias destacam-se os processos de formação artística e de formação de público, incluindo espetáculos didáticos, gratuitos, voltados para escolas, e oficinas de formação de arte-educadores.

O espaço conta também com uma biblioteca aberta ao público, projeto patrocinado pela Lei Federal, através do Instituto Brasil Leitor.

A programação do espaço principal tem predomínio dos espetáculos teatrais, seguidos de shows musicais.

Além de projetos próprios, financiados com o apoio da Lei Rouanet, o USICULTURA analisa e patrocina projetos aprovados na Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

Nesse sentido, a empresa tem dois focos de atuação: de um lado, o patrocínio a projetos de terceiros e, de outro, a gestão do espaço cultural próprio, na cidade de Ipatinga somente. A partir de 2008 passou também a investir via Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Também há patrocínio de projetos por meio do Fundo da Infância e da Adolescência – FIA e via doações para projetos comunitários.

Em geral, a empresa vem apoiando projetos de continuidade, incluindo manutenção de grupos culturais e festivais que ocorrem no Vale do Aço. Para a seleção dos projetos, a empresa constituiu cinco Comitês de Cultura, distribuídos nas regiões de sua atuação. Em 2010, foram patrocinados R$ 2,6 milhões via Lei Estadual.

Patrimônio material e imaterial

O município de Ipatinga possui alguns bens tombados em esfera municipal, mas nenhum em esfera estadual ou federal. De acordo com o Inventário dos Bens Culturais do Município, elaborado em 2009 pela empresa Miguilim, são os seguintes os bens protegidos por tombamento municipal: Academia Olguin; a Antiga Estação Ferroviária de Ipatinga – Estação Memória; a Antiga Fazendinha; as Antigas Casas dos Ferroviários; a Árvore Ficus Elástica no Bairro Cariru; a Árvore Ipê Peroba na Rua Serra Estrela; a Fazenda Bom Jardim; o Grande Hotel; a Igreja de São Vicente de Paula em Ipaneminha; a Igreja da Barra Alegre; a Igreja de Nossa Senhora da Esperança; a Imagem de Nossa Senhora da Boa Esperança; a Locomotiva Maria Fumaça e Carros de Passageiros; a Pedra Branca; o Pontilhão de Ferro sobre o Ribeirão Ipanema; as Ruínas da Primeira Estação Ferroviária – Estação Pedra Mole; a Sede do Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário – Congado Ipaneminha e o Teatro Zélia Olguin.

A pontuação do município no ICMS Cultural tem variado nos últimos anos, sendo a melhor pontuação obtida para o exercício 2011, da casa de 6,65. Para o exercício 2012, entretanto, o município não enviou seu Inventário e não pontuou, o que implica que não receberá recursos do ICMS Cultural. Segundo entrevistados da prefeitura, está sendo elaborado o novo Inventário, por meio da contratação de uma empresa de Belo Horizonte.

De acordo com os entrevistados, falta um maior direcionamento da política de patrimônio para os bens imateriais e manifestações culturais, ao mesmo tempo que faltam ações de educação patrimonial junto à população e de conservação dos bens tombados. A prefeitura não conta com departamento ou equipe voltados para a questão patrimonial e o Conselho de Patrimônio estava inativo à época da pesquisa de campo.

Análise estratégica

A seguir, mostra-se a matriz elaborada pelos participantes do Grupo de Trabalho Municipal – GTM na cidade de Ipatinga, que traz um olhar sobre os pontos fortes e fracos da cultura local, bem como as oportunidades a serem aproveitadas e as ameaças a serem enfrentadas.

Forças / Pontos fortes

CAPITALIZAR • POTENCIALIZAR

- Envolvimento e mobilização dos agentes culturais;
- Existência do Conselho Municipal de Patrimônio e do Conselho Municipal de Cultura, com realização das conferências;
- Existência da Lei Municipal de Incentivo à Cultura;
- Existência de espaços culturais privados (grupos e Usiminas);
- Existência de projetos de produção literária com a temática 'memória da cidade';
- Calendário anual consolidado, com diversos festivais e eventos;
- Existência da Feirarte;
- Oferta de formação, através das escolas municipais de artes cênicas e música, bem como através de projetos e grupos culturais;
- Existência de diversos projetos de continuidade de grupos com experiência;
- Presença de empresas com potencial de patrocínio, notadamente a USIMINAS;
- Ações do movimento cultural do Vale do Aço;
- Circulação dos artistas da cidade pelo País e fora do Brasil;

Fraquezas / Pontos fracos

ELIMINAR • SUPERAR

- Inadequação das atuais formas de aplicação do Fundo Municipal de Cultura e do FUMPAC;
- Falta de diálogo entre as áreas culturais;
- Descontinuidade do poder público e pequena estruturação das políticas públicas municipais para a cultura;
- Falta de equipe técnica na Secretaria de Cultura;
- Falta ou inadequação dos espaços públicos de cultura;
- Falta de articulação dos artistas junto ao poder público;
- Falta de espaços preparados para eventos musicais;
- Falta de manutenção na biblioteca;
- Falta de manutenção nos espaços públicos culturais;
- Falta de sentimento de pertencimento da população e identificação com as manifestações artísticas da cidade;
- Falta de projeto de formação de público;
- Falta de mapeamento e conhecimento da realidade local;
- Inadequação do processo de constituição do Conselho de Patrimônio, indicado pelo Executivo.

Oportunidades

APROVEITAR • POTENCIALIZAR

- Existência das leis de incentivo à cultura estadual e federal, bem como editais e outros prêmios;
- Potencial para intercâmbio cultural;
- Recebimento de vários projetos externos, de circulação de espetáculos;
- Potencial econômico da região para patrocínio cultural.

Ameaças

CONTROLAR • NEUTRALIZAR

- Impactos da crise econômica mundial no financiamento à cultura;
- Dependência das leis de incentivo à cultura;
- Falta política de Estado para a cultura;
- Falta de conhecimento das empresas com potencial de patrocínio;
- Limitações devidas à burocracia e aos modelos das leis de incentivo.

Após a identificação da situação do município nos dias atuais, a partir da matriz de análise estratégica, o grupo partiu para a elaboração de sua Visão de Futuro. Os presentes discutiram como gostariam que a cultura de Ipatinga estivesse no prazo de quatro anos. A partir desses tópicos, foi construída a seguinte Visão:

> Em quatro anos Ipatinga terá seu sistema municipal implantado com políticas públicas definidas pela secretaria, conselhos, escola de música e artes cênicas em pleno funcionamento, recursos para a cultura de 2% do orçamento municipal, pessoal qualificado para gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, participação efetiva da comunidade, tanto nas questões políticas quanto nas ações culturais, e espaços culturais reestruturados e vivos.

Levantamento de sugestões e definição dos eixos e diretrizes estratégicas

A partir dos resultados das pré-conferências e das Conferências Municipais de Cultura, bem como das opiniões recolhidas nas entrevistas qualitativas, foram listadas as sugestões de ações para a cultura em Ipatinga. Tais sugestões foram discutidas e analisadas no GTM e, à luz da matriz estratégica e da visão de futuro proposta, partiu-se para sua priorização.

As prioridades elencadas pelo grupo estão apresentadas a seguir, agrupadas em grandes eixos de atuação, que são justamente os principais itens a serem atacados, de acordo com o diagnóstico.

EIXO 1 Estruturação do Sistema Municipal de Cultura

Diretrizes e ações prioritárias

Diretriz 1 Institucionalidade

- Criar e instituir legalmente o Sistema e a Política Municipal de Cultura (repensando e reestruturando as instâncias que hoje já existem – Órgão Executivo de Cultura, Conselhos Municipais, Fundo Municipal de Cultura) integrados ao sistema estadual e federal, cumprindo os requisitos necessários;
- Criar uma secretaria exclusiva de cultura, com equipe técnica capacitada;
- Criar seção de patrimônio cultural e arquivo público municipal;
- Fortalecer e capacitar os conselhos municipais de patrimônio e cultura para que os mesmos atuem de forma efetiva;
- Criar mecanismo de participação dos conselhos municipais nos conselhos estaduais, garantindo participação do poder público e da sociedade civil;
- Rever e solicitar alteração do estatuto do conselho de patrimônio;
- Estruturar a legislação, o SMC, editais consolidados – mecanismos que garantam a realização das ações, independente do governo no poder.

Diretriz 2 Financiamento à cultura



- Criar um Fundo Municipal de Cultura com recurso mínimo de 2% do orçamento municipal;
- Buscar a legalidade da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, garantindo um teto de 3% do Fundo Municipal de Cultura;
- Garantir e ampliar as políticas para a manutenção das manifestações, eventos culturais e entidades organizadas juridicamente, mediante apresentação anual de plano de ação para custeio de despesas básicas. Os custos dessa ação não deverão estar vinculados à Lei Municipal de Incentivo à Cultura;
- Criar mecanismos de incentivo e apoio a grupos culturais que desenvolvem projetos contínuos de interesse público;
- Criar cargos públicos e espaços para as escolas municipais

de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri e Escola de Canto e Música Tenente Oswaldo Machado.

Diretriz 3 Informação cultural

- Implementar o Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais, de acesso público, por mídias diversas;
- Realizar diagnóstico e mapeamento da diversidade cultural no município, manifestações e produção simbólica, a fim de alimentar o Sistema de Informação.

Diretriz 4 Políticas culturais

- Efetivar política pública municipal de patrimônio histórico e cultural;
- Implementar política de memória e patrimônio histórico, que contemple inclusive a criação do arquivo público municipal;
- Revitalizar o patrimônio histórico cultural;
- Elaborar e implementar política pública para a biblioteca (elaboração/aprimoramento do projeto, informatização e criação de cargos públicos específicos da área de biblioteconomia);
- Criar políticas de conservação de espaços públicos.

EIXO 2 Espaços culturais

Diretrizes e ações prioritárias

Diretriz 5 Estruturação de espaços públicos municipais

- Construir espaço próprio para Escola de Música, Escola Municipal de Artes Cênicas, Biblioteca Municipal, espaços para shows de música e Teatro Municipal;
- Estruturar o Teatro de Arena do Parque Ipanema, com acústica e banheiro;
- Garantir acessibilidade aos espaços culturais.

Conclusões e recomendações

A situação de Ipatinga do ponto de vista cultural é complexa e diversificada, como se viu ao longo deste texto. Existe um grande número de ações em desenvolvimento, de grupos e artistas em atividade e de espaços para a realização de atividades culturais, notadamente privados.



Esse rico panorama foi sendo construído ao longo de anos, tanto pela ação pública quanto pela política privada empreendida pela USIMINAS, grande patrocinadora e fomentadora do cenário artístico local e regional. Como consequência, tem-se também um movimento cultural atuante, que vem contribuindo para a discussão e formulação de políticas no município.

Entretanto, viu-se também que houve uma perda significativa para a ação cultural local nos últimos anos, em decorrência, por um lado, da instabilidade política gerada pela sucessão de administrações municipais em tempo recorde, e, por outro, da crise econômica que vem reduzindo os patrocínios privados aos projetos culturais.

A partir dos elementos levantados ao longo das pesquisas de campo e apontados pelos agentes culturais locais, públicos e privados, é possível traçar alguns comentários e considerações para a ação cultural em Ipatinga, que possam contribuir para superar os entraves identificados e avançar rumo a um novo cenário no município.

A primeira e primordial recomendação está ligada aos aspectos de institucionalização da cultura e reestruturação da política cultural municipal. Para se avançar nesse sentido, é fundamental garantir a destinação de equipe técnica capacitada para a Secretaria de Cultura, bem como sua separação como órgão gestor exclusivo. Em seguida, reestruturar o orçamento e a destinação de recursos para a cultura, garantindo patamares mínimos de investimento anual e captação de recursos complementares que alimentariam o Fundo Municipal de Cultura.

Caminhando para a adesão ao Sistema Nacional, o município deve investir também no fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho de Patrimônio, na garantia da participação popular através da realização periódica das conferências, na elaboração de seu Plano Municipal de Cultura e na implantação de um Sistema de Informações, com o mapeamento cultural.

A reformulação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura também é ação urgente e que deve contar, por um lado, com a participação e sugestões do movimento cultural, sob a ótica de quem vivencia na prática as dificuldades e necessidades da ação cultural incentivada. Por outro lado, deve contar com a ouvidoria e a experiência de profissionais e outros gestores que vivenciam situações semelhantes, e que já encontraram formatos mais eficientes e adequados para o financiamento público à cultura.

Após essa reestruturação inicial de todos os componentes do Sistema Municipal de Cultura, deve-se avançar no resgate e na readequação dos espaços públicos para a cultura, notadamente as escolas de música e artes cênicas e a Biblioteca Municipal, que necessitam de ação urgente que garanta a efetivação de sua missão e importância na formação e fruição artística e cultural em Ipatinga.

Do ponto de vista da ação não governamental, o diagnóstico mostrou que é necessário avançar na busca de formas alternativas de sustentabilidade dos grupos e entidades culturais em Ipatinga, visto o panorama atual no Brasil e no mundo. Nesse sentido, uma das necessidades identificadas foi a de sensibilizar as empresas locais para a importância e as vantagens do marketing cultural, ampliando o leque de potenciais patrocinadores em toda a região.

Também nessa linha, cabe uma aproximação operacional entre a equipe responsável pela Lei Municipal de Incentivo e a equipe de patrocínios do Usicultura, de forma a ajustar as duas linhas de investimento para que sejam complementares e focadas em perfis diferenciados de projetos, em vez de se superporem em determinadas áreas, deixando lacunas em outras.

Por fim, vale um comentário a respeito da necessidade e importância de se pensar o município de forma mais coletiva, mobilizando a comunidade e unindo artistas, grupos e entidades culturais, gestores públicos e iniciativa privada em um diálogo efetivo e consistente em prol do resgate da ação cultural local. A elaboração do Plano Municipal de Cultura, por seu caráter participativo, pode ser um excelente instrumento para o fortalecimento desse diálogo, que, certamente, trará ganhos para toda a comunidade de Ipatinga.





cidades
& políticas públicas de
cultura

Introdução

Maria Helena Cunha[11]

O Seminário Cidades e Políticas Públicas de Cultura foi pensado visando a abordar, de forma mais profunda, a discussão das relações entre as políticas culturais e as cidades sob a perspectiva de profissionais de áreas distintas – economia, história, direito e gestão cultural. Assim, construímos uma proposta que incorporava o desafio de estabelecer um diálogo dinâmico e transversal, perpassando pela visão da academia, da área pública e da sociedade civil.

A equipe do Seminário recebeu, com antecedência, os diagnósticos situacionais de cada município elaborados por Clarice Libânio: Igarapé, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme, Pouso Alegre, Santana do Paraíso e Ipatinga. Tais documentos auxiliaram na instrumentalização dos envolvidos a respeito da realidade local e, aproximando conceitos abrangentes à vivência de cada cidade (relação entre aspectos nacionais e locais), contribuíram com a identificação de suas potencialidades e deficiências.

Composto por uma jornada diária com duas palestras no horário da manhã e outras duas à tarde, o Seminário contava também com períodos de debate após cada turno. Esse diálogo final foi fundamental para que os próprios participantes trouxessem questões mais pertinentes às suas realidades.

[11] Este texto foi desenvolvido com a colaboração de Bruno Oliveira. Graduado em Ciência da Computação pela Universidade FUMEC e pós-graduando em Artes Plásticas e Contemporaneidade pela UEMG. Trabalha em projetos de design, moda, fotografia e intervenção urbana desde 2009. Atua desde 2011 no desenvolvimento, elaboração e acompanhamento de projetos culturais com as empresas Duo Informação e Cultura e Inspire Gestão Cultural. Atualmente também faz parte do coletivo de intervenções fotográficas Marcopoloclub (BH/MG), é gestor do espaço cultural Restaurante Popular (BH/MG) e assistente de coordenação do Projeto ASAS (Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra).

É importante ressaltar que o público, quando confrontado com a apresentação de dados sobre o próprio município, se sente, muitas vezes, incomodado com tais informações específicas. A equipe pôde perceber que esse deslocamento foi extremamente positivo, pois retirava o participante da "zona de conforto" e o levava a refletir sobre novas perspectivas.

Durante o período da manhã as atividades se iniciaram com a economista Monica Starling, cuja palestra "Estado e Políticas Públicas de Cultura: os desafios da descentralização" abordou o tema da política pública a partir do conceito da descentralização, discutindo especificamente o processo de municipalização e o empoderamento das cidades.

Em seguida houve a palestra da historiadora Lia Calabre, com o tema "A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização". Pontuaram-se como relevantes as relações e os programas entre o governo federal, os estados e os municípios. A palestrante construiu ainda um panorama histórico do processo de institucionalização da política cultural no País e os aspectos de seu financiamento. De forma geral, a ênfase foi dada ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), visando a ressaltar o papel dos municípios no fortalecimento dos processos de implantação do mesmo.

O segundo bloco de palestras teve início com a visão jurídica dos advogados Rafael Neumayr e Stefano Ragonezzi, que se alternaram na apresentação denominada "Direito e Cultura: uma análise da legislação cultural do Brasil e suas interlocuções com os municípios". Analisaram de forma objetiva a capacidade de financiamento para os municípios via legislação de incentivo fiscal e fundos de cultura no âmbito federal e estadual, como também questões relacionadas ao estabelecimento de convênios e à transferência de recursos aos municípios pela União e pelo estado e a estruturação necessária dos municípios para o recebimento e repasse de verbas federais e estaduais. Tiveram como foco os procedimentos legais e necessários para a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), levando também em consideração as interlocuções com entidades de apoio, comissões culturais e com o próprio Fundo Municipal.

Na última palestra do dia buscou-se um diálogo mais próximo com a sociedade civil por meio da apresentação de Romulo Avelar, "Cultura e desenvolvimento local: apresentação de estudos de casos". O palestrante traçou um cenário atual do campo da cultura no Brasil, aproximando-se da realidade municipal a partir de estudos de casos de municípios de diversas regiões do Brasil. Abordou

também a expansão do setor cultural e a necessidade de formação de profissionais, no setor público e privado, para a qualidade da gestão dos projetos, grupos artísticos e instituições culturais.

As sequências das discussões propostas pelo Seminário contribuíram para o aprofundamento das informações e questões apresentadas, estabelecendo-se um processo de consolidação das ideias e das possibilidades de atuação. Foi concebido, portanto, visando a proporcionar a reflexão sobre a importância cultural do município no contexto local e nacional por meio de olhares profissionais diferenciados, em suas áreas específicas de atuação. Nesse ponto houve, durante os debates, questionamentos recorrentes por parte dos participantes em todas as cidades. É importante frisar que, apesar dos mesmos temas e palestrantes, em cada localidade, pôde-se perceber uma nova perspectiva das discussões propostas, aproximando os aspectos conceituais e práticos mais amplos do campo da cultura aos próprios municípios.

Entre os temas mais debatidos encontraram-se as ações relativas à valorização da cultura local e de suas identidades, bem como suas aproximações com a área da educação, muitas vezes reforçadas como ação política prioritária. A necessidade de organização política, planejamento e estruturação dos conselhos de cultura e/ou de patrimônio para o setor, juntamente com uma melhor articulação com os grupos culturais existentes nas localidades, permeou diversas discussões neste âmbito. Ainda sobre questões específicas dos municípios, debateu-se amplamente a situação dos equipamentos locais, como, por exemplo, as bibliotecas. Além disso, foram discutidos temas associados à dinâmica das leis de incentivo à cultura: andamento, renovação, prêmios, fundos, etc. Foram encontrados também tópicos como: aspectos jurídicos relacionados ao ECAD e OBM; a utilização do Índice de Responsabilidade Social dos Municípios – IRSM como instrumento de planejamento de políticas públicas; e a importância do Sistema Nacional de Cultura – SNC como possível estruturação de desenvolvimento cultural para o município. Por fim, em quase todas as cidades, durante os debates, foram apontadas a importância e a necessidade de formação específica para os profissionais da cultura.

As atividades do projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, e aqui ressaltamos este Seminário, são iniciativas que buscam ampliar as perspectivas dos profissionais locais, promovendo a continuidade das reflexões e a participação ativa no desenvolvimento de novas propostas e estratégias de atuação. A oportunidade de acesso às informações e discussões de alto nível é fundamental para a

formação dos participantes de todas as atividades, pois eles se tornam multiplicadores de tais conhecimentos, com efetiva capacidade de colocá-los em prática no dia a dia de trabalho.

De um modo geral, os moradores das cidades de pequeno porte, muitas vezes, sentem-se distantes da realidade estadual e federal. No entanto, o acesso ao conhecimento e a inserção da realidade local em um contexto mais amplo, contribuem para diminuir a sensação de distância que os separam. No Seminário foram colocados questões pertinentes e comentários contundentes, o que nos leva a concluir a necessidade premente de formação continuada para a área da cultura no interior de Minas Gerais.

ARTIGOS DOS PALESTRANTES

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO

Mônica Starling

1 Introdução

Este texto tem por objetivo abordar as condições de implementação de políticas públicas de cultura no Estado de Minas Gerais tendo como principal vetor de análise o tema da descentralização. Para uma discussão desse tema, o trabalho analisa as políticas de financiamento implementadas no âmbito estadual e a estruturação institucional do setor cultural no nível municipal, incluindo o órgão responsável pela gestão, a existência de fóruns participativos e a rede de equipamentos municipais de cultura. A análise dá destaque aos mecanismos de incentivo que procuraram se adequar às demandas de descentralização dos recursos e de interiorização no estado dos benefícios da atividade cultural: (a) a Lei Estadual de Incentivo à Cultura; (b) o Fundo Estadual de Cultura e (c) a política de redistribuição do ICMS Cultural. Procuramos assinalar também os limites encontrados por esses mecanismos para alcançar tal objetivo.

Não obstante a controvérsia em torno do que se conceitua como descentralização de políticas públicas, utiliza-se esse conceito para caracterizar um processo que envolve pelo menos quatro tendências em relação à gestão pública: a) a repartição das responsabilidades em torno da formulação, da implementação e do controle de políticas entre as esferas nacional, estadual e municipal; b) a transferência de recursos para as esferas subnacionais de poder, de forma a possibilitar a provisão de bens e serviços públicos; c) a existência de mecanismos de coordenação intergovernamental e d) a estruturação de um sistema de gestão que envolva o diálogo com a sociedade, ou seja, a ampliação da participação da sociedade organizada na gestão das políticas públicas.

Nesse sentido, a descentralização envolveria ideias de aprimoramento das relações intergovernamentais, de capacitação dos governos subnacionais para as funções que lhes são atribuídas e a possibilidade de controle social do poder público pela sociedade organizada e representada nos fóruns públicos disponíveis para essa finalidade – os conselhos de políticas, as audiências públicas e as conferências municipais, entre outros. A descentralização supõe ainda a constituição de uma ação governamental local. O deslocamento do poder do nível central para as outras esferas de governo envolveria, por vezes, um processo de privatização e terceirização dos serviços públicos. O controle e a eficiência do gasto público estariam condicionados também a uma maior participação da sociedade na gestão pública. Esse processo envolveria, pois, estratégias de democratização da gestão da política apoiada nos valores de universalização, equidade e controle social.

2 Federalismo e descentralização no Brasil

Os condicionantes recentes da descentralização estão intrinsecamente vinculados à repactuação da estrutura federativa brasileira após a redemocratização do País. A Constituição de 1988 tornou-se um referencial importante nesse projeto por estimular o fortalecimento das instâncias subnacionais e a democratização no plano local. Surgem novos atores como os membros dos conselhos de políticas públicas e gestores públicos mais capacitados, além de formas inovadoras de gestão representadas pelos orçamentos participativos e pelas parcerias com atores privados e com a sociedade civil.

Em regra, a reforma fiscal empreendida pela carta constitucional dotou os municípios de recursos e autonomia fiscal e administrativa para implementar uma agenda própria de políticas públicas independente da agenda do governo federal ou estadual[12] (ARRETCHE, 2004; SOUZA, 2005). Entretanto, dadas as expressivas desigualdades econômicas, sociais e administrativas entre os municípios brasileiros, diferenças estas que, em muitos casos, se agravaram com as transferências constitucionais, não se obteve uma tendência universal de descentralização das políticas ou de eficiência na sua implementação. Segundo Arretche (2004),

[12] No tocante ao sistema fiscal, a Constituição de 1988 dotou os entes federativos de ampla autonomia para alocar seus recursos, apesar da definição dos 25% da receita para aplicação em educação. Entretanto, emendas constitucionais da década de 1990 introduziram limitações à liberdade de aplicação dos recursos pelas esferas subnacionais vinculando parte dos recursos transferidos para alocações específicas – saúde e educação fundamental (SOUZA, 2005).

a descentralização das políticas públicas[13] não é simplesmente um subproduto da descentralização fiscal ou das novas disposições constitucionais derivadas da Carta de 1988, quer referentes às competências concorrentes entre os vários entes federativos[14], quer quanto ao estímulo à participação social na formulação e execução das políticas públicas. Ao contrário, a descentralização ocorreu nas políticas e nos estados em que uma "ação política deliberada", ou seja, a utilização de estratégias de indução em relação aos entes em que se pretende imputar a execução das políticas operou de modo eficiente. A eficiência e a efetividade na execução das políticas pelos governos subnacionais dependeriam de repasse de recursos, estímulos à construção institucional e à capacitação, estabelecimento de metas a serem cumpridas pelo nível federal ou estadual de governo. Esses estímulos são denominados, por Abrucio (2006), de mecanismos de coordenação intergovernamental, e são essenciais nas estratégias descentralizadoras de políticas públicas. A Constituição de 1988, contudo, não previu nenhum mecanismo que regulasse as relações intergovernamentais e que induzisse o diálogo e a cooperação entre os entes federados.

Como decorrência, a descentralização das políticas públicas no Brasil engendrou, segundo Arretche (1996), uma espécie de barganha federativa, pela qual cada nível de governo pretende transferir à outra a maior parte dos custos políticos e financeiros da gestão das políticas e reservar a si a maior parte dos benefícios dela derivados. Nesse sentido, as administrações locais só assumirão a responsabilidade pela gestão das políticas se avaliarem como positivos os ganhos a serem obtidos. Concordando com esse diagnóstico, Abrucio (2006) afirma não terem se constituído no plano intergovernamental mecanismos que garantissem a cooperação e a confiança mútua entre os entes federados de forma a compartilhar a agenda. Pelo contrário, o padrão de relações intergovernamentais caracterizou-

[13] O conceito de descentralização de políticas refere-se à instituição em âmbito local ou estadual das condições técnicas para a implementação de tarefas relativas à gestão de políticas públicas. Embora o termo aluda tanto a processos de estadualização como de municipalização, neste trabalho estamos tratando do tema da municipalização.

[14] A Constituição de 1988 optou pelo formato das competências concorrentes para a maior parte das políticas sociais brasileiras. As propostas para combinar descentralização fiscal com descentralização de competências foram estrategicamente derrotadas na Assembleia Nacional Constituinte. Em decorrência, qualquer ente federativo está constitucionalmente autorizado a implementar programas nas áreas sociais, dentre elas a do patrimônio cultural (ARRETCHE, 2004).

se por uma competição não cooperativa entre a união e os estados e entre estes e os municípios, com graves repercussões sobre as políticas públicas.

A efetiva descentralização das políticas estaria, portanto, de acordo com Arretche (2004), diretamente associada à implantação de regras de operação que efetivamente incentivem a adesão do nível de governo ao qual se dirigem. Dentre esses incentivos, podem ser citados: a) a redução dos custos financeiros envolvidos na execução das políticas; b) a minimização de custos de instalação da infraestrutura necessária ao exercício das funções; c) a transferência de recursos para estimular a adesão e d) o controle das condições adversas derivadas da natureza das políticas ou do legado de políticas prévias de características centralizadoras. Nesse sentido, a existência de uma estratégia de indução bem delineada e continuada constitui um fator decisivo para os resultados da descentralização das políticas públicas. A necessidade da coordenação das políticas públicas se justificaria "tanto por razões relacionadas à coordenação das decisões dos governos locais quanto para corrigir desigualdades de capacidade de gasto entre estados e municípios" (ARRETCHE, 2004, p. 20).

A instituição e a sustentabilidade de políticas descentralizadas demandam ainda a adoção de desenhos institucionais que promovam dinâmicas participativas e deliberativas com "debates e intercâmbios públicos" de experiências (EVANS, 2003; ABERS e KECK, 2009). Para Evans (2003), as instituições deliberativas seriam complementos essenciais ao processo descentralizatório ao propiciarem informações e intervenções mais adequadas às necessidades locais. Segundo esse autor, as vantagens da inserção das instituições deliberativas nos arranjos descentralizados de políticas públicas relacionam-se: a) ao "engajamento da energia dos cidadãos nos processos de escolha social"; b) "ao aumento da disposição dos cidadãos de investir em bens públicos, de forma a melhorar a distribuição dos mesmos e reduzir a corrupção" e c) aos "ganhos potenciais de desenvolvimento" (EVANS, op. cit., p. 22).

Uma questão importante levantada por Abers e Keck (2009) para a efetividade da descentralização diz respeito aos seus impactos sobre a capacitação do Estado e de seus agentes. Nesse sentido, os processos de descentralização contribuiriam para uma ampliação da capacitação do próprio Estado para implementar as decisões dos corpos deliberativos e promover o interesse público. Em sua perspectiva, esse processo é capaz de engendrar uma nova forma de gestão denominada pelas autoras de "governança participativa". Esse novo modelo de

gestão se caracteriza pela representação de uma ampla gama de vozes, que se engajam em processos deliberativos, pelo monitoramento e implementação de políticas, mas também por possibilitar um "engajamento ativo" dos cidadãos e capacitar ou "construir" o Estado para cumprir as decisões. As autoras ressaltam também a importância da coordenação entre as várias agências de políticas e níveis governamentais.

3 As políticas públicas de cultura e os desafios da descentralização

As políticas culturais no Brasil caracterizaram-se historicamente pela fragilidade institucional e precariedade do seu orçamento. Originalmente inscrita no Ministério de Educação e Saúde nos anos 1930, a área da cultura passou a compor o Ministério de Educação e Cultura, em 1953, organizando-se como um ministério específico com independência e autonomia somente em 1985. A falta de maturidade institucional e capacitação técnica dos agentes culturais foi uma característica marcante dos anos iniciais, seguida por aguda instabilidade. O Ministério da Cultura foi transformado em secretaria em 1990, durante o governo Collor, e recriado, em 1993, no governo Itamar Franco, passando a partir daí por uma tumultuada trajetória em que a permanência dos responsáveis pela pasta – ministros e secretários – não excedia um ano (BOTELHO, 2001b; RUBIN, 2008).

A estabilidade de oito anos observada durante a gestão Weffort no governo FHC não chegou, contudo, a mudar a trajetória de fragilidade institucional que caracteriza o setor. E isso se deve, entre outros fatores, à continuidade da precariedade do orçamento, estipulado em 0,14% do orçamento da união em 2002, e às dificuldades de descentralização e nacionalização da política e de seus equipamentos culturais, o que definiu uma atuação localizada e desigual do órgão no território nacional.

A partir da década de 1990, como consequência da crise fiscal e do ideário neoliberal, o Estado passa a atuar como agente regulador das políticas públicas e não mais como responsável direto pela provisão dos recursos. A ênfase da política cultural recai sobre a abertura de novas fontes de financiamento em parceria com o setor privado, em especial via incentivos fiscais, aplicados nas três esferas da União. O beneficiário é o empreendedor cultural, pessoa física e privada, com ou sem fins lucrativos, que tenha sua atuação comprovada

e reconhecida na área. Embora a utilização dos mecanismos de incentivo tenha demarcado uma expansão dos recursos disponíveis para a cultura, estimulando fortemente a produção cultural, não ocorreu um fortalecimento da descentralização ou da democratização da oferta cultural. Ao contrário, a lógica de mercado inerente ao mecanismo gerou uma concentração dos seus benefícios em localidades com maior expressão econômica e consequentemente com maior mercado consumidor para os produtos culturais.

A trajetória da política cultural evidencia, por conseguinte, a inexistência de um projeto articulado e negociado de descentralização das políticas com definição de competências e recursos que caberiam a cada ente da federação. O processo de descentralização enfrentou uma série de dificuldades, especialmente em decorrência da inexistência de uma política pública que perpassasse os limites da sucessão de governos e de uma política de financiamento com destinação de recursos orçamentários garantidos por normas legais e/ou constitucionais nas diversas instâncias governamentais.

A partir de 2005, em consequência das críticas de vários segmentos da população, incluindo os setores culturais, e de órgãos governamentais quanto ao potencial de universalização dos benefícios dos mecanismos de incentivo fiscal e da proposição, em âmbito federal, do Sistema Nacional de Cultura, a ênfase da política pública se transfere para o fortalecimento das estruturas institucionais e para a procura por critérios mais democráticos de alocação de recursos financeiros. Disso resultaram propostas de reorganização do sistema de financiamento e das instituições encarregadas de conduzir as políticas públicas culturais. Enfatizou-se ainda o papel ativo do Estado na formulação e implementação de políticas culturais e a ampliação da participação da sociedade nesse processo a partir de um incremento dos fóruns, comissões temáticas, seminários e conferências de cultura. Algumas proposições são recorrentes, como as vinculações de recursos orçamentários da União, dos estados e dos municípios às políticas públicas de cultura, de forma semelhante à que ocorre em áreas como educação e saúde[15].

[15] Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional n. 150 que estabelece a vinculação de 2% dos recursos da união, 1,5% dos estados, 1,5% do DF e 1% dos municípios para serem aplicados diretamente na cultura. No caso de Minas Gerais, a proposta de vinculação de 1,5% dos recursos tem sido replicada nos vários fóruns da área.

3 As políticas de financiamento à cultura em Minas Gerais

As políticas de financiamento à cultura no Estado de Minas Gerais abrangem três principais instrumentos: a Lei de Incentivo à Cultura, aprovada em 1997; o Fundo Estadual, instituído em 2006; e o ICMS Cultural, instituído em 1995. Cada um desses instrumentos se baseia em modalidades diferenciadas de financiamento cultural. Na primeira, a modalidade de financiamento se dá por meio de renúncia fiscal, de acordo com o modelo instituído em âmbito federal. O Fundo Estadual de Cultura se baseia em uma dotação orçamentária do estado, tem como agente financeiro o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e como órgão gestor a Secretaria de Estado de Cultura. O ICMS Cultural é uma modalidade de financiamento que prevê a distribuição de recursos do ICMS entre os municípios mineiros que comprovarem sua atuação na política de patrimônio cultural, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão estadual de proteção ao patrimônio cultural.

3.1 O mecanismo de incentivo fiscal

O período de mais de dez anos de implementação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei 12.733 de 1997, posteriormente substituída pela Lei 17.615 de 2008) estimulou a consolidação desse instrumento de apoio à atividade cultural. Os recursos liberados por esse mecanismo contribuíram para o amadurecimento e a profissionalização de áreas artísticas do estado, em especial as áreas de música e artes cênicas, além da ampliação de iniciativas de natureza pública, nas áreas de folclore e artesanato, seminários e cursos de caráter artístico e cultural.

A lógica de mercado implícita a esse mecanismo define uma atuação concentradora e excludente, beneficiando regiões e localidades onde se concentram as atividades econômicas e, em decorrência, também as atividades culturais. Os benefícios concentram-se ainda em modalidades culturais orientadas para a realização de eventos que possibilitam maior grau de visibilidade às empresas patrocinadoras. Em Minas Gerais, esse padrão é muito evidente para os projetos culturais das áreas de música e artes cênicas oriundos da capital do estado.

Os empreendedores culturais beneficiados concentram-se na região central do estado, particularmente em Belo Horizonte. A participação das demais regiões no incentivo a projetos culturais, contudo, é bem mais representativa em 2007 do que era em 1998, tendo permanecido relativamente estável a partir de 2006. Esse aumento de participação pode ser apurado na Tabela 1, em que 31,9% dos

projetos incentivados são oriundos dessas regiões em 2006 e 36,2%, em 2007. A maior participação do interior reflete as mudanças nos critérios de aprovação de projetos culturais a partir do edital de 2005, que, ao buscar uma maior descentralização dos recursos, passou a conferir maior pontuação aos projetos apresentados pelo interior.

TABELA 1 Lei Estadual de Incentivo à Cultura: participação no total de projetos culturais incentivados segundo região de origem do empreendedor – Minas Gerais – 1998-2007

Edital	Região central (%)	Demais regiões (%)
1998	89,8	10,2
1999	77,2	22,8
2000	76,0	24,0
2001/1	84,3	15,7
2001/2	68,4	31,6
2002	69,1	30,9
2003	75,4	24,6
2004	77,0	23,0
2005	75,0	25,0
2006	68,1	31,9
2007	63,8	36,2

Fonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

As modificações instituídas em 2005 tinham por objetivo promover uma desconcentração da região central e da capital, em particular. Os critérios de aprovação dos projetos culturais passaram a refletir uma decisão de política pública cuja meta era ampliar o acesso dos cidadãos à produção cultural do estado e estimular sua participação no desenvolvimento de atividades culturais. Questões como acessibilidade do público ao projeto, valorização da memória local e do patrimônio, incentivo à formação, capacitação, pesquisa e difusão de informações e utilização dos recursos humanos das diversas regiões do estado passam a configurar os novos critérios de escolha dos avaliadores. A atribuição de pontuação a cada um

desses aspectos confere transparência ao processo seletivo e inaugura uma nova forma de diálogo entre empreendedores culturais e o gestor público da cultura. Os empreendedores, ao elaborarem seu projeto, já deverão estar cientes dos aspectos que serão valorizados e deverão orientar sua proposta de forma a atender ao novo desenho da política pública de cultura.

Apesar de as mudanças introduzidas por esse novo conceito de seleção de projetos culturais terem conferido uma margem maior de captação para os empreendedores culturais do interior, os impactos foram limitados pelo próprio desenho legal e institucional do mecanismo, especialmente por restringir o acesso de empresas de pequeno e médio porte, perfil predominante no interior do estado, ao benefício da renúncia fiscal. Nesse sentido, justifica-se a segunda intervenção sobre o mecanismo, quando se revoga a lei de 1997 e institui-se a Lei 17.615, de julho de 2008.

Na nova legislação, torna-se mais explícita a diretriz de democratização e descentralização dos incentivos a serem concedidos para a produção cultural do estado. São estabelecidos percentuais mínimos do montante de recursos disponíveis para empreendedores residentes no interior e que beneficiem o público e os profissionais das várias regiões. Paralelamente a esse percentual mínimo de recursos que será destinado ao interior, a nova lei institui alíquotas diferenciadas de dedução do ICMS (10% para empresas de pequeno porte, 7% para as de médio e 3% para as grandes empresas). O escalonamento das alíquotas visa a estimular as empresas de pequeno e médio porte, situadas no interior do estado, a investir em projetos culturais com os benefícios da renúncia fiscal. Na lei de 1997, o mecanismo fiscal excluía explicitamente as de pequeno porte e dificultava a participação das médias em função do elevado limite da receita bruta anual exigida para a dedução do ICMS. Isso dificultava para os empreendedores culturais a captação de recursos para seus projetos.

Até o momento não foram realizados estudos que avaliem os resultados da implementação da nova lei aprovada em 2008, o que dificulta discutir o seu potencial de descentralização para um número maior de municípios do estado. Entretanto, a própria modalidade da renúncia fiscal, como apontado neste texto e em vários outros estudos sobre o tema, quer em âmbito federal ou estadual, interpela esse potencial, uma vez que, como se sabe, a decisão efetiva do patrocínio cabe às empresas patrocinadoras, que seguem seus próprios critérios de seleção, fugindo, portanto, às diretrizes públicas do Estado.

3.2 O Fundo Estadual de Cultura (FEC)

A criação do Fundo Estadual de Cultura (Lei Estadual nº. 15.975 de 2006 e alterada pela Lei nº. 19.088, de 2010) é uma resposta do governo do estado à preocupação setorial quanto à necessidade de descentralização e interiorização da produção cultural. Esse mecanismo de incentivo está orientado para o fomento de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, e de entidades de direito público, exceto órgãos da administração pública estadual, de caráter estritamente artístico ou cultural. Entre seus objetivos está o de promover o desenvolvimento cultural do estado em suas regiões, em especial o interior. Além disso, os critérios de seleção dos projetos definem como foco as áreas culturais que apresentam maior dificuldade de captação de recursos por meio do mecanismo de renúncia fiscal: preservação do patrimônio cultural, material e imaterial; organização e recuperação de acervos, banco de dados e pesquisa; experimentação e pesquisa de novas linguagens artísticas; capacitação e intercâmbio; circulação, distribuição de produções artísticas e rede de infraestrutura. O fundo exige ainda uma contrapartida por parte dos empreendedores culturais como forma de compensação pelos recursos recebidos.

O aumento no volume de recursos disponibilizados para os projetos no período 2006 a 2008[16] sugere que o FEC tem ganhado destaque como mecanismo financeiro de apoio aos empreendimentos culturais em Minas Gerais. Apesar do alto número de projetos aprovados sediados nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o FEC tem cumprido o objetivo de estimular os empreendimentos culturais no interior do estado, em particular as prefeituras municipais. A distribuição dos recursos aparenta estar equilibrada do ponto de vista espacial e bem condizente com a distribuição demográfica da população mineira.

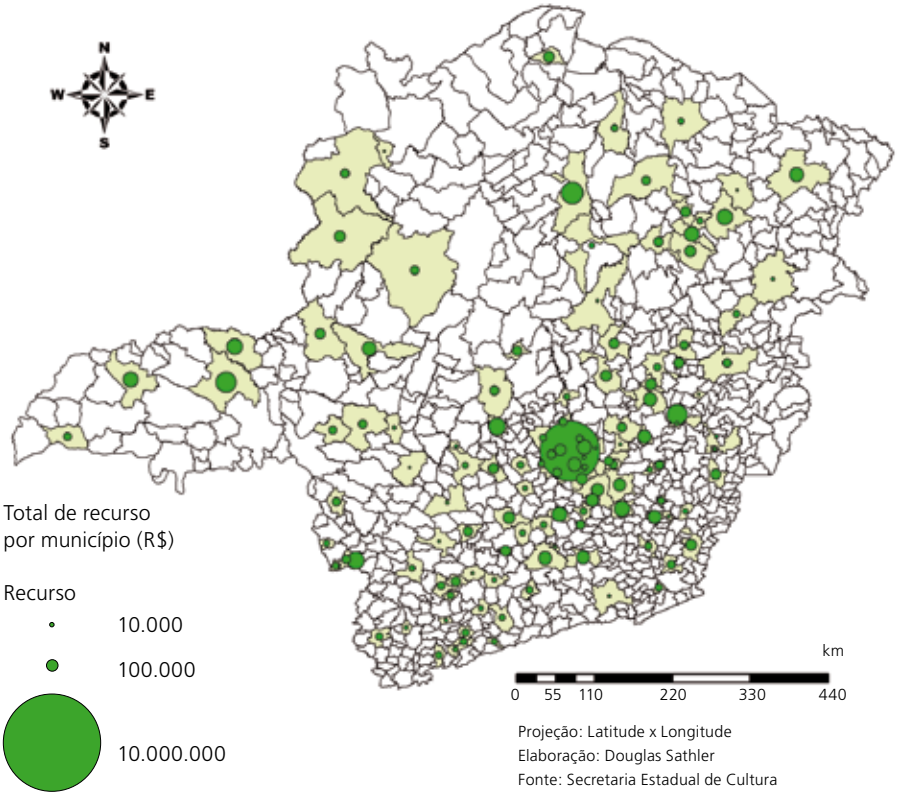
No período 2006-2008, 1.569 projetos de 407 municípios solicitaram recursos do Fundo Estadual de Cultura. Entretanto, desse total, apenas 275 projetos foram aprovados em 125 municípios.

De acordo com a Figura 1, os recursos do FEC foram distribuídos de maneira relativamente equilibrada pelo território mineiro, abrangendo todas as regiões do estado. Percebe-se, contudo, uma concentração na porção central e meridional

[16] O primeiro edital de 2006 disponibilizou R$10.400.000,00; o edital de 2007, R$14.500.000,00; e o edital de 2008, R$24.500.000,00, mais que o dobro dos recursos aprovados em 2006.

do estado. Essa constatação é coerente com a distribuição demográfica, uma vez que essas regiões apresentam um número relativamente maior de municipalidades em relação a outras partes do território mineiro e, ainda, concentram os maiores estoques populacionais. O município de Belo Horizonte se destaca pela quantidade de recursos aprovados: R$ 5.252.416,00 para os 60 projetos aprovados na capital do estado. Entretanto, deve-se ressaltar que mais de 80% dos projetos aprovados foram apresentados por instituições sediadas no interior de Minas Gerais.

FIGURA 1 Municípios mineiros contemplados pelo FEC e quantidade de recursos recebidos – Minas Gerais, 2006-2008



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais

A evolução do número de projetos executados no período por área cultural indica que as áreas de preservação do patrimônio material e imaterial (área 1) e a de circulação, distribuição e rede de infraestrutura (área 3) foram as que tiveram maior apoio do estado. A área de organização e recuperação de acervos, banco de dados e pesquisas (área 2) apresentou evolução negativa, passando de

14 projetos aprovados em 2006 para apenas seis em 2008. A área de produção de novas linguagens (área 4) mostrou certo equilíbrio entre 2006 e 2008. E a área de capacitação e intercâmbio (área 5) sofreu redução no número de projetos aprovados entre 2006 e 2007, mas um aumento significativo entre 2007 e 2008. A Tabela 2 apresenta a evolução descrita.

TABELA 2 Fundo Estadual de Cultura: número de projetos executados por área cultural – Minas Gerais – 2006-2008

Área cultural	2006	2007	2008
1. Preservação do patrimônio material e imaterial	20	25	30
2. Organização e recuperação de acervos, banco de dados e pesquisas	14	13	6
3. Circulação, distribuição e rede de infraestrutura	24	35	54
4. Produção de novas linguagens	8	6	7
5. Capacitação e intercâmbio	11	8	14
Total	**77**	**87**	**111**

Fonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP).

Contrariamente ao maior benefício resultado da renúncia fiscal às duas áreas artísticas – música e artes cênicas –, o FEC beneficia áreas que contemplem projetos com objetivos públicos que envolvam investimentos em infraestrutura de apoio à produção cultural: a área de circulação, distribuição e rede de infraestrutura e a de preservação do patrimônio material e imaterial.

Do ponto de vista da ampliação do diálogo com a sociedade, um dos requisitos dos processos de descentralização, o FEC e o mecanismo fiscal instituíram comissões paritárias compostas por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil para os processos de análise e seleção dos projetos. Com isso pretende-se conferir legitimidade aos procedimentos de seleção dos projetos culturais e ampliar os canais de participação da sociedade na discussão sobre as diretrizes da política de incentivo à atividade cultural[17].

[17] No caso do mecanismo fiscal, os membros da sociedade civil foram convocados para participar de discussões sobre aspectos específicos dos editais anuais e sobre os critérios de seleção dos projetos, a partir da reorientação dos procedimentos de seleção dos projetos em 2005 e da reformulação da Lei em 2008.

3.3 A distribuição de recursos via ICMS Cultural

A terceira modalidade de financiamento à cultura em Minas Gerais, o ICMS Cultural, decorre da Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995 – denominada Lei Robin Hood. Essa lei introduziu novos critérios para a distribuição do ICMS aos municípios mineiros, dentre eles, o patrimônio cultural. Essa lei foi alterada pela Lei 13.803 de dezembro de 2000 que passou a orientar a execução da política até janeiro de 2009, quando foi substituído pela Lei 18.030.

Essa modalidade de financiamento se distingue das anteriores porque está orientada exclusivamente para o financiamento das municipalidades. Os municípios são estimulados a formular e implementar uma política pública de patrimônio cultural, a partir de critérios estabelecidos pelo órgão estadual de patrimônio cultural – o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

A definição da agenda da política pública municipal de patrimônio por parte do órgão estadual é evolutiva e vai respondendo à atualização conceitual no campo do patrimônio e à capacitação do corpo técnico estadual com relação à questão. Para fazerem jus ao recebimento dos recursos do ICMS disponibilizados para o critério patrimônio cultural, os municípios devem responder às exigências de tal agenda, cumprindo as metas estabelecidas progressivamente pelo governo estadual. Nesse sentido, tal iniciativa tornou-se uma ação pioneira no Brasil na descentralização das políticas de proteção ao patrimônio cultural. Essa inovação foi possibilitada pela combinação da autonomia dos entes federados e a coordenação para sua implementação em âmbito municipal.

O plano de trabalho a ser desenvolvido pelos municípios que aderirem à política de redistribuição do ICMS no critério patrimônio cultural é definido pelo corpo técnico do IEPHA. O repasse dos recursos aos municípios mineiros está condicionado à estruturação de um sistema de gestão e à comprovação de atuação do município na proteção do seu acervo cultural conforme as exigências definidas pelas deliberações normativas do IEPHA. A comprovação de atuação é realizada por meio da apresentação de documentos que devem seguir os modelos divulgados pelo IEPHA em seu *site* ou em cursos e seminários sobre o ICMS Cultural programados ao longo de cada ano.

A municipalização da política de patrimônio cultural em Minas Gerais, portanto, resultou de estratégia de indução coordenada pelo governo estadual que envolveu, por um lado, a distribuição de incentivo ao município e, por outro, a proposição de um desenho de política que estimula a estruturação de um aparato ins-

titucional local complementado por um sistema de gestão com base em instâncias participativas decisórias e à adesão a uma agenda de política progressiva na área. Para isso, o IEPHA utilizou de deliberações normativas aprovadas pelo seu Conselho Curador, e posteriormente pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP), como o principal instrumento de coordenação do desenho de política proposto.

Entre 1997 e 2010, há expressiva elevação do número de municípios que aderem à política. Além do repasse de recursos, outros fatores contribuíram para esse aumento. Dentre eles, ressaltamos o esforço de divulgação desse mecanismo realizado pelo IEPHA e a profissionalização ocorrida a partir do trabalho das consultorias especializadas, contratadas pelos municípios para responderem às demandas de trabalhos técnicos demandadas pelo órgão estadual. Assim, há maior inteiração dos governos municipais em relação aos requisitos exigidos em lei para sua inclusão e manutenção no rateio do critério, estimulando um maior aparelhamento da gestão municipal para atuação na área do patrimônio cultural.

Em 1997, 122 municípios do estado ou 14,3% do total receberam pontuação no critério patrimônio cultural. Em 2006, quase dez anos depois, esse número chegou a 586, representando 68,7% dos municípios. Esse número evolui durante todo o período de execução da lei, alcançando 710 municípios em 2009, ou seja, 83,2% dos municípios do estado.

Os recursos distribuídos representam uma fonte de financiamento importante para o setor cultural e para ações de proteção ao patrimônio para a maior parte dos municípios mineiros de pequeno porte. Em muitos municípios, as receitas recebidas respondem pela totalidade dos gastos dos governos municipais em cultura (FJP, 2007).

A regularidade dos repasses previstos na legislação contribuiu para estimular a estruturação municipal para a gestão da política de proteção ao patrimônio cultural, capacitando o estado para atuar em uma nova temática até então percebida como fonte de despesas às quais a gestão municipal não podia responder.

Diferentemente das anteriores, essa política atende às condições citadas acima para efetivar a descentralização das políticas públicas. Os desafios enfrentados por essa política estão relacionados à necessidade de adequação das políticas propostas pelo órgão estadual às realidades locais. Nesse aspecto torna-se essencial a estruturação do aparato institucional dos municípios bem como de seus conselhos municipais, que permitirão uma participação mais efetiva da sociedade na discussão dos rumos da política pública.

4 A estruturação dos municípios e as políticas públicas de cultura

O órgão gestor da cultura em âmbito municipal tem por responsabilidade formular e implementar políticas públicas com base na realidade cultural e socioeconômica dos municípios. Cabe a essa estrutura estabelecer as diretrizes e as metas a serem alcançadas pela gestão cultural local em curto, médio e longo prazos. Entretanto, a importância marginal atribuída ao setor tem resultado em uma estruturação municipal com o predomínio da gestão da cultura em associação com outras áreas de políticas. Essa característica não é um atributo de Minas Gerais, mas sim um reflexo da precariedade da institucionalização do setor cultural no País[18].

Os dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE, de 2006, indicam que em 74% dos municípios de Minas Gerais a gestão da cultura se dá em conjunto com outras políticas (educação, esporte, lazer e turismo); em 12,3% o setor de cultura encontra-se subordinado a outras secretarias; e em 4,5% subordina-se ao gabinete municipal. Apenas 6,7% dos municípios do estado organizaram órgãos específicos: fundação municipal ou secretaria municipal de cultura.

TABELA 3 Órgão municipal de cultura em municípios de Minas Gerais, 2006

Órgão municipal de cultura	Nº de municípios	Percentual (%)
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	631	74,00
Setor subordinado a outra secretaria	105	12,30
Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	42	4,90
Secretaria municipal exclusiva	38	4,50
Fundação pública	19	2,20
Não possui estrutura específica	17	2,00
Recusa	1	0,10
Total	**853**	**100,00**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, Suplemento de Cultura.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

[18] Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE, para o ano de 2006, apenas 6,8 % dos municípios brasileiros haviam organizado um aparato institucional específico para o setor cultural.

A existência de fóruns de discussão como os conselhos de políticas passou a ser considerada um item importante para a descentralização das políticas públicas a partir da Constituição de 1988. Na área da cultura, a organização dessas instâncias participativas ocorreu com maior frequência com a demanda de institucionalização aberta pela política federal que tem início em 2003 e pela instituição do Sistema Nacional de Cultura, em 2005. Em Minas Gerais, os conselhos municipais de cultura estão presentes em apenas 32,5% dos municípios.

Deve ser destacada também a existência de conselhos municipais de patrimônio cultural em 60,6% dos municípios. A maior presença desses em relação aos conselhos municipais de cultura está relacionada à política do ICMS Cultural que definiu a criação do conselho de patrimônio como um dos itens de pontuação dos municípios para o recebimento dos recursos. A presença dos conselhos municipais de patrimônio cultural é uma característica específica do Estado de Minas Gerais e reflete a política de indução do governo estadual na área do patrimônio[19].

A existência formal dos conselhos não significa por si só um avanço da democratização ou da ampliação da participação social na formulação e gestão das políticas. É necessário que essas novas institucionalidades existam de fato, que realizem reuniões regularmente, que sejam capazes de fiscalizar, deliberar e elaborar propostas de condução das políticas. A efetividade desses conselhos está condicionada a condições específicas de funcionamento que os instituem como espaços de decisão compartilhada entre representantes governamentais e da sociedade civil. Dentre essas condições, ressalta-se: a) a paridade na composição e nas condições de participação dos representantes governamentais e da sociedade civil em termos de acesso a informações, escolaridade e recursos financeiros; b) a forma de escolha dos representantes da sociedade civil; c) o caráter deliberativo do conselho; d) a publicidade ou divulgação das ações, entre outras.

A análise da composição dos conselhos municipais de cultura indica que dos 277 conselhos existentes, 69% são paritários e 18% têm maior representação da sociedade civil. Os 13% restantes têm maior participação governamental. A forma predominante de indicação dos representantes da sociedade civil apurada pela pesquisa é a realizada de forma partilhada entre o poder público e a socie-

[19] O Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE (2006) constatou que cerca de 70% dos conselhos municipais de patrimônio cultural no Brasil localizam-se em Minas Gerais. Além desse estado, apenas São Paulo se destaca, com um percentual mais digno de nota (11,7%).

dade civil (60%). Em apenas 17,3% dos conselhos a sociedade civil é a responsável pela indicação de seus representantes. Em 22,4% dos conselhos os representantes da sociedade civil são indicados pelo poder público. Pode-se concluir que, apesar de os conselhos ampliarem o acesso da sociedade civil, o setor governamental mantém uma presença forte na dinâmica dos mesmos ao se responsabilizar de forma majoritária pela indicação dos membros da sociedade civil.

A frequência do número de reuniões indica uma variedade de situações, sendo que a mais comum são as reuniões bimestrais ou trimestrais em 59,2% dos conselhos. Verificaram-se também reuniões mais frequentes (mensal ou em periodicidade menor) em 18,4%. Entretanto, 4,7% dos conselhos não chegaram a se reunir e 2,1% reuniram-se anualmente.

TABELA 4 Frequência de reuniões dos conselhos municipais de cultura – Minas Gerais, 2006

Frequência de reuniões	Nº	%
Anual	6	2,1
Bimestral ou trimestral	164	59,2
Quadrimestral a semestral	13	4,7
Mensal ou menor	51	18,4
Irregular	30	10,8
Não se reuniu	13	4,7
Total	**277**	**100,0**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, Suplemento de Cultura.

A análise conjunta dos indicadores levou-nos a construir um índice do grau de institucionalização dos conselhos municipais de cultura. Foi considerado como de alto grau de institucionalização aquele conselho: a) que tem composição paritária ou maior representação da sociedade civil; b) com representação de pelo menos quatro grupos diferentes da sociedade civil; c) que se reúne pelo menos trimestralmente; d) cumpre pelo menos quatro atribuições diferentes. Foi considerado como de médio grau de institucionalização o conselho que atende aos itens c e d. Os demais foram considerados como de baixo grau de institucionalização. A Tabela 5 apresenta a distribuição dos conselhos em relação ao seu grau de institucionalização.

TABELA 5 Grau de institucionalização dos conselhos municipais de cultura – Minas Gerais, 2006

Grau de institucionalização dos conselhos municipais	Nº de municípios	Percentual (%)
Alto	83	29,96
Médio	90	32,49
Baixo	104	37,55
Total	**277**	**100,00**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, Suplemento de Cultura

Elaboração: Fundação João Pinheiro, Índice Mineiro de Responsabilidade Social.

4.1 Ações de política e equipamentos municipais de cultura

Para avaliar a situação da gestão pública municipal no tocante às ações e políticas implementadas na área da cultura, tomaremos por referência os indicadores utilizados no cálculo do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) na dimensão cultura, esporte e lazer[20]. As variáveis avaliadas refletem a situação dos municípios em relação às principais ações da municipalidade na área da cultura. Parte desses programas conta com o apoio de políticas estaduais, como é caso do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais e do Programa de Apoio às Bandas de Músicas.

Dentre as variáveis analisadas para a construção dos indicadores de responsabilidade municipal ressaltamos: a) a existência de biblioteca municipal; b) a existência de banda de música; c) a presença de uma pluralidade de equipamentos culturais (indicador construído levando em consideração a existência de pelos menos dois equipamentos de cultura, com exceção de biblioteca) e d) a gestão e preservação do patrimônio cultural. Pressupõe-se que esses indicadores meçam o grau de responsabilidade do governo municipal quanto às suas próprias políticas e a sua capacidade de resposta aos programas estabelecidos na esfera estadual.

As informações quanto à existência de biblioteca pública nos municípios mineiros indicam que, em 2007, apenas 11 dos 853 municípios do estado não tinham biblioteca. Esses municípios caracterizavam-se pelo pequeno porte populacional (menos de 20 mil habitantes) e distribuíam-se por apenas cinco das 10 regiões de planejamento – Central, Mata, Sul, Norte e Rio Doce.

[20] O IMRS é um índice desenvolvido pela Fundação João Pinheiro para mensurar responsabilidade da gestão pública municipal em várias áreas de políticas públicas. Foram contempladas as seguintes dimensões: renda, saúde, educação, segurança pública, gestão, habitação e meio ambiente, cultura, esporte e lazer. Trata-se de um índice bienal e sua primeira versão é de 2005. O Índice resulta da Lei Estadual 15.011 de 15 de janeiro de 2004.

Esse quadro representou um grande avanço em relação à situação em 2005, quando 20,3% dos municípios não dispunham de biblioteca pública. Esses municípios se enquadravam no estrato populacional de até 50 mil habitantes, e, embora se distribuíssem por todas as regiões, 90% deles concentravam-se em seis delas – Central, Mata, Sul, Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce. Em termos proporcionais, destacavam-se as regiões Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce e Norte, onde mais de 1/3 dos municípios não tinham esse equipamento.

No que diz respeito às bandas de música, consideradas uma tradição da cultura mineira, os dados informam que pouco mais da metade dos municípios de Minas Gerais tinham bandas de música no ano de 2006. A evolução no período de 2000 a 2006 foi também bastante modesta. O percentual desses municípios passou de 50,2% em 2000 para apenas 53% em 2006. A situação é relativamente pior nas regiões Norte, Rio Doce e Noroeste, onde os percentuais, em 2006, são 29,2%, 34,3% e 36,8%, respectivamente. A situação é melhor na região Central, onde 76% dos municípios, em 2006, tinham bandas de música.

Considerando-se os grupos de municípios por faixa de população, verifica-se que, nas faixas de menor população, somente 41% dos municípios de até 10 mil habitantes tinham banda de música em 2006. No estrato acima de 50 mil, a totalidade dos municípios com exceção de seis, entre 60 municípios, possuíam bandas de música em 2006.

A evolução tem sido mais favorável nas regiões que se encontravam em pior situação e na faixa de municípios com menos de 10 mil habitantes. Entre as regiões, destacam-se a Norte e a Rio Doce, com o maior número de novos municípios com bandas de música. As regiões Mata e Centro-Oeste foram as únicas que apresentaram evolução negativa, registrando decréscimo no número de municípios com bandas.

No que diz respeito ao indicador pluralidade de equipamentos culturais (existência de pelo menos dois equipamentos culturais, com exceção de biblioteca: museus, teatros, centros culturais, cinema), em 2006 observou-se que apenas 1/3 dos municípios mineiros (37,7%) apresentava uma situação de pluralidade de equipamentos culturais. A sua distribuição espacial estava concentrada nas regiões Central, Sul e Mata (64%) e nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Isso significa que a capacidade de instalar equipamentos culturais depende da capacidade de gasto do município, que apresenta normalmente uma variação diretamente associada com o tamanho do município. O tamanho da população

também seria um fator positivo e garantiria uma maior demanda por esses equipamentos. Na faixa de até 10 mil habitantes, apenas 22% dos municípios possuem mais de dois equipamentos culturais, com exceção da biblioteca.

A evolução no período 2000-2006 foi positiva. O número de municípios com pluralidade de equipamentos culturais cresceu 138% no estado. Nas regiões com menores percentuais a taxa de crescimento foi bem maior, significando, desse ponto de vista, uma redução na desigualdade regional. Da mesma forma, a taxa de crescimento do número de municípios com pluralidade de equipamentos culturais foi maior nas faixas de menor tamanho populacional.

O indicador gestão e preservação do patrimônio cultural que resume a pontuação atribuída pelo IEPHA para a distribuição dos recursos do ICMS Cultural[21] revelou, até 2006, uma situação de forte concentração no estado no que diz respeito à estruturação, nos municípios, de um sistema de gestão do patrimônio e de sua capacidade de executar ações na área. Assim, do total máximo de 26 pontos observados na pontuação municipal naquele ano, 97% dos municípios atingiam menos de 10 pontos e 84%, menos de 5 pontos. No período entre 2000 e 2006, houve melhora em todas as regiões, tanto em termos da adesão de novos municípios à política de patrimônio cultural coordenada pelo estado, quanto ao crescimento da pontuação daqueles que já executam uma ação na área. As melhores pontuações são de municípios localizados nas regiões Central, Jequitinhonha/Mucuri, Alto Paranaíba, Sul e Centro Oeste.

Cabe ressaltar que os municípios que possuem os indicadores mais elevados de preservação do patrimônio são aqueles que possuem tombamentos federais e estaduais, objeto de valoração mais elevada pelo IEPHA, e que estão concentrados nos estratos de população de 20 a 50 mil habitantes, embora alguns pertençam também aos estratos de 50 mil a 100 mil e de 100 a 200 mil habitantes. Dentre os municípios com indicadores mais elevados, destacam-se as cidades históricas: Mariana, Ouro Preto, Congonhas, Diamantina, Serro, Sabará, entre outras.

A leitura conjunta dos indicadores de cultura com os da dimensão esporte e lazer resultou na construção do Índice Mineiro de Responsabilidade Social

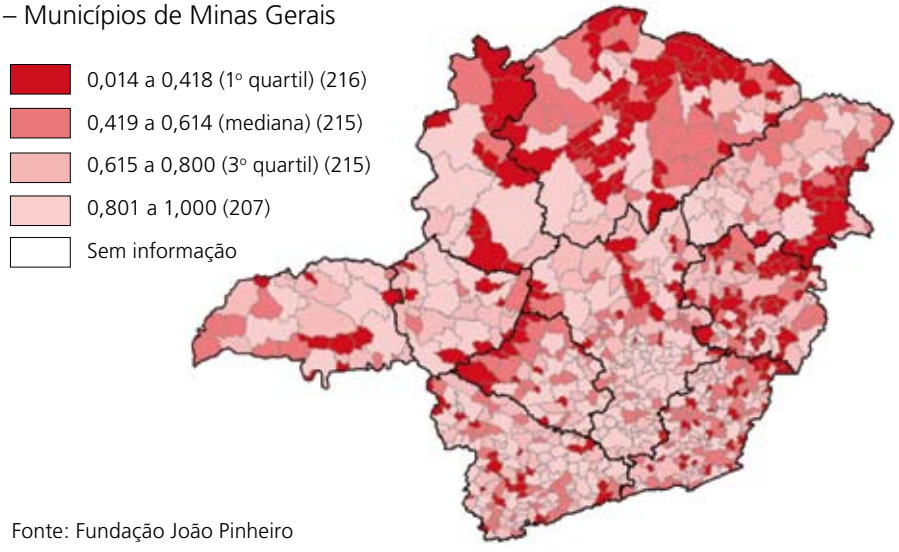
[21] O valor atribuído ao município resulta do somatório das pontuações em Estrutura e Gestão Participativa e em Ações de Preservação do Patrimônio Cultural. A pontuação recebida pelo município corresponde ao somatório das pontuações relacionadas com a gestão participativa da política cultural local (3,0 pontos) e com as ações de proteção e preservação do patrimônio cultural, aferidas segundo o número de tombamentos dos municípios de acordo com os critérios definidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

para a área da Cultura, Esporte e Lazer[22]. Entre 2000 e 2006, o índice apresentou uma evolução positiva indicando uma melhora da situação geral no estado com relação a essas áreas. Essa melhora se expressa nos valores medianos alcançados, na diminuição dos graus de disparidade entre os maiores e menores valores, bem como na diminuição da desigualdade entre os municípios.

A análise por região destaca uma apreciável diversidade entre as regiões do estado. Os piores índices estão situados nos municípios das regiões Noroeste, Rio Doce e Norte, onde também estão localizados os maiores coeficientes de variação entre os municípios. Posições melhores com relação ao índice são encontradas em municípios da Região Central e Jequitinhonha/Mucuri.

Em termos da evolução no período, pode-se dizer que houve uma queda na desigualdade inter-regional. Essa queda foi mais acentuada nas regiões Norte, Alto Paranaíba e Jequitinhonha/Mucuri. O Triângulo pode ser caracterizado, no período, por uma situação estacionária em termos da desigualdade entre os municípios. O mapa abaixo (Figura 2) localiza os municípios em relação à faixa do Índice Responsabilidade Social – Cultura, Esporte e Lazer em que se situam.

FIGURA 2 Índice Mineiro de Responsabilidade Social – Cultura, Esporte e Lazer – Municípios de Minas Gerais



Fonte: Fundação João Pinheiro

[22] O IMRS – Cultura, Esporte e Lazer engloba sete indicadores, sendo três referentes à existência de equipamentos culturais (biblioteca, pluralidade de equipamentos culturais e banda de música), um referente aos equipamentos de esporte, um referente ao esforço de gestão e preservação do patrimônio histórico e cultural e dois indicadores relacionados com os gastos municipais em cultura, esporte e lazer (gastos per capita e esforço orçamentário). Os indicadores da área da cultura tiveram um peso maior na construção do índice, o que faz com que esse indicador reflita, de fato, as ações municipais em cultura.

Conclusões

A análise dos instrumentos de financiamento à cultura indicou que a política do ICMS Cultural é a que dispõe de maior potencial de descentralização. Esse resultado se deve à estratégia de indução adotada pelo governo estadual para a adesão dos municípios ao programa de municipalização das ações de proteção ao patrimônio cultural. Essa estratégia de indução, como se viu, está apoiada na distribuição de recursos e na coordenação do processo pelo órgão estadual de patrimônio cultural, a partir da proposição de um programa de atuação fundamentado em deliberações normativas do órgão estadual.

Quanto aos mecanismos de incentivo à atividade cultural, o Fundo caracteriza-se, relativamente, por maior potencial de descentralização, já que ele próprio foi criado com o objetivo de atender às diversas regiões do estado e promover a descentralização dos recursos. A renúncia fiscal, como se destacou, é um mecanismo de características concentradoras, já que envolve uma lógica de mercado ao transferir para a empresa a decisão de patrocínio dos projetos culturais. As mudanças recentes no mecanismo fiscal buscaram ampliar a capacidade dos municípios do interior para aprovar e captar recursos para seus projetos. Acredita-se, contudo, que os impactos das mudanças propostas sejam ainda limitados frente às necessidades do estado.

Apesar da grande disparidade regional e entre os municípios mineiros, o estudo realizado indicou que as políticas públicas municipais de cultura avançaram no Estado de Minas Gerais. A análise por estrato de população indicou que a situação mostra-se pior no caso dos municípios com menos de 20 mil habitantes. Nas faixas de maior população, a situação é bem melhor e mais homogênea.

Embora a estruturação municipal na área seja ainda muito incipiente, os dados sugerem que a institucionalização do setor é beneficiada pela política indutora do governo estadual na área do patrimônio cultural e pela orientação do governo federal, inscrita na proposta do Sistema Nacional de Cultura de estimular a institucionalização do setor. Nesse sentido, a existência e o funcionamento dos conselhos municipais de cultura e de patrimônio sugerem uma ampliação de perspectivas para o setor que podem resultar em orientações de políticas mais democráticas.

Referências

ABERS, R.; KECK, M. Mobilizing the State: The Erratic Partner in Brazil's Participatory Water Policy. *Politics Society*, 2009.

ABRÚCIO, F. L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, Sonia. (Org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento*: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-125.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 17-26, 2004.

_____. Mitos da Descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, 1996.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em perspectiva*, 15 (2), 2001a. p. 73-83.

_____. *Romance de Formação*: Funarte e a política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2001b.

BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas Culturais*. Barueri (SP): Manole, 2003. V. 1.

EVANS, Peter. Além da monocultura institucional: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. In: *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 5, n. 9, jan/jun, 2003, p. 20-63

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos Culturais. *Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil*. Belo Horizonte, 1998.

_____. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Prestando Contas aos mineiros*: avaliação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Belo Horizonte, 2003.

_____. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Experiências de financiamento à cultura em municípios de Minas Gerais*: gastos públicos, aparato institucional e mecanismos de incentivo, 2007.

_____. Centro de Estudos de Políticas Públicas. *Estudos sobre a geração de trabalho e renda a partir da utilização dos mecanismos de incentivo à cultura de Minas Gerais*, 2009.

_____. Centro de Estudos de Políticas Públicas. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social*, 2010.

_____. A descentralização das ações na área do patrimônio cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros. *Relatório de pesquisa*, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Conselhos de Cultura e Democracia no Brasil*. Primeira Etapa: Conselhos Estaduais, 2010.

NÉGRIER, Emmanuel. Politiques culturelles territoriales: dernier inventaire avant decentralisation? *OBS Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa, n.13, julho, 2004.

RUBIN, Antonio Albino. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos. In: RUBIN, Antonio Albino C.; BAYARDO, Rubens (Orgs.) Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, F. A. Barbosa da. *Os gastos culturais dos três níveis de governo e a descentralização*. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para Discussão n. 876). OKK

SOUZA, Celina. Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. In: LUBAMBO, Cátia; COELHO, Denilsson B.; MELO, Marcus André (orgs.). *Desenho institucional e participação política*: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

STARLING, Mônica B. L., REIS, André Abreu. Apontamentos sobre o ICMS Patrimônio Cultural. *Cadernos do CEHC*, Série Cultura. Belo Horizonte, n.4, maio, 2002.

A CULTURA NO ÂMBITO FEDERAL: LEIS, PROGRAMAS E MUNICIPALIZAÇÃO

Lia Calabre

> A cidade é, antes de tudo, onde as pessoas vivem e buscam novos sentidos de vida. Espaço universal onde seres humanos elaboram identidades e diferenças, valores, modos de pensar e de sentir, e constroem a sua cultura.
>
> Hamilton Faria

Como é nosso município? Qual foi nossa trajetória? O que desejamos ser no futuro? Essas são três perguntas básicas que se deve fazer um gestor público municipal no momento do planejamento das ações. Tais questões, ao serem respondidas de maneira coletiva, partilhada, participativa, podem produzir uma enorme diferença para o devir de uma coletividade. A última década do século XX e a primeira do XXI legaram aos brasileiros um gradativo e contínuo processo de aprendizagem e de convivência com processos decisórios participativos; várias experiências de gestão democrática vêm tendo lugar, especialmente nos governos municipais.

O País tem vivenciado, nas últimas duas décadas, um processo de reconhecimento e de valorização do papel dos vários atores políticos na gestão pública. Em uma sociedade democrática acredita-se que tais atores devam efetivamente compartilhar os espaços decisórios. A partir de 2003, assiste-se a um contínuo processo de ampliação da participação da sociedade civil na gestão pública, nos mais diversos níveis e áreas de governo. Hoje, os modelos de construção das novas estruturas necessárias para garantir o funcionamento democrático das sociedades extrapolam os limites restritos do Estado.

Para a implementação de um processo de gestão pública democrática existem algumas ferramentas disponíveis. O governo pode, por exemplo, realizar fóruns, conferências, plebiscitos, criar câmaras e conselhos ou, ainda, implantar um modelo de orçamento participativo. Logo, sendo a área da cultura uma das que integram o campo das políticas públicas, tais ferramentas também devem ser aí utilizadas.

Com a posse do Ministro Gilberto Gil, em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram iniciados os trabalhos de reformulação do Ministério da Cultura (MinC), buscando garantir mais agilidade política ao mesmo. A estrutura herdada do governo anterior estava centrada no

modelo de financiamento via Lei Rouanet, com uma série de superposições das funções entre as instituições vinculadas e as secretarias, como, por exemplo, entre a Funarte e a Secretaria da Música e Artes Cênicas. Com a reformulação aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805, foram criadas a Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. A reestruturação permitiria ao MinC estabelecer um novo significado para o papel da cultura dentro da esfera pública, além de promover a abertura de inovadores canais de diálogos com outras esferas do poder público e da sociedade civil.

Dentro do processo de delimitação de novos rumos para as ações e políticas do MinC, logo no primeiro ano de governo, foi colocada a problemática da reformulação da Lei Rouanet. Eram constantes as críticas ao mecanismo. Visando à coleta de subsídios para a reformulação da Lei, o MinC lançou uma ampla consulta pública por meio do seminário "Cultura para todos", que percorreu os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, além de ter realizado encontros setorizados com os secretários de cultura estaduais e municipais; com os investidores privados e fundações; com investidores estatais; e com pessoas físicas. Os participantes dos seminários tinham duas questões a responder: 1- Quais são os principais entraves para o acesso ao financiamento público federal da cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual); e 2- Quais são os mecanismos que devem ser adotados para garantir a transparência, a democratização e a descentralização do financiamento público da cultura? Essa foi uma importante experiência inaugural no que diz respeito à abertura de diálogo do Ministério da Cultura tanto com a sociedade civil quanto com outros níveis do poder público.

Outra ação de destaque dentro da gestão do Ministro Gil foi a da realização, em 2005, da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), que, para a área, configurou-se como uma inovação no campo da participação e do envolvimento dos diversos atores sociais de uma localidade com as questões da gestão pública da cultura. As conferências municipais, estaduais e interestaduais possibilitaram, em todas as regiões do País, a instalação de diferentes espaços de reflexão, de debate sobre a situação da cultura nos níveis local e nacional. A partir de avaliações coletivas e de debates, são abertas possibilidades de busca e de proposição de novas formas de atuação do poder público.

A CNC também foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, instituído através da Emenda Constitucional n° 48, de 1º de agosto de 2005. Na CNC foram elaboradas propostas de diretrizes para a elaboração do Plano – aprovado em dezembro de 2010. Ainda em 2005, foi promulgado o Decreto nº 5.520, de criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), como parte integrante da estrutura do Ministério da Cultura. O CNPC é composto por representantes de vários ministérios, dos estados, dos municípios e dos mais diversos setores do campo cultural – que inicialmente formavam as câmaras setoriais e hoje integram os colegiados setoriais nacionais. O CNPC tomou posse em dezembro de 2007.

Concomitantemente com a realização da 1ª CNC, o Ministério da Cultura iniciou o processo de criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O objetivo central do Sistema é o do fortalecimento da estrutura institucional da área da administração pública responsável pelo campo da cultura, também prevendo futuras ações de repasse de verbas, entre fundos de cultura dos diferentes níveis de governo. No protocolo de intenções, que foi assinado pelos municípios que participaram da Conferência de 2005, dentre as condições para a adesão ao SNC estava o compromisso da criação de Conselhos Municipais de Política Cultural, entre outros. O Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura serão tratados mais à frente de maneira mais detalhada.

Em 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, o MinC criou o Programa Cultura Viva, sob a responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC). O Programa tem como principais objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades; entre outros. Os Pontos de Cultura, principal ação do Programa, estão hoje presentes em todos os estados do País.

Para a área da produção de informações culturais, o Ministério assinou um acordo de parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 17 de dezembro de 2004, que gerou diversos resultados. O primeiro deles foi o da inclusão de um bloco referente à cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005 e, em 2006, da realização de um suplemento dedicado à cultura na mesma pesquisa, que percorre todos os municípios brasileiros. As informa-

ções são elementos primordiais para a elaboração de políticas públicas. No caso da cultura, o País sofria do problema da inexistência de informações de tal natureza.

As iniciativas implementadas entre 2003 e 2006 (a gestão do Ministro Gilberto Gil foi até 2007) foram fundamentais para a mudança de rumos das políticas culturais no País, tanto no âmbito federal quanto no estadual e municipal. Para Isaura Botelho, na gestão de Gil, depois de muitas idas e vindas do Ministério, teve início um "processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural", com tentativas de recomposição de orçamento e melhor distribuição dos poucos recursos. A pesquisadora destaca ainda o investimento "na recuperação de um conceito abrangente de cultura", pois considera "como fundamental a articulação entre cultura e cidadania", e o alerta dado para "o peso da cultura em termos da economia global do País." (BOTELHO, 2007, p.128).

Antes de passarmos para discutir mais detalhadamente o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, gostaria também de destacar o Programa Mais Cultura como aquele que vem propiciando um estreitamento – ainda que não de maneira ideal – entre o Ministério da Cultura, os governos estaduais e os governos municipais.

Em 2007, o Ministério da Cultura teve um programa próprio incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Estava lançado o Programa Mais Cultura, cuja previsão inicial era a destinação de 4,7 bilhões de reais até o final de 2010. O Programa Mais Cultura foi lançado em outubro de 2007, por meio do Decreto nº 6.226, com os objetivos de:

> I. ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
> II. qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
> III. gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, para micro, pequenas e médias empresas e para empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro. (BRASIL, Decreto nº 6.226 de 04 de outubro de 2010)

Foram incluídas entre as metas iniciais do projeto: a) zerar o número de municípios brasileiros que não possuem bibliotecas públicas[23], e b) ampliar o número de Pontos de Cultura de 630 para 20 mil[24]. O diferencial do Programa está no fato de ter sido elaborado visando à atuação conjunta com estados, municípios e o Distrito Federal[25]. As áreas com altos índices de violência, baixa escolaridade e baixo grau de desenvolvimento são os focos principais do Mais Cultura, sendo que as regiões do semiárido e do Rio São Francisco foram enquadradas, no próprio decreto, como prioridade. O programa funciona integrado com o restante do PAC, no qual ações inter-setoriais são propostas e articuladas através de uma Câmara Técnica[26].

Uma série de ações já existentes e em execução foram incorporadas pelo MinC ao Programa Mais Cultura – tais como os Pontos de Cultura, o programa de bibliotecas, entre outros. Dentre as ações novas, gostaria de destacar a dos Microprojetos. No segundo semestre de 2009, o Ministério de Cultura lançou o Programa de Apoio a Microprojetos Mais Cultura para a região do semiárido, que abrange municípios em todos os estados do Nordeste, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O edital foi efetivado através de uma parceria da Secretaria de Articulação Institucional e da Funarte com o Banco do Nordeste (BNB) e as secretarias de cultura dos estados participantes. Buscando resguardar as especificidades de cada região, os editais foram estadualizados, ficando as secretarias de cultura responsáveis pela divulgação entre os municípios e pela formação das comissões julgadoras.

Os resultados dos editais demonstram que a ação foi muito bem sucedida em alguns estados como a Bahia, por exemplo, mas teve uma participação municipal abaixo de 50% em estados como o Maranhão e o Piauí. Nesse caso,

[23] Em 2009, a Secretaria de Articulação Institucional encomendou uma pesquisa censitária à Fundação Getúlio Vargas, que mapeou a situação das bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros. A pesquisa apontou para a existência de 420 municípios brasileiros sem biblioteca, déficit que o governo pretendia zerar até o final do ano de 2010 e que não conseguiu por resistência de alguns poucos prefeitos.

[24] Uma meta inclusive muito sobrestimada para ser cumprida dentro do prazo daquele governo.

[25] Os Editais de Ponto de Cultura, por exemplo, foram lançados em parceria com as secretarias de estado de cultura, todos com percentuais de contrapartidas locais.

[26] Há previsão de novas ações, como os espaços Mais Cultura, ao longo do desdobramento do PAC II.

percebe-se que a capacidade de comunicação do estado com os municípios e dos municípios com os agentes culturais é fundamental[27]. A ausência de um Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais e de canais de comunicação mais efetivos entre os gestores públicos e os produtores e agentes culturais apresenta-se como um problema que deve ser solucionado.

Sistema Nacional de Cultura

Como já foi dito anteriormente, o Sistema Nacional de Cultura começou a ser gestado em 2005. Foi planejado como uma maneira de garantir uma maior institucionalidade para a área, buscando assegurar que as políticas públicas de cultura se transformassem efetivamente em políticas de Estado, permitindo e estimulando a participação e o controle social. A proposta inicial recebeu uma excelente adesão em todas as regiões do País. Em 2005, 33,9% dos municípios brasileiros haviam assinado o protocolo de intenções, aderindo ao SNC.

O desenho original do Sistema foi sendo aprimorado e a discussão nacional, ampliada. Em 2010, o projeto de lei que instituiu o SNC começou a transitar no Congresso Nacional[28], prevendo a criação de sistemas estaduais de cultura e sistemas municipais de cultura. No caso dos municípios, o projeto dispõe que os sistemas municipais de cultura (SMC) possuam, no mínimo, cinco dos componentes previstos para os SMC, que são: secretaria de cultura (ou órgão equivalente), conselho municipal de política cultural, conferência municipal de cultura, plano municipal de cultura e sistema municipal de financiamento da cultura (com fundo municipal de cultura).

Em 2006, a pesquisa do IBGE nos informou que 72% dos municípios brasileiros possuíam secretarias municipais de cultura em conjunto com outras políticas, que em 12,6% dos municípios elas eram subordinadas a outra secretaria, que 6,1% se encontravam subordinadas diretamente ao executivo, que 4,2% possuíam secretaria municipal exclusiva, que 2,6% dos municípios mantinham uma fundação e 2,4% não possuíam estrutura específica (IBGE, 2007, p.24). Um dos maiores desafios a serem enfrentados, no processo de institucionalização da cultura, é o

[27] Os Microprojetos já se expandiram, com editais específicos, para a região da Amazônia Legal e para os chamados Territórios da Paz.

[28] Este artigo terminou de ser redigido em julho de 2012, momento no qual a PEC 461–C/2005 que trata do Sistema Naciona de Cultura, havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada para exame no Senado.

da existência de um constante movimento de criação e extinção de secretarias no nível municipal de governo, ou seja, há um processo constante de descontinuidade administrativa – tanto nos níveis da estrutura como no de implementação de projetos. Dentro da concepção do SNC, a coordenação dos sistemas nos níveis locais caberá a um órgão gestor da cultura, que é o responsável na área pela elaboração, articulação, pelo financiamento e regulamentação, além de ser o canal de diálogo com os outros níveis de governo.

Um dado inovador dentro de tal quadro é o da partilha dos níveis decisórios, expresso na obrigatoriedade da existência de instâncias de articulação, pactuação e deliberação, na qual deverão estar representados diferentes segmentos da sociedade civil local (como um todo) e do poder público. Essas instâncias são os conselhos municipais de política cultural e as conferências de cultura (e seus fóruns ou sistemas de reuniões periódicas que existam). A Pesquisa Munic-IBGE, que foi a campo em 2009, nos informa que 24,7% dos municípios brasileiros possuem conselhos de cultura e que 74% destes realizaram reuniões regulares nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa. Os conselhos de política cultural – e não simplesmente de conselhos de cultura – devem ter um papel ativo no processo decisório, eles não devem ser somente órgãos consultivos, tal como ainda o são muitos dos conselhos existentes. Outro elemento distintivo dos conselhos de política é o modelo de representatividade da sociedade. Deve ser um conselho que não conta só com a participação do poder público e de especialistas por ele eleitos. O órgão deve manter, no mínimo, a paridade de representação entre sociedade civil e poder público e de livre escolha dos representantes.

Dentro dos cinco elementos básicos estabelecidos pelo projeto de lei do PNC para os sistemas municipais, a realização de conferências é o momento da ausculta pública – ocasião propícia para perceber se tudo caminha bem ou se há algum problema a ser solucionado, algum ajuste a ser realizado –, do diálogo mais direto do poder público com a sociedade. As conferências também são momentos de discussão e de aprimoramento das atividades previstas nos planos de cultura. Na verdade, os mecanismos, ou os componentes do sistema municipal de cultura, estão todos extremamente interligados, todo o tempo se retroalimentando. As conferências fornecem subsídios para a estruturação dos planos, para a avaliação púbica das políticas, para a elaboração de diagnósticos, promovendo o debate sobre a situação local e ainda podem ser o momento de renovação dos conselhos de política. O conselho, por sua vez, trabalha junto com o órgão gestor

para transformar as propostas das conferências (ou de outras consultas públicas e a especialistas) em planos de cultura, sem perder seu caráter deliberativo e fiscalizador cotidiano. O órgão gestor planeja, propõe e implementa as ações e programas com a contribuição do conselho de cultura e, seguindo as diretrizes básicas estabelecidas pelo plano de cultura, sempre com a responsabilidade de pensar sobre a realidade no curto e no longo prazos. Dependendo da realidade do município, este poderá ainda manter sistemas setoriais de cultura, tais como os das áreas artísticas, bibliotecas, museus e patrimônios, que contribuem para aprimorar o trabalho com as políticas de maneira setorizada.

Para garantir um processo mais efetivo, de continuidade das ações e das políticas, é necessária a existência de um sistema de financiamento da cultura. E aí entramos no campo dos instrumentos de gestão. O município deve possuir um programa de fomento à cultura, é necessária a existência de recursos financeiros específicos para a área. No caso do SNC e do Procultura (programa de financiamento previsto para substituir a Lei Rouanet), a transferência de recursos está condicionada à existência de um fundo de cultura e à existência de um órgão oficialmente instituído para a gestão transparente e democrática dos recursos, com participação da sociedade civil – tal função pode ser cumprida pelo Conselho Municipal de Política Cultural. Entretanto, como se trata do uso de recursos públicos, a responsabilidade da ordenação das despesas, da aplicação dos recursos e da prestação de contas será do titular da secretaria municipal de cultura ou do órgão equivalente.

Dois outros instrumentos de gestão estão previstos no SNC: o Sistema de Informações e Indicadores de Cultura e o Programa de Formação na Área da Cultura. Apesar de não estarem previstos como um dos cinco componentes mínimos de um sistema municipal de cultura, são fundamentais para a implementação e o bom funcionamento do restante do conjunto. A produção de informações sobre a cultura local é fundamental para garantir uma maior eficácia na gestão. Estamos tratando, aqui, da produção de informação mais exata sobre equipamentos ou acervos, passando por grupos artísticos profissionais ou amadores e chegando até a problemática das práticas culturais cotidianas. Um conhecimento aprofundado da realidade local é um elemento a mais na garantia da elaboração de um bom plano local de cultura, de administração e distribuição mais justas dos recursos. O segundo instrumento ao qual me referi é o da criação de um programa de formação na área da cultura. Esse permite uma constante atualização e o aperfei-

çoamento do conjunto dos agentes envolvidos com a produção cultural local. Um primeiro e urgente investimento a ser feito, sem dúvida, é na qualificação daqueles que trabalham na área pública, pois isso permitirá uma melhor compreensão do funcionamento do SNC como um todo e a consequente potencialização das oportunidades que o mesmo oferece.

O Plano Nacional de Cultura – PNC

O Plano Nacional de Cultura é o documento base a partir do qual o governo deverá pautar, nos próximos dez anos, o direcionamento das ações públicas de cultura. Um plano é uma espécie de "carta de navegação", que necessita ser ajustada ao "longo da viagem". O PNC foi elaborado em conformidade com o artigo 215 da Constituição Brasileira, que determina que: "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

No Plano estão previstas uma série de ações, medidas e procedimentos através dos quais deverão ser estabelecidas as relações dos governos municipais com o governo federal. Com relação ao SNC, o Plano prevê a adesão voluntária dos municípios e o repasse de recursos, preferencialmente, através de um fundo municipal de cultura, acompanhado e fiscalizado pelo conselho de cultura. Os municípios que aderirem ao PNC devem fornecer informações regulares para a atualização do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que será construído pelo Ministério da Cultura (este deverá estabelecer os padrões de cadastramento, mapeamento e geração de informações de maneira a permitir a construção de um sistema de efetivo alcance nacional).

O PNC é dividido em cinco capítulos e o primeiro deles trata do fortalecimento da função do Estado e da consolidação de execução de políticas para a cultura. Nele estão estabelecidas estratégias para o fortalecimento da gestão pública de cultura, através da ampliação das capacidades de planejamento e de execução de metas nas três esferas de governo. O instrumento para a consecução de tal estratégia é a consolidação do SNC, que deverá contribuir para a criação e o fortalecimento dos órgãos gestores, para a realização de conferências e para a estruturação dos conselhos, tudo isso com a ampla participação da sociedade civil. O SNC deverá propiciar uma melhor divisão das competências entre os órgãos e mecanismos de acompanhamento e de avaliação de execução de políticas.

No campo da legislação cultural, através do PNC, o governo federal se compromete a promover programas de cooperação técnica para o aprimoramento dos marcos legais da cultura em âmbito nacional. No caso da área de financiamento, está prevista uma maior padronização dos fundos municipais e dos mecanismos de repasse de recursos federais, sempre estimulando a contrapartida do governo local.

O segundo capítulo do PNC versa sobre o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural. Está previsto o estímulo para a criação de centros de memória locais e para o desenvolvimento de uma rede de cooperação que promova o conhecimento do patrimônio cultural. Participariam de tal rede instituições públicas nos diversos níveis de governo, instituições privadas, meios de comunicação e demais organizações da sociedade civil.

A universalização do acesso à arte e à cultura é o tema do terceiro capítulo do PNC. Nele está previsto que o Governo Federal deve garantir a implementação e a manutenção de bibliotecas em todos os municípios brasileiros – estas são espaços fundamentais de formação e educação, de lazer e de fruição cultural. Também deverá ser estimulada a reabilitação de espaços culturais como teatros, praças, cinemas, assim como a criação de centros de referência e comunitários voltados para a área das culturas populares. No capítulo há ainda a preocupação sobre a elaboração de políticas governamentais que visem à integração de conteúdos locais nas redes de rádio e TV, além da universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet.

O capítulo IV, que trata da ampliação da participação da cultura no desenvolvimento, preocupa-se com as questões do impacto do turismo no contexto municipal. Segundo o PNC, o governo deve incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade, mas que não coloquem em risco a diversidade cultural.

A participação social é o objeto do capítulo V. Nele está previsto o estímulo à participação da sociedade nas conferências, inclusive como forma de controle social. Há também a proposta de fortalecimento da atuação dos conselhos como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura. Tais órgãos devem garantir espaços para a participação de jovens, de idosos ou de representantes de grupos minoritários.

Questões finais

O processo de institucionalização do campo da gestão pública está em pleno desenvolvimento. O Ministério da Cultura deverá se encarregar, nos próximos meses, de estabelecer as metas para a implementação dos objetivos do Plano Nacional de Cultura, devendo ainda criar um conselho e uma coordenação executiva do mesmo. Mesmo que a aprovação do Sistema Nacional de Cultura ainda não tenha se dado, várias medidas começarão a ser tomadas.

No caso das parcerias com os municípios e estados, o MinC ainda tem utilizado o sistema de convênios individuais, ou seja, um para cada ação a ser realizada, como forma de ativar as parcerias. Diversas atividades-piloto – de formação de agentes culturais, de produção de informações, etc. – vêm sendo desenvolvidas, produzindo subsídios para o momento da estruturação do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura.

A maioria dos editais lançados pelo MinC em 2010 e dos planejados para 2011 segue já o modelo de corresponsabilidade entre os diversos níveis governamentais no que tange às ações e ao financiamento das mesmas. Agora, o objetivo é o de trabalhar, nos diversos níveis de governo e instâncias da sociedade, para a ampliação e para o fortalecimento das ações de qualificação e democratização da gestão pública de cultura no Brasil.

Bibliografia

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. *O uso do tempo livre e as práticas culturais da região metropolitana de São Paulo*. IV Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho_MauricioFiore.pdf. Acesso em: 02 abr. 2008

_____. A política cultural & o plano das idéias. IN: RUBIM, Antônio Albino C.; BARBALHO, Alexandre. (orgs) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007

CALABRE, Lia (Org.). *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, Ministério da Cultura, 2006.

_____. *Políticas Culturais no Brasil*: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CARVALHO, Juvenilda *et al. Conselhos Municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local*. Disponível em: http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-ap-10.pdf. Acesso em: 27 out. 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair José; VERSOLATO, Fernanda. (orgs.). *Você quer um bom conselho?* Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Polis, 2005

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* – Gestão Pública – 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* – Gestão Pública – Suplemento de Cultura - 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*. 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*. 2003-2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros*. MUNIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. A política cultural e as cidades. In: MINC. *1ª. Conferência Nacional de Cultura 2005/2006*. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

DIREITO E CULTURA:
UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO CULTURAL DO BRASIL E SUAS INTERLOCUÇÕES COM OS MUNICÍPIOS

Rafael Neumayr
Com a colaboração de Alessandra Drummond e Stefano Ragonezzi

A cultura vem ganhando novos e promissores contornos ao longo dos últimos anos, passando a ser encarada efetivamente como responsabilidade estatal, devido ao grande interesse público que transporta consigo. Hoje muito se fala a respeito de Políticas de Estado para a área cultural, em comparação às chamadas Políticas de Governo; aquelas, perenes e consistentes, essas, volúveis, a depender dos estreitos interesses políticos das gestões que se revezam no poder.

Temas como políticas públicas na área da cultura, desconhecidos outrora, popularizam-se e atingem um número cada vez mais significativo de pessoas, nas mais diversas regiões do País. A mudança de pensamento vem gerando reflexos múltiplos, destacando-se, por exemplo, a criação de órgãos específicos encarregados da gestão da cultura em grande parte dos municípios brasileiros (as Secretarias de Cultura e as Fundações Públicas de Cultura), em substituição a órgãos e secretarias genéricas, responsáveis por inúmeras pastas. A proteção ao patrimônio cultural – cujos efeitos são permanentes – nunca esteve tão em alta, passando a ter maior relevância em muitos municípios do que os shows e festivais – de resultados imediatistas, mas passageiros – que neles têm lugar.

Tal processo, que guarda fina sintonia com os mais importantes tratados internacionais que surgiram durante todo o século XX, embora incisivo e emergencial, foi lento no Brasil. A Constituição da República de 1988 teve papel fundamental nessa insaciável marcha, vindo a fortalecer o entendimento da cultura como um direito fundamental de todo e qualquer indivíduo. Em capítulo especificamente dedicado ao tema, o diploma político veio ampliar o conceito restrito de cultura para abarcar expressões polivalentes e transversais, como as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira, institucionalizando, assim, aquilo que as ciências humanas já pregavam há dezenas de anos: o conceito amplo de cultura, não limitado às belas artes.

Desde então, há uma grande renovação dos instrumentos legais que têm a cultura como objeto e fim, a exemplo do avanço e aperfeiçoamento legis-

lativo dos mecanismos de financiamento à cultura, do lançamento de projetos associando cultura e assistência social (Pontos de Cultura, por exemplo), da realização de encontros nacionais para debate de leis específicas de interesse geral, da realização de programas de formação em cultura (inclusive pós-graduação), dentre uma infindável série de outras ações coordenadas.

Desse modo, pode-se afirmar que todo o aparato jurídico do Estado brasileiro referente à cultura está significativamente mais evoluído que há algumas décadas, muito embora ainda esteja longe de ser considerado como "acabado". E não poderia ser diferente. O Direito acompanha a evolução social. Ele é reflexo, resultado, reação dos movimentos sociais, das inquietações dos formadores de opinião e do processo democrático. O entendimento do Direito como forma de imposição de restrições (mero controle social) ou de criação de expedientes burocráticos desprovidos de sentido passa a milhas de distância da sua atual concepção, que o tem como efetiva fonte de garantia de direitos, ou seja, como ferramenta positiva a favor da sociedade.

"Marco Legal" da Cultura

Reflexo de tal tendência ou consciência – o uso do Direito para fazer valer as prerrogativas da sociedade – é a grande quantidade de Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) tramitando atualmente no Congresso Nacional e que tem como tema a cultura e assuntos afetos. Quanto a isso, visando a alçar a cultura a patamar de maior relevo dentro das políticas públicas, hoje se aguarda com grande ansiedade a aprovação definitiva daquilo que se convencionou chamar de "marco regulatório" ou "marco legal" da cultura. Ele abarca, inicialmente, os seguintes instrumentos, cuja importância é consenso absoluto entre os agentes envolvidos com a cultura:

a PEC 150/2003: tal proposta de alteração da Constituição prevê a determinação, pelos governos, de um piso mínimo do orçamento público a ser investido na cultura, o que não ocorre na atualidade. Com base nesse documento, seria obrigação da União investir no mínimo 2% de todo o orçamento na área cultural, valendo para os estados o patamar de 1,5% e, para os municípios, 1%. Inversamente proporcional à importância da proposta – fundamental para o

implemento e a consolidação das políticas públicas culturais – é a lentidão do seu processamento na Câmara dos Deputados: a PEC foi apresentada em 2003 e caminhou poucos passos desde então, inexistindo atualmente uma real previsão para seu encerramento.

b PEC 416/2005: esta Proposta de Emenda à Constituição prevê a inserção, no art. 216 da Constituição da República, da previsão expressa da existência de um Sistema Nacional de Cultura – SNC no País. Tal instrumento expedido pelo Legislativo pode ser considerado o mais importante documento que integra o marco regulatório, notadamente em termos políticos (haja vista que em aspectos econômicos talvez a PEC 150/2003 tenha maior relevância). Isso porque ele prevê a criação na Constituição de um sistema político que seria aplicável a toda a área cultural, unindo sociedade civil e todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e definindo as atribuições de cada um desses entes e as formas de cooperação entre eles, além de estabelecer princípios gerais que norteariam a cultura no País. Atualmente (julho de 2012), ele se encontra no Senado Federal, tendo recebido na Câmara dos Deputados um substitutivo ao texto original que prevê as principais incumbências do SNC, os agentes que o integram e seus princípios. O substitutivo faz menção, ainda, à necessidade de uma lei ordinária para regular em detalhes o funcionamento do SNC, ou seja, a previsão constitucional de tal sistema serviria para legitimá-lo, mas a sua plena aplicabilidade dependeria do processamento de novo instrumento legislativo posterior. Devido à sua enorme importância, o presente material – e a palestra que o acompanha – darão especial enfoque ao SNC, com o objetivo de transportá-lo às realidades dos municípios mineiros alcançados pelo projeto "Cidades e Políticas Públicas de Cultura".

c Lei 12.343/2010: resultante do PL 6.835/2006, que tramitou durante alguns anos no Congresso Nacional, essa lei foi publicada no final do ano de 2010 e instituiu dois instrumentos relevantes: o Plano Nacional

de Cultura – PNC[29] e o chamado Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. O primeiro deles, com duração de 10 anos[30], apresenta as diretrizes gerais a serem seguidas pelas políticas públicas da cultura na atual e nas próximas gestões do Governo Federal. A lei prevê nos artigos iniciais os princípios do PNC[31], os seus objetivos[32] e as

[29] O Plano Nacional de Cultura já era referido – embora não regulado – no art. 215, §3º da Constituição da República, em virtude da Emenda Constitucional de nº 48, de 2005. É essa a sua atual redação:

"Art. 215. [...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I. defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II. produção, promoção e difusão de bens culturais;

III. formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV. democratização do acesso aos bens de cultura;

V. valorização da diversidade étnica e regional."

[30] A Constituição só estabelece que o Plano será plurianual (art. 215, §3º). A duração mínima de 10 anos é uma nítida tentativa de fazer com que o PNC ultrapasse os limites temporários das gestões do Governo, figurando assim como Política de Estado em detrimento das chamadas Políticas de Governo.

[31] Quais sejam: liberdade de expressão, criação e fruição; diversidade cultural; respeito aos direitos humanos; direito de todos à arte e à cultura; direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; direito à memória e às tradições; responsabilidade socioambiental; valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; e participação e controle social na formulação e no acompanhamento das políticas culturais.

[32] Quais sejam: reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; universalizar o acesso à arte e à cultura; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; estimular a sustentabilidade socioambiental; desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores; qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado; profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais; descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura; consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais; ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo; e articular e integrar sistemas de gestão cultural.

atribuições do poder público no trato da cultura. Adiante ela determina que o FNC, a ser composto de fundos setoriais, será o principal mecanismo de fomento às políticas culturais, mantendo coerência, nesse ponto, com o PL 6.722/2010, que pretende revogar a atual Lei Federal de Incentivo à Cultura. Coube então ao anexo da referida lei apresentar, especificamente, o PNC em seus detalhamentos, sendo ele o resultado dos fóruns e das conferências nacionais coordenados pelo Ministério da Cultura nos últimos anos, que definiram as estratégias de ação prioritárias nas mais diversificadas áreas do setor.

Já o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, previsto na mesma lei, tem por objetivos, conforme art. 9º, **(i)** "coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, o monitoramento, a gestão e a avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos"; **(ii)** "disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados"; e **(iii)** "exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC". Tanto tal sistema de monitoramento dos resultados das ações culturais quanto o PNC fazem parte do conjunto de ações e instrumentos que integram o SNC e que serão abordados em detalhes adiante.

d PEC 236/2008: pretende inserir a cultura entre os direitos sociais previstos na Constituição da República, ao lado da educação, da saúde, do trabalho, da moradia, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da

assistência aos desamparados. O processamento de tal Proposta de Emenda à Constituição ainda não tem previsão de encerramento.

Já não se mostram, contudo, tão pacíficos e unânimes os demais instrumentos integrantes do marco regulatório da cultura, os quais são causadores de grandes embates e objeto tanto de críticas quanto de apoios ferrenhos por diferentes grupos.

e PL 6.722/2010: tal Projeto de Lei pretende revogar a atual Lei Federal de Incentivo à Cultura, mais conhecida como "Lei Rouanet" (Lei 8.313/1991), para, segundo o Ministério da Cultura, melhor adequar a legislação federal de incentivo à nova forma de gestão da cultura pretendida pelo governo. O PL foi objeto de consulta pública ao longo do ano de 2009 (na forma de um anteprojeto) e atualmente se encontra em tramitação perante a Câmara dos Deputados. Tal medida – revogação da Lei Rouanet – é, de fato, um dos temas mais polêmicos enfrentados pela gestão anterior do Ministério da Cultura e que se estende à atual, que assumiu a pasta no início de 2011. O ponto nodal da discussão diz respeito à diminuição da importância do instrumento do mecenato (patrocínio ou doação feita por empresas a projetos culturais, por meio de renúncia fiscal)[33] e o fortalecimento do financiamento direto pelo poder público por meio do Fundo Nacional de Cultura – FNC. É possível que ainda nos próximos meses a classe cultural assista ao desenrolar pleno de tal projeto de lei, não obstante ainda não serem uníssonas as opiniões em torno dele.

f Anteprojeto de alteração da Lei de Direitos Autorais: igualmente polêmica, a possível alteração da atual Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998) é assunto que vem sendo abordado maciçamente pelos veículos da imprensa, ganhando fôlego novo com a mudança de gestão no Ministério da Cultura. Com a anunciada intenção de modernizar a legislação autoral brasileira, o anteprojeto – proposto

[33] Na redação atual do PL 6.722/2010, não mais seria possível, por exemplo, a renúncia de 100% dos recursos patrocinados ou doados, o que atualmente é permitido pela Lei Rouanet, na sistemática do seu art. 18.

em 2010 pela Casa Civil, sob a orientação do próprio Ministério da Cultura – recebeu duas versões, ainda não levadas ao Congresso na forma de um Projeto de Lei até o momento (julho de 2012). Os pontos geradores de discórdia dizem respeito, especialmente, à inserção, no corpo da legislação autoral, de princípios e normas afetas ao Direito do Consumidor e à livre iniciativa (criando, assim, uma suposta contraposição entre os interesses dos criadores de obras, de um lado, e o público, de outro, como se fossem tais interesses antagônicos), à ampliação das hipóteses de limitação ao direito de autor (situações nas quais não se faz necessária a autorização do autor para uso de uma obra) e ao controle a ser exercido sobre o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD (órgão central de arrecadação de direitos autorais decorrentes da execução pública de músicas). Recentemente, parlamentares integrantes da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados cobraram da Ministra da Cultura um posicionamento definitivo a respeito do anteprojeto, recomendando a sua remessa ao Congresso na forma de um projeto de lei, para que as possíveis discussões sobre o tema possam ser intermediadas pela referida casa.

Sistema Nacional de Cultura – SNC

Embora ainda não exista um consenso pleno em relação às duas últimas propostas legislativas (revogação da atual Lei Federal de Incentivo à Cultura e mudança da Lei de Direitos Autorais), ambas integrantes do mencionado marco legal, no que toca à importância da instituição do chamado Sistema Nacional de Cultura, parece não haver entendimentos dissonantes: seria ele, de fato, um grande avanço social que só traria benefícios à classe cultural, assim como operou o Sistema Único de Saúde – SUS (paradigma utilizado pelo Ministério da Cultura) em relação à saúde pública.

Para conceituar o SNC, recorre-se à redação apresentada no próprio texto do substitutivo da PEC 416/2005, em seu artigo inicial: "O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais".

Como ideias centrais do SNC destacam-se o papel protagonista a ser assumido pelo Estado na gestão cultural – não sob a forma de dirigismo, mas de regulação das políticas públicas –, e o tratamento homogêneo e unificado da cultura em todo o território nacional, com vistas a melhor operacionalizar aquelas políticas. A intenção é que o SNC funcione, portanto, como uma grande rede de interligação dos diversos agentes dos três entes federativos – união, estados e municípios – e a sociedade civil, visando à realização de políticas públicas culturais relevantes e continuadas.

Pode-se afirmar, dessa maneira, que o SNC visa a estabelecer as responsabilidades dos agentes que o integram, bem como regular as condições para que eles operem de forma cooperativada, objetivando, acima de tudo, assegurar a fruição pela sociedade dos direitos culturais[34] constitucionalmente garantidos.

Ele tem os seguintes elementos constitutivos, conforme enunciado pelo próprio Ministério da Cultura em seus documentos oficiais[35], os quais são utilizados como referência no presente material:

Órgãos Gestores de Cultura;
Conselhos de Política Cultural;
Conferências de Cultura;
Planos de Cultura;
Sistemas de Financiamento à Cultura;
Sistemas Setoriais de Cultura (facultativo);
Comissões Intergestores (facultativo);
Sistemas de Informações e Indicadores Culturais (facultativo)[36];
Programa Nacional de Formação na Área da Cultura (facultativo).

[34] Costuma-se reconhecer quatro grandes modalidades de direitos culturais: direito à identidade e diversidade cultural, direito à livre participação na vida cultural, direito autoral e direito/dever de cooperação cultural internacional. Tal subdivisão dos direitos culturais não é, contudo, uníssona, mas serve como boa referência para os fins do presente trabalho.

[35] MINISTÉRIO DA CULTURA. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. 2009. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/>. Acesso em: 18.04.2011 / MINISTÉRIO DA CULTURA. Guia de Orientações para os Municípios: Sistema Nacional de Cultura. 2010. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/2011/01/19/guia-de-orientacoes-para-os-municipios/>. Acesso em: 18.04.2011.

[36] Em relação a esse Sistema no âmbito federal, vide Lei 12.323/2010, acima referida.

Importante destacar que tais elementos constitutivos devem existir em todos os âmbitos da administração pública como Sistemas de Cultura autônomos: na união (SNC), nos estados (Sistemas Estaduais de Cultura) e nos municípios (Sistemas Municipais de Cultura).

Em relação às vantagens a serem obtidas pelos municípios com a sua aderência ao SNC – integração esta que é facultativa por enquanto (i.e., enquanto não for propriamente regulamentado o SNC em lei) –, pode-se citar o fortalecimento da área cultural como um todo, em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, pela adoção de um pensamento sistêmico com princípios e regras em comum, bem como a possibilidade de ocorrência de repasses de recursos públicos pelo sistema "fundo a fundo", ou seja, a união e os estados realizando repasses diretos aos fundos municipais para que esses, por sua vez, distribuam equitativamente os recursos aos projetos locais merecedores de investimento público[37]. A verdade é que, assim que o SNC for efetivamente regulamentado (além da aprovação da PEC 416/2005, já referida, a regulação desse sistema dependerá da aprovação e publicação de lei ordinária específica, o que ainda pode levar alguns anos), não haverá muito mais relevância em se falar em "vantagens" auferidas pelos

[37] Vale neste ponto a transcrição integral do art. 21 do PL 6.722/2010 (revogação da Lei Rouanet), artigo que prevê a referida transferência "fundo a fundo":

"Art. 21. A União deverá destinar no mínimo trinta por cento de recursos do FNC, por meio de transferência, a fundos públicos de Estados, Municípios e Distrito Federal.

§1º Os recursos previstos no caput serão destinados a políticas e programas oficialmente instituídos pelos Estados, Distrito Federal e municípios, para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo respectivo ente federado por meio de seleção pública, com observância dos objetivos desta Lei.

§2º Do montante geral destinado aos Estados, cinquenta por cento será repassado por estes aos Municípios.

§3º A transferência prevista neste artigo está condicionada à existência, nos respectivos entes federados, de fundo de cultura e de órgão colegiado oficialmente instituído para a gestão democrática e transparente dos recursos culturais, em que a sociedade civil tenha representação no mínimo paritária.

§4º A gestão estadual e municipal dos recursos oriundos de repasses do FNC deverá ser submetida ao órgão colegiado previsto no § 3º e observar os procedimentos de análise previstos nos arts. 7º a 10.

§5º Será exigida dos entes federados contrapartida para as transferências previstas na forma do caput deste artigo, devendo ser obedecidas as normas fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para as transferências voluntárias da União a entes federados".

municípios com a integração ao SNC. Com a institucionalização plena do SNC, é de se esperar que tal aderência não mais seja facultativa, mas obrigatória, sendo inclusive impostas sanções administrativas àqueles municípios que não atenderem às recomendações emanadas pela legislação específica.

Assim, além de justificada pelos benefícios concretos trazidos aos entes da administração pública participantes, a aderência ao SNC pode ser vista também – e principalmente – como uma medida preventiva e democrática. Por essa razão, são merecedoras de atenção as ações a serem adotadas pelas cidades para integrarem tal sistema, o que é tratado abaixo, na forma de um roteiro passo a passo simplificado:

a Assinar um Acordo de Cooperação com o Ministério da Cultura. O guia do Ministério da Cultura intitulado "Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura", de 2009 (disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/>), prevê um modelo básico de tal documento;

b Instituir um Sistema Municipal de Cultura, por meio de uma lei específica, a ser encaminhada à Câmara dos Vereadores pelo prefeito do município. O "Guia de Orientações para os Municípios: Sistema Nacional de Cultura", publicado pelo Ministério da Cultura (disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/2011/01/19/guia-de-orientacoes-para-os-municipios/>), apresenta um modelo de projeto de lei de criação de um Sistema Municipal. Mesmo aqueles municípios que já tenham constituído os elementos mencionados pelo SNC (Conselho de Cultura e Plano Municipal, por exemplo), devem editar uma lei específica criando o Sistema Municipal;

c Instituir um órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura. Normalmente, tal órgão é constituído sob a forma de uma Secretaria Municipal de Cultura ou, em alguns casos, sob a forma de uma Fundação Pública (é o que ocorre em Belo Horizonte, com a Fundação Municipal de Cultura). Quanto mais específico for tal órgão gestor, melhor. Ou seja, quanto mais diversificadas forem as suas áreas de atenção e maior o número de suas pastas (Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, etc.), menor é a chance de a cultura ser encarada como assunto prioritário. A instituição

de uma secretaria ligada à prefeitura e de uma Fundação Pública se dá por meio de lei específica aprovada na Câmara Municipal;

d Instituir um Conselho Municipal de Políticas Culturais. Tal órgão deve ser paritário (conter no mínimo 50% de participação da sociedade civil) e os representantes da sociedade devem ser eleitos de forma democrática. Recomenda-se a realização de tais eleições em fóruns municipais habituais que versem sobre a cultura. Municípios que já possuam um conselho devem atentar para esses dois requisitos básicos, sob pena de não poderem aderir ao SNC, caso não venham a modificar a estrutura de tais órgãos. A regulação de tal conselho também deve ser objeto de lei municipal específica;

e Instituir e realizar Conferências Municipais de Cultura. Uma vez criado o conselho, devem ser organizadas conferências no município, com a especial incumbência de sugerir e deliberar a respeito do Plano Municipal de Cultura;

f Instituir um Plano Municipal de Cultura. Consequência direta e primeira das Conferências Municipais de Cultura, o plano deve conter as diretrizes e metas a serem cumpridas pelos municípios no trato da cultura (é a institucionalização efetiva das políticas públicas para a área). O Ministério da Cultura determina a vigência de, no mínimo, 10 anos para cada plano, alcançando assim até três gestões diferentes de Governo. O Plano Municipal de Cultura deve ser objeto de uma lei específica, a qual pode conter na forma de um anexo o plano propriamente dito, determinado pelas conferências (assim como acontece em relação ao Governo Federal, por meio da Lei 12.323/2010, que pode servir de referência aos municípios);

g Instituir um Sistema de Financiamento à Cultura, prevendo no mínimo e obrigatoriamente um Fundo Municipal. Vários são os municípios que já possuem leis de incentivo à cultura. Contudo, nem todos preveem a figura do fundo, responsável pelo repasse direto de dinheiro público a projetos estratégicos. Muitos criam

unicamente a figura do mecenato, que, no caso dos municípios, permite a renúncia fiscal por parte dos patrocinadores que sejam contribuintes de impostos municipais (normalmente Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU)[38]. Mas, para aderir ao SNC, deve o município necessariamente adotar um fundo, sendo dispensável (embora altamente recomendável) a figura do mecenato municipal.

As medidas acima indicadas são consideradas as ações básicas para participação de um município no SNC, popularmente conhecidas como "CPF da Cultura" (fazendo-se referência às figuras principais do Conselho, Plano e Fundo). Desse modo, a inexistência em dado Município das demais figuras acima referidas – Sistemas Setoriais de Cultura, Sistemas de Informações e Indicadores Culturais e Programa Nacional de Formação na Área da Cultura – não o impossibilita de participar do SNC, no atual contorno dado pelo Ministério da Cultura.

O papel da sociedade civil e os mecanismos de fomento das políticas públicas

Indubitavelmente, a sociedade civil organizada possui papel de fundamental importância – senão central – no desenvolvimento da cultura e das políticas públicas nas diversas regiões do País.

Além de apresentar seus projetos particulares perante as instâncias de incentivo, o que é fundamental à garantia da diversidade cultural, cabe à sociedade civil participar ativamente das políticas culturais e envolver-se com a gestão pública da cultura nos municípios. Um dos principais papéis que lhe competem é, portanto, pressionar os representantes locais (prefeituras, câmaras de vereadores, secretarias) para que os municípios façam a adesão ao SNC e, em um segundo momento, adotem as medidas previstas em tal sistema.

Em seguida, cumpre à sociedade civil participar dos Conselhos Municipais de Políticas Culturais, órgão paritário e eleito democraticamente (é recomendável a realização de fóruns locais tendo por uma das atribuições a eleição dos

[38] O mecenato via renúncia de ISSQN é, contudo, o mais comum. E variam os municípios no estabelecimento dos patamares de isenção: alguns permitem a renúncia fiscal da totalidade do investimento, outros estabelecem limites menores de isenção.

Conselheiros) e participar das Conferências Municipais de Cultura, nas quais serão estabelecidas as diretrizes locais para a área cultural, a serem transportadas para o Plano Municipal de Cultura.

Com base nas metas do Plano Municipal de Cultura, a sociedade civil poderá então firmar parcerias com os poderes públicos para apresentação de projetos visando o beneficiamento de toda a comunidade. Tais parcerias podem se dar, exemplificativamente, por meio de participação dos fundos municipais, estaduais e federal, normalmente regulados por edital, celebração de convênios com finalidades culturais entre Organizações Não-Governamentais e os poderes públicos nos três âmbitos (são comuns convênios com a Funarte, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, fundações públicas municipais e estaduais, secretarias de estado de cultura, só para citar alguns exemplos), assinatura de Termos de Parceria (conforme previsto na legislação que regula as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP), criação de associações de amigos de equipamentos culturais públicos e mesmo apresentação de projetos culturais de interesse público perante o mecanismo do mecenato, por entidades do Terceiro Setor.

Quanto a esse último ponto, vale ressaltar que a legislação federal de incentivo à cultura autoriza que projetos de interesse público sejam apresentados por pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades econômicas (associações e fundações privadas), parceiras da Administração.

Para bem ilustrar o potencial de tais parcerias público-privadas, particularmente em relação aos municípios com menos de cem mil habitantes, há atualmente na Lei Rouanet a previsão de obtenção de patrocínios garantindo-se 100% de renúncia fiscal para projetos destinados à construção de centros culturais, do tipo teatro e cinema, o que não é reconhecido a municípios com número superior de habitantes.

Mas se é o próprio ente da administração pública quem pretende fazer uso diretamente (sem contar com parcerias com entidades privadas) dos mecanismos de fomento existentes no Sistema Nacional de Cultura, em prol das políticas públicas locais, poderá, por exemplo, apresentar projetos em nome próprio perante o regime do mecenato da Lei Federal de Incentivo à Cultura, bem como no regime do mecenato da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais (Lei 17.615/2008).

Em relação ao primeiro tipo de mecenato, vinculado à Lei Rouanet, houve nos últimos tempos significativas alterações na sistemática de incentivo fiscal nesse âmbito. A Lei Federal de Incentivo à Cultura nada dispõe a respeito da apresentação de projetos diretamente por órgãos da administração pública perante o mecenato direto (que busca doações e patrocínios diante da iniciativa privada), não se podendo concluir categoricamente, mediante a simples leitura daquela lei, se seria ou não permitida a apresentação de projetos culturais diretamente pelos poderes públicos.

Foi o Decreto 5.761/2006 que trouxe uma ressalva, em seu art. 23, §1º, ao afirmar que os programas, projetos e ações culturais apresentados por órgãos integrantes da administração pública direta somente poderão receber doação ou patrocínio indiretamente, por intermédio do Fundo Nacional de Cultura. Ou seja, pessoas jurídicas de direito público, integrantes da chamada administração pública direta (união, estados, municípios, etc.), não poderiam, segundo o decreto, apresentar em seu próprio nome projetos culturais na modalidade de renúncia fiscal (mecenato direto).

Mas e quanto a entidades integrantes da administração pública indireta (fundações públicas, autarquias, etc.), poderiam elas apresentar projetos direcionados especificamente ao mecenato?

A Instrução Normativa 01/2010 do Ministério da Cultura parece não mais deixar dúvidas de que a resposta é positiva. De fato, por repetidas vezes, a Instrução faz menção a entidades ligadas à administração pública, dando a entender que elas estão legitimadas a apresentar projetos próprios perante o mecanismo de renúncia fiscal. E tudo indica que a instrução normativa, ao se referir genericamente a pessoas jurídicas de direito público, sem fazer menção à administração pública direta ou indireta[39], estendeu tal possibilidade inclusive às primeiras (assim, da leitura da IN 01/2010 se poderia concluir que um município, por exemplo, poderia apresentar projetos diretamente no mecenato, diferentemente do que determina o art. 23, §1º do decreto, que ainda se encontra em vigor). Resta agora saber como as regras previstas nos aparatos legais (Lei Rouanet, Decreto e Instrução Normativa) serão aplicadas na prática.

[39] A IN 01/2010 faz uso das seguintes expressões: "pessoa jurídica de direito público" (art. 3º, VI e art. 7º, II); "ente público" (art. 8º, Parágrafo único) e "quando o proponente pertencer à Administração Pública" (art. 65, §2º, I).

Já no que diz respeito ao mecenato vigente em Minas Gerais, a legislação do estado permite que entidades da administração pública indireta estadual[40] apresentem projetos visando à obtenção de patrocínios diante da iniciativa privada, mediante renúncia fiscal (do ICMS, no caso).

No que diz respeito aos apoios a fundo perdido, não-reembolsáveis, poderão pessoas jurídicas de direito público participar tanto do Fundo Nacional de Cultura quanto do Estadual de Minas Gerais (previsto na Lei 15.975/2006 e regulado pelo Decreto 44.341/2006), desde que atendam aos objetivos determinados pela respectiva legislação.

O quadro na próxima página sintetiza os mecanismos de fomento atualmente existentes que podem ser utilizados para viabilização de políticas públicas de cultura no Estado de Minas Gerais e em municípios mineiros.

Além dos referidos mecanismos, os municípios, por meio das leis municipais de incentivo à cultura, também poderão prever formas de repasse de recursos para projetos de interesse público propostos por entidades da iniciativa privada, seja na modalidade de fundo perdido, seja na de renúncia fiscal.

Mas para que todos os mecanismos de fomento possam ser explorados em sua máxima potência é indispensável que tanto a sociedade quanto os poderes públicos batalhem pela conquista de orçamentos maiores destinados à cultura, para que o "bolo" de arrecadação seja melhor partilhado e a cultura possa se desenvolver constantemente e se firmar, definitivamente, como uma das maiores economias do País.

[40] A lei faz menção, contudo, a pessoas jurídicas de administração indireta – sem fazer menção a pessoas jurídicas de administração direta, integrantes do nível federativo estadual – sem fazer menção a pessoas jurídicas atuantes no âmbito exclusivamente municipal. Assim dispõe a Lei 17.615/2008:

"Art. 11. É vedada a concessão do incentivo previsto nesta Lei a órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera federativa.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput não se aplica a:

I - entidade da administração pública indireta estadual que desenvolva atividade relacionada com a área cultural ou artística;

II - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos criada com a finalidade de dar suporte a museu, biblioteca, arquivo ou unidade cultural pertencente ao poder público".

Natureza da Pessoa Jurídica	Fundo Federal (FNC)[41]	Mecenato Federal	Fundo Estadual (FEC)[42]	Mecenato Estadual
Direito Público/ administração direta	Sim (art. 6º da Lei 8.313 e art. 10, I e art. 13, II do Dec. 5.761)	Não, pelo Dec. 5.761 (art. 23, §1º); e sim, pela IN 01 (art. 3º, VI, art. 7º, II, art. 8º, Parágrafo único e art. 65, §2º, I)	Sim (art. 3º e 5º da Lei 15.975 e art. 4º do Dec. 44.341), salvo em relação a entidade da administração pública estadual que só poderá ser beneficiada por meio de fundos programáticos (art. 4º, Parágrafo único do Dec. 44.341 e art. 5º, II da Lei Complementar 91/2006). A esse respeito, o Edital FEC 01/2010 esclarece que só pode ser proponente pessoa jurídica de direito público municipal (item 1.2. II)	Não (art. 11, caput, da Lei 17.615)
Direito Público/ administração indireta	Idem às entidades da administração pública direta	Sim (art. 3º, VI, art. 7º, II, art. 8º, Parágrafo único e art. 65, §2º, I da IN 01)	Idem às entidades da administração pública direta	Sim, desde que de âmbito estadual (art. 11, I, da Lei 17.615)
Direito privado sem fins lucrativos (Terceiro Setor), em parceria com o poder público	Sim (art. 6º da Lei 8.313 e art. 10, I do Dec. 5.761)	Sim (art. 24, I do Dec. 5.761)	Sim (art. 3º da Lei 15.975 e art. 4º do Dec. 44.341)	Sim (art. 11, II, da Lei 17.615)

[41] O quadro faz menção à modalidade de apoio a fundo perdido (não-reembolsável), sem considerar a modalidade de empréstimo (reembolsável).

[42] O quadro faz menção à modalidade de apoio a fundo perdido (não-reembolsável), sem considerar a modalidade de empréstimo (reembolsável).

PLANEJAMENTO E AÇÃO COLETIVA

Romulo Avelar

Nos últimos tempos, o setor cultural brasileiro vem experimentando um processo acelerado de expansão, beneficiado por um afluxo crescente de recursos. Apesar das turbulências provocadas pela crise mundial, são nítidos os avanços e a multiplicação de oportunidades na área.

Uma rápida visita à memória dos anos 1980 é suficiente para a constatação desse fato. Naqueles tempos heroicos a produção e a gestão em níveis profissionais se concentravam, de forma acentuada, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os outros estados assistiam a tudo pela mídia ou eram receptores passivos daquilo que circulava pelo País.

Muita coisa mudou de lá para cá. Seguindo uma tendência mundial, a área se ampliou de maneira surpreendente. Por todo o Brasil, começaram a florescer iniciativas de valorização dos traços locais e de mobilização das comunidades pela preservação de seu patrimônio material e imaterial. A cultura passou a gerar postos de trabalho num ritmo cada vez mais acelerado. Embora ainda não se possa falar da existência de mercados consolidados, grandes foram os avanços nesse sentido. O êxodo compulsório de profissionais da cultura diminuiu consideravelmente em várias capitais e mesmo algumas cidades do interior experimentam novos tempos, em que se torna possível a um artista, produtor ou gestor desenvolver seu trabalho sem a necessidade de afirmação prévia em um grande centro.

Uma explicação para esse fenômeno pode estar na força da atividade cultural como elemento transformador da realidade. Para a economista Ana Carla Fonseca Reis, a criatividade pode se transformar em catalisador de valor econômico para as comunidades: "Em termos econômicos, a criatividade é um combustível renovável e cujo estoque aumenta com o uso. Além disso, a "concorrência" entre agentes criativos, em vez de saturar o mercado, atrai e estimula a atuação de novos produtores." (REIS, 2008, p. 15)

Entretanto, além dessa força motriz, há que se considerar também outros fatores que vêm contribuindo, sobretudo nas duas últimas décadas, para a alavancagem de iniciativas culturais por todo o País.

O próprio processo gradativo de institucionalização da cultura no Brasil apresenta-se como elemento estruturador e estimulante. A criação do Ministério

da Cultura, em 1985, e o surgimento de instâncias públicas dedicadas a este universo nos planos estadual e municipal trouxeram novas perspectivas para o setor, tanto políticas quanto econômicas. A gestora cultural Maria Helena Cunha reconhece tais efeitos:

> A análise e a compreensão dessa dinâmica devem buscar elementos que permitam a reflexão sobre o impacto da criação dessas instituições no processo de formalização do campo cultural e as transformações provocadas na gestão cultural, no reconhecimento da atividade cultural como responsabilidade pública, no aumento ou remanejamento de postos de empregos públicos, privados e no terceiro setor. (CUNHA, 2007, p. 51)

A esse processo de organização das estruturas públicas de fomento soma-se um movimento, também gradativo, de aglutinação da classe cultural em entidades representativas, notadamente nas grandes capitais. Embora ainda ocorra até hoje de maneira tímida e irregular, essa mobilização contabilizou, no passado recente do País, algumas conquistas. Favorecidas pela grande visibilidade do universo cultural na mídia, tais entidades vêm conseguindo despertar a atenção da sociedade para a importância do investimento na área. Com isso, as políticas públicas para a cultura vêm deixando de ser uma miragem para ganhar contornos concretos. Nunca a questão foi tão debatida no Brasil.

No âmbito federal, vale destacar alguns fatos importantes registrados nos últimos anos. As discussões capitaneadas pelo Ministério da Cultura ganharam todas as regiões e resultaram na criação de importante marco legal para o setor: o Plano Nacional de Cultura, que tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira. O Fundo Nacional de Cultura, cuja gestão permaneceu obscura por longo tempo, ganhou em transparência com a criação de editais para a seleção de projetos. Embora esse importante mecanismo de financiamento ainda se mostre bastante limitado quando confrontado com as dimensões continentais brasileiras, há que se reconhecer avanços com a participação de representantes da sociedade civil nas comissões de análise. Além disso, a regionalização dessas comissões contribuiu decisivamente para a democratização do acesso aos recursos e a descentralização dos benefícios. No âmbito do Ministério da Cultura, cabe também destacar a criação do Vale-Cultura, similar ao Vale-Alimentação. A ideia é estimular

o trabalhador a comprar livros, CDs e DVDs, ou ainda a assistir a filmes, shows e espetáculos. Quando implantado efetivamente, esse instrumento poderá trazer ganhos substanciais para todos aqueles que produzem cultura no Brasil.

Merece também destaque a criação do Programa Cultura Viva, uma ação concreta de democratização cultural, que inverte a lógica do financiamento público ao setor, de maneira absolutamente inovadora. Em vez de espalhar projetos padronizados pelo País, o Ministério da Cultura abre espaço, por meio de editais, para que cada comunidade escolha seus próprios caminhos, a partir de seus anseios e de sua essência. Nos milhares de Pontos de Cultura já instalados e conectados em rede, os cidadãos são estimulados a trocar experiências e saberes e convidados a ser protagonistas na cena cultural.

Outra prática saudável que vem se disseminando progressivamente é a da abertura de editais de seleção de projetos por empresas públicas e privadas. Seja com o emprego de verbas públicas, por intermédio de leis de incentivo, seja com a destinação de recursos próprios dos patrocinadores, tais instrumentos vêm promovendo uma mudança importante no processo de financiamento da área, abrindo, em alguns casos, oportunidades reais de obtenção de recursos para projetos de proponentes domiciliados em municípios de pequeno porte.

No plano estadual, os avanços têm sido também significativos. Algumas iniciativas voltadas para a descentralização dos recursos abriram novas perspectivas para empreendedores e entidades culturais do interior. Enquanto a incorporação de dispositivos com esse fim vem tornando a Lei Estadual de Incentivo à Cultura mais acessível, o Fundo Estadual de Cultura, criado com a marca da desconcentração, afirma-se como uma vitória para o setor. Apesar de também se encontrar, a exemplo de seu equivalente federal, em um patamar insatisfatório no que se refere ao volume de recursos, não há como desconsiderar o impacto positivo, no contexto mineiro, de suas primeiras edições. Uma estatística da Secretaria de Estado de Cultura revela que 86% dos projetos aprovados até 2010 foram apresentados por entidades do interior. Nas listas de beneficiados, chama a atenção a presença de organizações não-governamentais e prefeituras de pequenos municípios, que encontram nesse importante instrumento um estímulo real para o desenvolvimento de ações relevantes.

Esse é o caso da Cultuarte, organização sem fins lucrativos do município de São Francisco, que realizou, em parceria com Associação Cultural de Difusão Voz do Morro, o Encontro de Ternos de Folia de Reis e Fórum Intermunicipal de Cul-

tura Tradicional. O evento, produzido com recursos do Fundo Estadual de Cultura, reuniu na cidade quase 60 grupos tradicionais do Norte de Minas, mobilizando a população da região e abrindo espaço para a discussão de políticas públicas para a cultura. Os responsáveis pela iniciativa possuem um histórico positivo de realizações culturais viabilizadas com recursos captados junto a empresas como Tim e Natura, por intermédio da Lei Estadual de Incentivo, e do Programa BNB de Cultura. Seu êxito na utilização de mecanismos de financiamento acabou por despertar, entre os empreendedores culturais da região, o desejo de trilhar caminho semelhante e buscar capacitação para a elaboração de projetos.

De Uberlândia vem outra iniciativa de destaque amparada pelo Fundo Estadual de Cultura: a construção do Centro Cultural Estrela Guia. Iniciativa do Terno Moçambique Estrela Guia, o espaço foi inaugurado em novembro de 2010 e vem abrigando cursos diversos e atividades de preservação e disseminação da cultura congadeira afro-descendente, com ampla participação do público jovem. A entidade foi criada em 2002 e vem se articulando de maneira profissional para a busca de recursos, tendo sido contemplada em duas edições do Fundo Estadual e também no Fundo Nacional de Cultura. Além disso, já foi beneficiada por recursos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Prefeitura de Uberlândia, contando ainda com doações expressivas de empresários da região. Em 2009, foi aprovada no edital do Programa Cultura Viva, consolidando-se como Ponto de Cultura. Para os dirigentes do Terno Moçambique Estrela Guia, a construção do Centro Cultural representa mais um estímulo para a expansão de suas atividades e, sobretudo, um salto em direção à sua independência política.

Outro exemplo de ação cultural transformadora em Minas é o ICMS Patrimônio Cultural, desenvolvido com êxito pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, desde 1995. O programa atingiu, em 2011, a marca de 703 municípios envolvidos, jogando luzes sobre a questão da preservação do patrimônio material e imaterial do estado, estimulando as administrações municipais a tratarem a questão com a devida relevância e colocando Minas Gerais em uma posição de liderança absoluta no que se refere ao inventariamento de bens culturais.

Uma dura realidade

Todos os fatos apontados até aqui caracterizam um cenário bastante promissor. No entanto, é necessário reconhecer que ainda temos muito a avançar, até que tenhamos a cultura brasileira tratada com o devido respeito e cuidado. Somos obrigados

a conviver com uma realidade lamentável, no que diz respeito à estrutura do setor. Nosso grau de indigência cultural se revela nos números preocupantes apontados pelo Perfil dos Municípios Brasileiros, estudo realizado anualmente pelo IBGE. Em 2009, na maior parte (70,9%) dos municípios havia secretarias municipais de cultura conjuntas com outras políticas (principalmente educação, turismo e esportes). Apenas 9,4% dos municípios tinham secretaria exclusiva de cultura, e 1,9% tinha órgão da administração indireta com esse fim. Segundo a mesma pesquisa, em 2009, 76,7% das cidades brasileiras não possuíam museus, 91,9% não tinham salas de cinema, 78,9% não possuíam teatros, 70,4% não tinham centros culturais e 72% não contavam com uma única livraria.

Esses números representam, sem dúvida, um enorme desafio para todos aqueles que atuam na área da cultura. Alguns instrumentos para a mudança dessa realidade começam a surgir, mas grande parte dos municípios não se dá conta disso. A desinformação e a desarticulação imperam por esse Brasil afora, reforçando o vício da centralização dos recursos nas capitais. Em plena era da informação, muitas cidades teimam em ignorar oportunidades e permanecem alheias aos avanços do setor.

Outro aspecto que demanda reflexões é o despreparo dos responsáveis pela gestão de entidades e projetos culturais no País, sejam de natureza pública ou privada. Na verdade, os profissionais da cultura ainda não se apropriaram de uma série de ferramentas essenciais do campo da administração, como o planejamento estratégico, a gestão financeira, a logística e a gestão da qualidade, entre outras. É certo que o manejo adequado dessas ferramentas – há muito empregadas no meio empresarial – poderia significar um grande salto de qualidade para o universo cultural, mas permanece como algo impensável para muitos daqueles que nele atuam. O amadorismo e o desconhecimento se revelam na gestão dos grupos artísticos, aparecem de forma marcante no dia a dia das empresas produtoras e instituições de pequeno porte e invadem, sem pedir licença, a rotina das secretarias, fundações e grandes instituições culturais brasileiras.

Naturalmente, esse despreparo torna-se um elemento desarticulador para a carreira de artistas, grupos, pequenas empresas e organizações não-governamentais da área. Muitos deles, a despeito de seu valor artístico-cultural, acabam paralisados pela incapacidade de lidar com a complexa teia burocrática que se impõe ao redor de seu trabalho. Entretanto, se o problema afeta de maneira cruel essas pequenas iniciativas, é nas esferas públicas que mostra sua face mais

preocupante: os postos de trabalho das secretarias e fundações de cultura são ocupados, em sua maioria, por pessoas com pouca capacidade de gestão e parcos conhecimentos técnicos sobre a área cultural.

Mas vamos supor que um governante resolva buscar, para os quadros do município, profissionais realmente preparados para os desafios do mundo da cultura. Certamente encontrará dificuldades para a composição da equipe, diante da enorme carência de oportunidades de capacitação que afeta o País como um todo e, particularmente, as cidades do interior. Na verdade, os cursos de produção e gestão cultural ainda são poucos e se concentram, geralmente, nas grandes capitais. Eis aqui, portanto, um dos grandes gargalos do setor: a formação de gestores. E para que a falta de capacitação deixe de ser entrave, o poder público precisa tomar para si a responsabilidade pela criação de cursos na área. As secretarias e fundações estaduais e municipais, assim como o próprio ministério precisam acordar para a necessidade premente de se estabelecerem políticas de formação consistentes, a fim de que a cultura se livre, de uma vez por todas, da marca do improviso que sempre a caracterizou.

Mas qual seria o perfil desse profissional a ser capacitado? Em primeiro lugar, é importante que tenhamos no plano dos municípios profissionais tecnicamente preparados para buscar os recursos, geri-los de maneira eficaz e ordenar o ambiente das organizações culturais. No entanto, é necessário perceber que a formação dessas pessoas não pode se limitar ao simples embasamento técnico. É preciso ir além, com a sensibilização do olhar desses profissionais para o reconhecimento e a valorização da riqueza presente à sua volta. A cultura brasileira carece de pessoas aptas a desencadear pequenas revoluções em seu universo imediato, a absorver, processar e difundir informações para o benefício de suas comunidades.

No processo de formação de gestores, outra premissa importante deve ser considerada: é necessário pensar a cultura numa perspectiva sustentável, como forma de combater o vício da eventualidade que vigora entre nós. A vida dos artistas, grupos e instituições culturais ainda é regida por ações de caráter efêmero e, quando muito, por ciclos de trabalho anuais. A cultura no Brasil permanece limitada à dimensão do evento, do transitório. Muito pouco se fala de planejamentos plurianuais, de projetos de manutenção e de continuidade.

É exatamente por conta dessa imensa dificuldade de projetar o futuro tão arraigada no cotidiano brasileiro que é preciso jogar luzes sobre aquela que talvez seja a principal das ferramentas de gestão: o planejamento.

Planejamento para quê?

Todas as organizações, inclusive aquelas de natureza cultural, ambicionam o sucesso, seja na forma de vendas, no alcance de bons resultados socioeconômicos, na conquista de espaço político ou no reconhecimento público de sua importância. Muitas vezes, no entanto, a busca desenfreada por resultados imediatos leva as instituições a perder as rédeas de seu próprio destino. Todo o tempo e a energia da equipe são consumidos pelas atividades intensas do dia a dia, restando pouco ou nenhum espaço para projetar o futuro. A atenção se concentra nos aspectos operacionais, e a organização segue seu curso ao sabor das pressões do ambiente. Não há direcionamento seguro, nem objetivos claros. Não existe, portanto, planejamento.

É nesse ponto que reside um dos grandes problemas da produção cultural brasileira. É comum artistas, produtores ou gestores assumirem compromissos irreversíveis, sem que a fase de planejamento tenha sido cumprida. Partem para a execução do projeto como um avião que decola sem plano de voo, numa viagem às cegas. Quase sempre essa ação impulsiva acaba custando caro aos envolvidos e resultando em perdas na qualidade do empreendimento ou mesmo em prejuízos financeiros. São muitas as boas ideias e até carreiras que se perdem exatamente por falta de habilidade em planejar e traçar diretrizes.

No âmbito da produção cultural o planejamento é visto, por vezes, como algo capaz de aprisionar a criação, e não o contrário. Muitos artistas, grupos e mesmo instituições culturais trabalham de forma aleatória, movidos por perspectivas imediatas e sem objetivos claros de médio e longo prazos. Embaraçados nas atribulações cotidianas, raramente despendem tempo e energia para reflexão sobre onde desejam chegar e, principalmente, sobre os caminhos mais adequados para alcançarem suas metas.

"Planejamento é a determinação da direção a ser seguida para alcançar um resultado desejado" (LACOMBE; HEILBORN, 2006, p. 162). É uma ação deliberada que possibilita maior eficiência diante das variações e ameaças impostas pelo ambiente e aumenta consideravelmente as chances de êxito de um empreendimento. Planejar é abrir espaço no cotidiano para pensar o futuro. Para Natale e Olivieri (2006, p. 21), "é mais uma atitude do que uma tarefa; é reconhecer a importância de pensar e sentir antes de fazer".

Dentre as várias formas de planejamento possíveis, vale destacar um instrumento de grande impacto nas organizações, mas que ainda é muito pouco utilizado no âmbito da cultura: o planejamento estratégico.

Planejamento estratégico: uma ferramenta poderosa

Planejamento estratégico é um processo gerencial que permite a definição do direcionamento a ser adotado por uma organização, com o objetivo de buscar maior eficiência na sua relação com o ambiente. Envolve a formulação de objetivos e a seleção de programas de ação, a partir da análise das condições internas e externas às quais a instituição está submetida. A ideia de estratégia remete à efetuação de escolhas. O planejamento estratégico representa para os gestores, portanto, a possibilidade de selecionar, entre os vários caminhos possíveis, aqueles que se apresentam como mais adequados para alcançar os objetivos traçados para a organização.

Infelizmente, o planejamento estratégico ainda é visto como ferramenta de gestão inacessível à maioria das entidades culturais brasileiras. Entretanto, algumas experiências de sucesso vêm quebrando esse mito, revelando tratar-se de uma iniciativa viável para os grupos artísticos, espaços e instituições culturais, além dos órgãos responsáveis pela gestão da cultura no plano público. O instrumento pode ser adotado tanto por uma entidade de grande porte, como uma secretaria ou fundação, quanto por um grupo de teatro da periferia.

Esse é o caso de alguns grupos artísticos e organizações não-governamentais, que vêm encontrando no planejamento estratégico uma oportunidade de rever e aperfeiçoar processos de trabalho ou mesmo de refundar suas bases de funcionamento.

Em alguns estados, o próprio Sebrae vem despertando para essa questão e incluindo, em sua cesta de serviços, consultoria para o setor cultural. Diversos empreendimentos de pequeno porte da área, mesmo que ainda informais, vêm recebendo suporte da entidade para o desenvolvimento de pensamento estratégico. Em Belo Horizonte, há vários meses, um grupo formado por 18 bandas e artistas independentes do segmento da música encontra-se imerso em um trabalho piloto de construção de planos de ação para orientação de suas carreiras.

Na esfera pública, entretanto, ainda são raras as iniciativas de planejamento realmente efetivas. Infelizmente, não é comum um órgão de cultura governamental reconhecer a necessidade de trilhar o caminho da gestão estratégica.

Uma exceção a essa regra foi o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, entre os anos de 2003 e 2004. A partir de uma série de encontros, fóruns e seminários realizados nas 12 regiões administrativas

do estado, foi delineado um plano estratégico de ação e política cultural de grande abrangência. A experiência capixaba obedeceu a uma das premissas fundamentais para o êxito de um trabalho dessa natureza: o caráter participativo. A Secretaria da Cultura teve o cuidado de buscar o envolvimento de representantes de todos os municípios do estado, não apenas na construção do plano, como também no processo de implementação dos projetos estratégicos desenhados coletivamente. Tal postura em muito contribuiu para o fortalecimento das relações entre os diversos componentes da cadeia produtiva da cultura e para o amadurecimento das próprias instâncias públicas municipais e estaduais.

Outro exemplo interessante de aplicação de metodologias de planejamento ocorreu em Ipatinga, Minas Gerais, no segundo semestre de 1999. A partir de um curso de formação de técnicos em planejamento e gestão da política cultural promovido pela Secretaria de Estado de Cultura, um grupo de 26 artistas, produtores e gestores públicos locais tomou para si o enorme desafio de elaborar um Plano de Ação Cultural para a cidade. Partindo de um diagnóstico do setor cultural do município e de uma análise do contexto regional, os responsáveis pela iniciativa propuseram a adoção de uma série de diretrizes e políticas públicas, chegando a sugerir a implementação de algumas ações estruturais, com o intuito de suprir as carências identificadas. Naturalmente, algumas limitações da estrutura municipal foram evidenciadas, como pode ser constatado em um trecho do Plano de Ação: "(...) o investimento maior e mais urgente é a reestruturação do próprio Departamento de Cultura, hoje fragilizado e despreparado para o desafio de formular e implementar políticas culturais para uma cidade do porte de Ipatinga."

Os estudos e debates coletivos estenderam-se por meses e, ao final dos trabalhos, foi entregue oficialmente à administração municipal o Plano de Ação Cultural de Ipatinga. Infelizmente, aqueles que ocupavam cargos públicos municipais naquele momento não deram a devida atenção ao documento, preferindo tomá-lo como uma ameaça, e não como uma contribuição valiosa de um grupo altamente qualificado para construí-lo.

Entretanto, se nos meios oficiais a iniciativa foi tratada com indiferença, o mesmo não ocorreu em outros terrenos da sociedade civil. O documento repercutiu intensamente naquele momento e continua ecoando até os dias de hoje. Afinal, não é sempre que um grupo de 26 profissionais se reúne espontaneamente, amparado por uma metodologia de planejamento, e se dedica, por meses a fio, a

pensar rumos para a cultura. Decididamente, Ipatinga não foi mais a mesma desde então. Muitos fatos positivos ocorridos no cenário local tiveram influência direta desse Plano de Ação. Mesmo na informalidade, a força do coletivo se sobrepôs à letargia tradicional do poder público.

O caminho do coletivo

Uma boa gestão pode ser altamente transformadora na vida cultural de um município ou estado. É preocupante, no entanto, constatar que exemplos nesse sentido ainda são raros no Brasil. Na maioria absoluta das vezes, os governantes fecham os olhos para sua obrigação constitucional de investimento na área, sob o olhar conformado de uma classe cultural desmobilizada. O desamparo dos empreendedores culturais é uma tônica, pelos quatro cantos do País. Na maioria dos casos, as iniciativas individuais acontecem "na marra", após longa peregrinação de seus executores em busca de recursos, passando o pires entre os empresários locais e recolhendo donativos classificados equivocadamente como patrocínios. O desconhecimento dos canais de financiamento, a falta de noções de como elaborar um projeto e a pouca habilidade para a captação são fatores que acabam por fragilizar a ação daqueles que sonham com a profissionalização.

Em algumas circunstâncias, iniciativas individuais de cidadãos determinados a intervir na realidade à sua volta chegam a criar certo movimento, mas acabam por esbarrar na apatia do cenário local. Essa é exatamente a situação vivida por Pedrito Ribeiro Rodrigues, de Jequitinhonha, que há cerca de oito anos adquiriu, com recursos próprios, um casarão na área central da cidade, com o intuito de criar um centro cultural para a população. Seu primeiro passo nesse sentido foi a criação de uma organização não-governamental, o Instituto Cultural Dona Mercedes. A partir daí, seguiu em busca de recursos e obteve amplo apoio da Secretaria de Estado de Cultura. Beneficiado com verbas do Fundo Estadual de Cultura, conseguiu realizar a primeira etapa de seu projeto e inaugurar a Casa de Cultura da Cidade de Jequitinhonha. Computada essa vitória inicial, várias dificuldades começaram a surgir para a gestão do empreendimento, por conta da falta de adesão da comunidade local e da administração do município. Atualmente o empreendedor tem, diante de si, o desafio de envolver os moradores e de conquistar um apoio efetivo do poder público local, que vá além do discurso vazio e se materialize em verbas. O caso de Jequitinhonha é exemplar de como o esforço pessoal de um ci-

dadão, apesar de louvável, não é suficiente para que a realidade cultural de um município se transforme.

Qual seria então o caminho para a dinamização das cenas culturais locais? Aguardar passivamente a formulação de políticas públicas e o direcionamento de verbas para a área?

A resposta para essas perguntas se mostra bastante clara. É evidente que uma postura descompromissada dos empreendedores culturais frente às grandes questões da área não pode levar a um cenário interessante. É certo também que as iniciativas individuais dificilmente reúnem forças suficientes para vencer a resistência dos modelos arcaicos de gestão pública. Por outro lado, exemplos de mobilização como o de Ipatinga demonstram o quão importante é o envolvimento da sociedade civil organizada na construção de políticas culturais e na transformação da realidade local.

Não é preciso muito esforço, portanto, para concluir que o caminho do coletivo é aquele que oferece mais chances de êxito numa jornada por mudanças. Eis um princípio um tanto óbvio, mas que a classe cultural brasileira teima em desconsiderar. As poucas entidades representativas existentes trabalham muitas vezes de maneira corporativista e desarticulada de outros segmentos. Muitos esforços são neutralizados por divergências banais e por uma imensa dificuldade de falar em uníssono. Sobre essa questão, a empreendedora cultural Lala Deheinzelin, especialista em economia criativa e desenvolvimento, tem a seguinte posição:

> Há trinta e dois anos eu faço parte de reuniões da área cultural. É incrível: você tem três pessoas e tem quatro facções. Ficam umas conversas, uns "papos de aranha": "Vocês, de São Paulo, não entendem que nós, do Maranhão..." e "Vocês, do teatro, não entendem que nós, do cinema...".

As palavras de Deheinzelin são bastante lúcidas e apontam para a raiz de grande parte dos problemas da área. A desarticulação e a incapacidade de focar a ação política naquilo que existe de semelhante entre as visões dos diversos segmentos artísticos e culturais são fatores determinantes para que o setor se enfraqueça perante a sociedade.

> Enquanto isso, os caras do automóvel sabem que a indústria, seja pneu, asfalto, carro ou painel, é uma coisa só. Eles conseguem se unir e, quando alguém se

> refere a um setor forte, fala da indústria automobilística. E a cultura, que é muitas vezes mais forte que a indústria automobilística, fica parecendo cereja e não bolo, porque a gente não se junta e porque não existe essa visão integrada. Nós somos um setor, mas não nos organizamos como tal, porque trabalhamos em cima das diferenças, e não das semelhanças. (AVELAR, 2008, p. 109)

Naturalmente, a reunião de pessoas e entidades em torno de objetivos comuns não é das tarefas mais simples, sobretudo no terreno movediço da cultura, cuja matéria-prima é subjetiva por natureza. Essa característica intrínseca do fazer cultural torna a empreitada ainda mais difícil, mas não pode ser impeditivo para uma ação mais efetiva junto às esferas políticas, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Há que se exercitar a objetividade, a capacidade de planejamento, o diálogo democrático e a convergência, a fim de que as propostas ganhem consistência e legitimidade.

Ao mesmo tempo, para os gestores públicos, o desafio é a construção de políticas culturais capazes de sobreviver ao movimento pendular da política partidária. Nesse árduo trabalho, é necessário grande poder de articulação para atrair o olhar dos governantes para a questão. Um esforço permanente de persuasão torna-se imprescindível, pois não há como pensar em uma estrutura adequada para a cultura sem investimento de recursos públicos.

No entanto, o empenho desses gestores não pode parar nas primeiras conquistas de verbas e nas primeiras realizações. É preciso perceber que os resultados de longo prazo são condicionados a sua disposição e coragem para também trilhar o caminho do coletivo, buscando o envolvimento dos cidadãos, estimulando a criação de organizações não-governamentais e contribuindo para o fortalecimento das entidades representativas da cultura. No passado recente do País, algumas ações de construção participativa de políticas como, por exemplo, o Plano Nacional de Cultura e, em âmbito estadual, o Programa Música Minas, vêm se mostrando bastante acertadas. Ao colocarem lado a lado poder público e sociedade civil, com o propósito de estabelecer diretrizes para atuação do Estado, iniciativas como essas comprovam ser possível superar rancores e desconfianças e trabalhar, de maneira democrática, pelo desenho de novos tempos em que a cultura brasileira seja tratada com a importância devida.

Referências

AVELAR, Romulo. *O avesso da cena*: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.

CADERNOS de Cultura: *Plano estratégico de ação e política cultural do Governo do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

CUNHA, Maria Helena. *Gestão cultural*: profissão em formação. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. *Administração*: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. *Guia brasileiro de produção cultural 2007*: educar para a cultura. São Paulo: Editora Zé do Livro, 2006.

PLANO de ação cultural de Ipatinga. Ipatinga, 2000.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento*: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.










cidades
cultura









Ementa geral

O Seminário Cidades e Políticas Públicas de Cultura tem como linha de reflexão a potencialidade dos municípios quanto ao desenvolvimento das políticas públicas inseridas no âmbito regional, estadual e federal. Encontros como esses devem ser entendidos como uma oportunidade de criar um amplo processo democrático de diálogo entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil e, ao mesmo tempo, incentivar a aplicação de políticas públicas contínuas. Entende-se também que esses processos devam ser constituídos de forma executiva recorrendo-se a conceitos, instrumentos e ferramentas de trabalho disponíveis para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura participativas, tais como a formulação de diagnóstico situacional, planejamento estratégico, planos e conselhos de cultura.

Formato

O Seminário optou pela dinâmica de uma jornada diária por cidade, composta por palestras de uma hora cada seguidas de debates mediados e abertos ao público com a duração de uma hora, com o objetivo de ampliar as possibilidades de diálogo e trazer as questões mais prementes da realidade existente nos próprios municípios.



PROGRAMAÇÃO MANHÃ



9h30 às 10h30 (Palestra 1) **Estado e Políticas Públicas de Cultura: os desafios da descentralização**

Ementa A palestra tem por objetivo abordar as condições de implementação de políticas públicas de cultura tendo como principal vetor de análise o tema da descentralização. Partindo de aspectos conceituais sobre essa temática, destaca-se, em especial, a importância da existência de mecanismos de coordenação intergovernamentais relativamente às ações de políticas, bem como da estruturação de um sistema de gestão que envolva o diálogo com a sociedade. Para uma reflexão sobre essas questões tendo por foco o Estado de Minas Gerais, selecionam-se algumas das principais ações de políticas implementadas: **a** os mecanismos de incentivo à cultura; **b** o ICMS Cultural; **c** o programa de Bibliotecas e **d** o Programa de Formação de Gestores na Área Cultural.

Palestrante Mônica Starling – *Fundação João Pinheiro* – Belo Horizonte

10h30 às 11h30 (Palestra 2) **A Cultura no Âmbito Federal: leis, programas e municipalização**

Ementa A 1ª Conferência Nacional de Cultura pode ser estabelecida como um marco do processo de abertura de relações mais efetivas entre o governo federal, os estados e os municípios. Desde então, diversas ferramentas vêm sendo desenhadas, na busca de efetivar tais relações. A principal delas é o Sistema Nacional de Cultura – SNC. O objetivo da palestra é apresentar o projeto do SNC e de outras ações do governo federal buscando ressaltar o papel dos municípios dentro do processo de institucionalização da política cultural no País.

Palestrante Lia Calabre – *Fundação Casa de Rui Barbosa (MinC)* – Rio de Janeiro

11h30 às 12h30 **Debate**

PROGRAMAÇÃO TARDE



14h às 15h (Palestra 3) **Direito e Cultura: uma análise da legislação cultural do Brasil e suas interlocuções com os municípios**

Ementa A palestra tem por objetivo estabelecer um panorama de estratégias e políticas culturais possíveis para os municípios, como a Lei Federal e Estadual (MG) de Incentivo à Cultura e os Fundos Nacional e Estadual (MG) de Incentivo à Cultura. Também serão abordadas questões relacionadas ao estabelecimento de convênios e à transferência de recursos aos municípios pela União e pelo estado, assim como a estruturação necessária dos municípios para o recebimento e repasse de verbas federais e estaduais. Além disso, serão consideradas as interlocuções com entidades de apoio, comissões culturais e com o próprio Fundo Municipal.

Palestrantes Rafael Neumayr – Belo Horizonte e Stefano Ragonezzi – Belo Horizonte

15h às 16h (Palestra 4) **Cultura e Desenvolvimento Local: apresentação de estudos de casos**

Ementa Esta palestra pretende apresentar o cenário atual em que a cultura se apresenta como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento humano. Por meio de estudos de casos de municípios, abordaremos a expansão do setor cultural no Brasil e a demanda por novos processos de formação de profissionais para a boa gestão dos projetos, grupos artísticos e instituições culturais. Também nesse contexto delinearemos tópicos sobre planejamento cultural e a busca de recursos e formação de parcerias entre setor público, iniciativa privada e sociedade civil para o desenvolvimento de iniciativas culturais do interior do País.

Palestrante Romulo Avelar – Gestor Cultural – Belo Horizonte

16h às 17h **Debate**

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Agradecemos especialmente, pela colaboração, a todos as pessoas e locais retratados e/ou que tiveram trechos de suas obras/prédios expostos nesta publicação, fazendo com que essa iniciativa se tornasse realidade.

O objetivo desta publicação foi o de disponibilizar informações e conhecimentos de forma democrática à sociedade, bem como contribuir para a sistematização das políticas públicas das cidades participantes.

Essa obra tem distribuição gratuita, não podendo ser comercializada.

Capa Instrumentos de Roberto Batista Guimarães – Luthier/ Itaúna – Foto: Augusto Barros.

4 Janela do Solar da Baronesa/ Atual Secretaria de Cultura de Santa Luzia – Foto: Tereza Cristina D'Amices

5 Foto 1: Eugênio Sávio; Foto 2: Mariana Esteves; Foto 3: Elizabeth Freitas; Foto 4: Acervo pessoal; Foto 5: Acervo pessoal; Foto 6: Acervo pessoal.

6 Foto 1: Augusto Barros; Foto 2: Acervo pessoal; Foto 3: Augusto Barros; Foto 4: Elizabeth Freitas; Foto 5: Augusto Barros.

7 Foto 1: Eugênio Sávio; Foto 2: Augusto Barros; Foto 3: Eugênio Sávio; Foto 4: Elizabeth Freitas; Foto 5: Acervo pessoal.

8 Gruta Nossa Senhora de Itaúna – Foto: Augusto Barros.

10 Praça Antônio Quirino da Silva/ Itatiaiuçu – Foto: Augusto Barros.

11 Foto 1: Escola Estadual Maria de Magalhães Pinto/ Igarapé – Foto: Augusto Barros; Foto 2: Escola Estadual Maria de Magalhães Pinto/ Igarapé – Foto: Augusto Barros; Foto 3: Câmara Municipal de Itaúna – Foto: Augusto Barros; Foto 4: Casa de Cultura Agente Ferreira / Antiga Estação Ferroviária de Mateus Leme – Foto: Augusto Barros; Foto 5: Igreja Matriz Bom Jesus/ Pouso Alegre – Foto: Felipe Christ; Foto 6: Igreja Matriz de Santana do Paraíso – Foto: Nilmar Lage; Foto 7: Teatro Zélia Olguin/ Ipatinga – Foto: Nilmar Lage.

12 Tiro de Guerra Itaúna – Foto: Augusto Barros

14 Casario do Centro Histórico e Igreja Matriz da cidade de Santa Luzia – Foto: João Bosco Nascimento.

28 Escola Estadual Maria de Magalhães Pinto/ Igarapé – Foto: Augusto Barros.

29 Fotos: Augusto Barros.

30 Quadro de Maria Helena de Souza Resende – Foto: Mariana Esteves.

33 Foto 1: Casa de Ensaio da Banda Sinfônica de Igarapé – Foto: Augusto Barros. Foto 2: Praça da Igreja Matriz/ Igarapé – Foto Augusto Barros.

43 Participantes da Oficina de Elaboração de Projetos Culturais/ Igarapé – Foto: Augusto Barros.

44 Escola Estadual Manoel Dias Correa/ Itatiaiuçu – Foto: Augusto Barros.

45 Foto 2: Biblioteca Pública Municipal Antônia Joaquina Ferreira Pena/ Itatiaiuçu – Fotos: Augusto Barros.

46 Praça Antônio Quirino da Silva/ Itatiaiuçu – Foto: Augusto Barros.

48 Biblioteca Pública Municipal Antônia Joaquina Ferreira Pena/ Itatiaiuçu – Fotos: Augusto Barros.

49 Ginásio Poliesportivo de Itatiaiuçu – Foto: Augusto Barros.

51 Igreja Matriz de Itatiaiuçu – Foto: Augusto Barros.

53 Foto: Augusto Barros.

56 Foto: Augusto Barros.

57 Fotos: Augusto Barros.

58 Câmara Municipal de Itaúna – Foto: Augusto Barros

59 Fotos: Augusto Barros.

60 Placa da Galeria Hamés Machado – Foto: Augusto Barros.

62 Escola de Violino de Itaúna – Foto: Augusto Barros.

63 Instrumentos de Roberto Batista Guimarães – Luthier/ Itaúna – Foto: Augusto Barros.

64 Museu Municipal Francisco Manoel Franco/ Itaúna – Foto: Augusto Barros.

65 Gruta Nossa Senhora de Itaúna – Foto: Augusto Barros.

66 Centro de Artes e Artesanato Yara Tupinambá – Foto: Augusto Barros.

67 Gruta Nossa Senhora de Itaúna – Foto: Augusto Barros.

71 Instrumentos de Roberto Batista Guimarães – Luthier/Itaúna – Foto: Augusto Barros.

73 Fotos: Augusto Barros.

74 Casa de Cultura Agente Ferreira/ Antiga Estação Ferroviária de Mateus Leme – Foto: Augusto Barros.

75 Foto 3: Coreto da Praça de Mateus Leme – Fotos: Augusto Barros.

76 Coreto da Praça de Azurita – Fotos: Augusto Barros.

77 Museu Jovino Resende – Foto: Augusto Barros.

78 Museu Jovino Resende – Foto: Augusto Barros.

79 Biblioteca da Associação Cultural Moacir Jardim/ Azurita – Foto: Augusto Barros.

80 Associação Cultural Moacir Jardim em Azurita – Foto: Augusto Barros.

82 Associação Cultural Moacir Jardim em Azurita – Foto: Augusto Barros.

83 Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Azurita – Condecoma – Foto: Augusto Barros.

85 Foto: Augusto Barros

87 Foto: Augusto Barros

88 Igreja Matriz Bom Jesus/Pouso Alegre – Foto: Felipe Christ.

89 Fotos: Cristiano Rodrigues.

98 Fotos: Cristiano Rodrigues.

102 Foto: Cristiano Rodrigues.

105 Foto: Cristiano Rodrigues.

106 Igreja Matriz de Santana do Paraíso – Foto: Nilmar Lage.

107 Foto: Nilmar Lage.

113 Praça da Igreja Matriz de Santana do Paraíso – Foto: Nilmar Lage.

118 Teatro Zélia Olguin/ Ipatinga – Foto: Nilmar Lage

119 Foto: Nilmar Lage.

121 Praça Cariru/ Ipatinga – Foto: Nilmar Lage.

122 Fotos: Nilmar Lage.

123 Fotos: Nilmar Lage.

129 Fotos: Nilmar Lage.

134 Fotos: Nilmar Lage.

135 Fotos: Nilmar Lage.

137 Fotos: Nilmar Lage.

138 Instrumentos de Roberto Batista Guimarães – Luthier/ Itaúna – Foto: Augusto Barros.

210 Foto: Augusto Barros.

211 Foto: Augusto Barros.

212 Foto: Augusto Barros.

213 Foto: Augusto Barros.

Este livro foi impresso na Gráfica Companhia
da Cor em agosto de 2012.



IDEALIZAÇÃO

AM artmanagers

DN DRUMMOND & NEUMAYR Advocacia

CORREALIZAÇÃO

AM artmanagers

Ohm Cultura

PATROCÍNIO

USIMINAS

APOIO

Instituto Cultural USIMINAS

INCENTIVO

ICMS - MG Lei Estadual de Incentivo à Cultura CULTURA FAZENDA

GOVERNO DE MINAS CULTURA